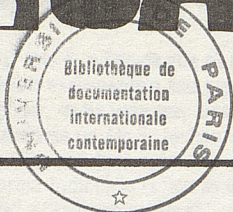


# cadernos de CAMPAINHA



1977



Nº6

hOP. 11310

BRASIL

Colaboraram neste número:

Claudia

Francisco

André Fernandes

José Ibrahim

M. Garcia

Juana Azurduy

Juana Bastidas

José Maria

Antonia de Souza

Alfaro Bukol

Mario Ribeiro

Ines C. de Castro

Manuel Figueira

... e a imprensa clandestina

Nova Luta

Política Operária

# Os "impasses" da distensão...

Perante o "impasse" isto é, o fato de que os parlamentares do MDB não cumpriam exatamente o seu papel, o "Presidente Geisel" resolveu, mais uma vez, usar a regra. Isto é, a excessão. Apoiando-se no Ato 5, fechou o congresso, colocando-o em recessão, por duas semanas, e neste ínterim fez passar a reforma Judiciária (a "razão do impasse"), e no mesmo "pacote" a "reforma política", estabelecendo eleições indiretas para senadores e governadores.

"Fim da distensão" se apressaram em dizer alguns, enquanto muitos, os que depositavam suas esperanças nos processos legais e parlamentares para "voltar a democracia", simplesmente se emudeceram ao ver ruir (pelo menos no momento) o castelo de cartas que começaram a construir nas eleições de 1974. Ambos, mais uma vez demonstraram sua incompreensão do significado do processo de "distensão". Estes, porque vêem (pelo menos momentaneamente) a fragilidade de suas "forças acumuladas" no processo parlamentar e nas atividades ligadas ao MDB, e, principalmente, o limite de sua tão batida afirmação de que o "processo de distensão cria melhores condições". Aqueles que, por não ver o processo de "distensão" como uma política de institucionalização da Ditadura, (ou simplesmente por não vê-lo como uma "política") tendem inevitavelmente a considerá-lo em termos absolutos incorrendo assim em dois erros: primeiro, o de não entender que o processo de institucionalização é uma "política", que tem que adaptar a realidade concreta (e a evolução desta) na qual ela quer intervir; segundo, não compreender que as medidas "autoritárias" e a repressão não são contraditórias com a "distensão", mas ao contrário, um de seus componentes.

De fato existia um impasse. E ele tinha três razões: 1 - a reforma judiciária era uma necessidade para criar uma nova "institucionalidade"; 2 - é necessário para Geisel reduzir as possibilidades de que o MDB e a oposição burguesa tenham instrumentos para impedir ou dificultar a sua ação, e neste sentido a "reforma política" era uma necessidade, para impedir o acesso do MDB aos governos estaduais e reduzir sua importância no parlamento; 3 - era necessário quebrar a "combatividade" do MDB, isto é, deixar claro quem é a "autoridade" e qual o "papel" do MDB.

Neste sentido é que, dadas as condições, a "distensão" passava pelas medidas tomadas por Geisel. Só quem não compreendeu ainda que distensão não significa democratização, ou quem superestimava a força e disposição combativa da oposição burguesa, é que poderia esperar que Geisel chamasse a uma "Assembléia Constituinte" ou que simplesmente se dispusesse a aceitar o veto do MDB.

Com suas medidas Geisel se propõe a tomar a dianteira frente a oposição burguesa e dar passos no sentido da sua política de institucionalização da Ditadura. Agora caberá aos outros setores da burguesia, não apenas propor soluções, mas partir destas medidas tomadas como uma "realidade de fato". Ao tomar estas medidas de uma maneira "po-

pular", comunicando-as e explicando-as na TV, denunciando a "ditadura de uma minoria, o MDB, que quer impedir o processo de distensão", fechando o Congresso pelo esgotamento necessário, não desenvolvendo cassações. Geisel ao mesmo tempo procura mostrar que ainda tem a iniciativa no processo de institucionalização e busca de maneira colocar a oposição burguesa sobre os seus passos, e nos limites de seu projeto.

Mas será o fim das contradições nas classes dominantes? Evidentemente que não. A crise econômica ainda não tem sua solução no horizonte visual, restringindo já por si, as margens de conquistar a unidade nas classes dominantes. E muitas medidas devem ser tomadas, muitas voltas dadas, e muitos parafusos apertados para que esta ou aquela fração da burguesia imponha e leve à prática o seu processo de institucionalização da Ditadura. Nesse sentido o elemento que poderá multiplicar em cem as dificuldades das classes dominantes, poderá ser a emergência de uma oposição dos trabalhadores e oprimidos, que venha a se manifestar como uma força independente. E ao reduzir o ímpeto, ao dificultar a ação da oposição burguesa, Geisel dá um pouco mais de condições, para que os trabalhadores e oprimidos destruam suas ilusões nas diferentes frações da burguesia que se dizem opositoras à Ditadura, e passem a organizar e ampliar a sua própria resistência. Da capacidade da esquerda revolucionária aproveitar estas condições neste momento preciso, dependerão os futuros desdobramentos.

## ...e a resistência estudantil

Os estudantes brasileiros estão novamente nas ruas. Após as manifestações de São Paulo e Rio Grande do Sul no início de abril (as primeiras passeatas estudantis desde 69), desta vez são quase 20.000 (1) estudantes, que acompanhados de populares saíram as ruas de S. Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e S. Carlos. E desta vez não saem às ruas unicamente por reivindicações estudantis, mas por reivindicações políticas. Desta vez não saem para

pedir apenas por estudantes presos, mas para exigir a liberdade imediata de operários e estudantes presos. Desta vez não pedem somente por "Liberdades Democráticas" como uma palavra de ordem deixada em geral, mas especificam: "Liberdade de expressão e organização para os trabalhadores e oprimidos". Desta vez não coordenam suas forças com a oposição burguesa privilegiando a coordenação com a ação parlamentar do MDB; tacitamente, coordenam sua ação e suas forças com os setores combativos da classe operária, e respondem ao chamado da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de S. Bernardo.

Ao reduzir o ímpeto da oposição burguesa e do MDB, colocando-as momentaneamente em seu compasso, Geisel não conseguiu quebrar o ritmo da oposição à Ditadura em seu conjunto. Nem mesmo conseguiu fazer com que a resistência dos trabalhadores e oprimidos se deslocasse para a defesa do MDB e para a discussão dos problemas referentes ao parlamento e a "reforma jurídica". O que Geisel conseguiu foi, ao contrário, desprender e separar a oposição de estudantes e operários como setores mais mobilizados dos trabalhadores e oprimidos, da oposição e lideranças burguesas e liberais. O que conseguiu foi fazer que as massas populares deslocassem o centro de sua atenção e de sua luta do parlamento para as ruas e para as formas combativas.

Neste sentido, se não se pode que as manifestações pela libertação dos 6 operários e estudantes presos, acusados de distribuírem panfletos chamando a lutar por "liberdades políticas para todos os trabalhadores e oprimidos", seja uma "virada" da conjuntura, elas significam, certamente, o reforçamento de uma nova tendência no cenário político nacional. Marcam o surgimento enquanto força material, de uma alternativa combativa e independente de resistência à Ditadura Militar.

Em que consiste esta nova tendência? Em primeiro lugar, deve ser marcado o fato da Oposição Metalúrgica de S. Bernardo, ser a primeira que publicamente, levanta uma reivindicação política de defesa de operários presos, apontando um novo elemento nas lutas das oposições sindicais. Ressalta-se ainda a amplitude com que foi distribuída esta nota, tanto em fábricas e sindicatos, como em escolas e mesmo chegando a público através da imprensa burguesa.

Em segundo lugar, as manifestações assumem a forma de uma resposta organizada rápida e coordenada. As manifestações estudantis se deram imediatamente após as prisões (dia 28 de abril, quinta-feira as prisões vieram a público, no dia 2 segunda-feira, paralizavam várias escolas no dia 5, saíram as ruas). E se dão de maneira simultânea e coordenadas em distintas regiões de S. Paulo (as manifestações de rua do dia 5), e do país (além de notas de diversos estados serem lidas nas diferentes). Diversos elementos ain-

da demonstram o nível de amadurecimento e organização que vão assumindo o movimento estudantil: entre estes a capacidade de organizar a segurança de sua atividade ("batida de ponto" de segurança para ver se as prisões, um centro de iniciativa para encaminhamento jurídicos, o serviço de segurança da passeata de S. Paulo, que conseguiu mesmo após o confronto com a repressão evitar a dispersão, etc).

Em terceiro lugar, o fato de o movimento estudantil assumir a defesa de presos operários e reivindicações políticas dos trabalhadores (uma das maiores faixas - ver foto - chamava a "liberdade de organização e manifestação para os trabalhadores e oprimidos", as referências ao "archo salarial", à carestia, etc). Outro fato neste sentido é a participação de operários junto a estudantes em muitas destas manifestações, as notas de organizações de trabalhadores lidas nas manifestações estudantis, enfim, uma coordenação política, senão prática, tácita senão explícita, dos estudantes com os trabalhadores. Saliente-se ainda, a ausência de parlamentares, ao contrário das anteriores em quase todas estas manifestações.

Todos estes aspectos marcam uma nova tendência do movimento estudantil de substituir a alienação privilegiada com parlamentares e com a oposição burguesa e liberal, pelo privilégio da aliança com os trabalhadores. Sem dúvida é uma tendência que ainda não se consolidou. Ela não é fruto somente do amadurecimento do movimento estudantil, mas também do recuo e timidez da oposição burguesa, que receia se comprometer com manifestações de massa (ainda que tentem aproveitá-las) num momento de impasses e de perda de iniciativa, quando se restringem suas margens de manobra. Deste modo, o movimento estudantil não está isento de sofrer novas influências ideológicas da oposição burguesa, caso esta se redinamize (o que pode se dar a partir das próprias mobilizações estudantis).

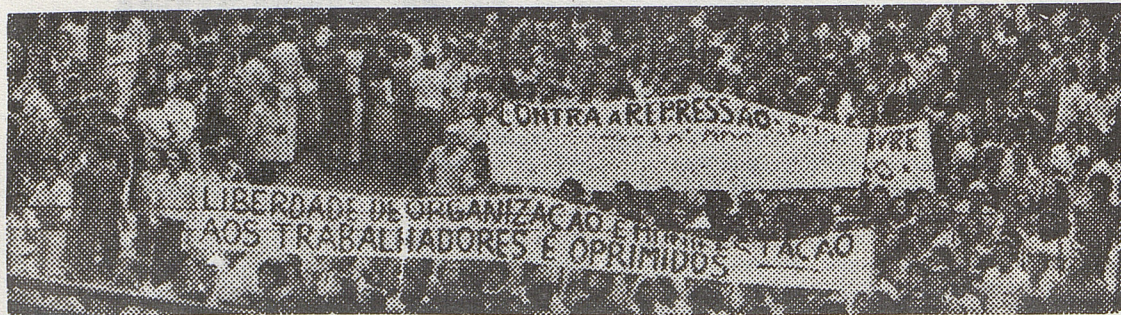
O que cabe aos revolucionários é, neste momento, compreender e reforçar esta tendência consolidando o máximo de posições, amadurecendo ao máximo o movimento estudantil política e organicamente e aprofundando as condições para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores e de um polo proletário que atraia o conjunto dos trabalhadores e oprimidos, para uma alternativa a oposição burguesa, para uma alternativa combativa e proletária de resistência à Ditadura.

NOTA

(1) Em São Paulo de 10000 a 15000 pessoas, em Campinas 3mil em Ribeirão Preto 2 mil é em São Carlos houve uma manifestação importante da qual não se conhece o número exato de participantes.

Além disso se realizaram concentrações e assembleias em Belo Horizonte, Curitiba e no Rio onde a concentração realizada no dia 10 de maio, reuniu mais de 5 mil pessoas.

Para maiores informações ver a matéria sobre as manifestações estudantis de maio de 77 publicada neste número.



# manifestações em todo país: **LIBERTEM NOSSOS PRESOS!**



## UM PRIMEIRO DE MAIO DE LUTA

Ao tentar impedir uma panfletagem chamando a fazer do 1.º de Maio "um dia de luta" a polícia de São Paulo terminou por transformar os primeiros dias de maio em jornadas de luta e solidariedade entre trabalhadores e estudantes de São Paulo e em algumas regiões do país.

Na madrugada do dia 28 de abril, mobilizadas pelo telefonema de um homem "que vira de sua janela - algumas pessoas a repartir panfletos", as forças policiais paulistas desencadearam uma operação que terminou por prender três operários. Os operários Celso Giovanetti Brambilla, José Maria de Almeida e Marcia Barreto Pais, acusados de distribuir panfletos chamando os trabalhadores a defender seus interesses, foram presos no Volkswagen de placa MA-4650 de propriedade de Fernando Antonio de Oli-

veira Lopes, "onde a polícia encontrou grande quantidade de panfletos" que segundo a nota oficial assinada pelo delegado geral de polícia Tácito Pinheiro Machado, "pre-

## OBRIGADO PELA PROPAGANDA

Segundo o "Globo", a partir de informações conseguidas junto às "autoridades" de Segurança e Informação:

"Os elementos presos, pertencem a Liga Operária, organização subversiva que prega a luta armada visando implantar um regime comunista em nosso país; a organização referida recebe orientação externa e é constituída de remanescentes da VAR-Palmares, do Grupo Político Revolucionário (GPR), e de dissidentes da APML do B, do PORT e da POLOP; a Liga Operária

gavam a desordem e a subversão.

A nota oficial dizia também que "no decorrer das investigações do DOPS, foram detidos Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri e Adamir Marini, estudantes que sob a orientação de uma organização subversiva infiltraram-se em indústrias do Grande São Paulo.

Além dos panfletos recolhidos tinha-se constatado que eles haviam sido distribuídos em "ganchos" colocados em diversos pontos de ônibus e portas de fábricas do ABC. Eles levantavam as palavras de ordem "1.º de Maio - um dia de luta", e chamavam os operários a "participativamente na luta para conseguir a elevação geral dos salários e congelamento de preços, fim do arrocho salarial e direito de greve, seguro desemprego igual ao salário profissional e liberdade de manifestação e organização para todos os trabalhadores e oprimidos".

## OPOSICAO SINDICAL METALURGICA DE S. BERNARDO CHAMA A DEFESA DOS PRESOS

Dia 30 de abril, dois dias após as prisões, já circulavam em diversas fábricas, sindicatos e universidades e do Grande São Paulo, um panfleto, distribuído em grande quantidade, assinado pela Oposição Sindical Metálgica de São Bernardo. O manifesto daquela organização classista, se

não realizou até o presente ações armadas, em virtude de não possuir ainda, quadros capazes para condução e direção de tais ações. Constituiu-se ainda na vanguarda do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

Se a salada é fruto da desinformação dos "órgãos de segurança", ou é uma tentativa de contra informação, não se pode saber. De qualquer modo, fica o reconhecimento oficial da existência de um amplo movimento revolucionário clandestino (pelo número de organizações citadas)...

E o nosso obrigado... Não é todo dia que se consegue chegar a público por uma imprensa auto-censurada e fechada inclusive para a oposição burguesa.

dirigia "a todos os que defendem o direito de liberdade no Brasil" denunciando "a prisão de seis operários (três dos quais eram também estudantes), de fábricas da região do ABC" e chamando à defesa dos presos.

Já no mesmo dia das prisões chegaram a alguns sindicatos notícias de prisão de vários operários. No dia 30 de abril pela manhã, a cúria metropolitana de São Paulo recebeu um pedido da família de Adimir Marini, membro da Pastoral Operária, para que esta tentasse licalizá-lo, uma vez que na sexta-feira (29/4) ele não voltara para casa e nem batera a saída em seu cartão de ponto na Quimbrasil em Santo André, aonde trabalha há três anos.

A agitação nos meios operários foi imediata após as prisões, e o manifesto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Bernardo levou também esta agitação a outros setores da população, em particular os estudantes. Já no dia 2 de maio, 80 mil estudantes de SP começaram uma greve exigindo a liberdade dos seis operários presos, que durante quatro dias paralizou a Universidade e que culminou com a manifestação de 10.000 estudantes e populares paulistas.



DEZ MIL ESTUDANTES E POPULARES SE MANIFESTAM EM SAO PAULO

Desde as 11 horas da manhã que milhares de pessoas lotavam a área conhecida como "território livre" da Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco. Preparada em diversas assembleias da USP, PUC, Fundação Getúlio Vargas, Escola Paulista de Medicina, Mackenzie e FAAP (Fun-

dação Alvares Penteado), os estudantes tinham decidido "permanecer em grupos até o final da passeata, não aceitar qualquer provocação e permanecer sentados sem reagir caso os policiais se aproximassem". Um sistema de contatos havia sido montado para segurança. Imediatamente após a passeata, os estudantes deveriam "bater o ponto" em suas escolas, para saber se alguém tinha sido preso. Caso algum estudante dos grupos fosse detido, o fato deveria ser comunicado imediatamente ao Centro XI de Agosto que reservou os telefones do Departamento Jurídico para isto, a partir do que, um dispositivo organizado toma-

Quando começaram a chegar os diversos grupos, um pequeno grupo de estudantes de direita tentou, sem conseguir, ameaçar os recém-chegados com rojões e fogos de artifício. Mas o número e a tranquilidade dos mani-

(1) Na PUC, por exemplo, 5 mil pessoas se reuniram no dia 3 de maio no campus da rua Monte Alegre em ato público contra as prisões políticas e pela anistia. Sentados, trabalhadores e estudantes, ouviram cartas de apoio enviadas por operários de S. Bernardo e S. Paulo, por beneditinos e professores de S. Bernardo e São Paulo e do interior do estado.

## CARTA ABERTA DO DCE DA USP

"Hoje, consente quem cala."

Basta de prisões. Basta de violências. Não mais aceitamos mortes como as de Wladimir Herzog (jornalista e professor), Manuel Fiel Filho (operário) e Alexandre Vanucchi Leme (estudante, que é hoje nome do DCE — livre da USP).

Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilam nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manuel da Conceição.

Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação de nossos companheiros operários — Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida e Adimir Marini — e estudantes — Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Anita Marla Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina — presos sob a alegação de subversão.

Hoje, neste país, são considerados subversivos todos aqueles que reivindicam os seus direitos, todos aqueles que não aceitam a exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho. Todos aqueles que protestam contra as contínuas violências policiais.

Subversivos, enfim, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população.

Queremos falar contra os que nos oprimem. E

entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através de sindicatos e entidades livres, de nossas organizações independentes.

Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo os estudantes criaram as suas entidades livres (os Diretórios Centrais de Estudantes — DCE — Livres da USP e da PUC). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas, que impedem a nossa liberdade de manifestação e de organização.

Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos, não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos.

E' por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras:

- Fim às torturas, prisões e perseguições políticas.
- Libertação imediata dos companheiros presos.
- Anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos.
- Pelas liberdades democráticas".

festantes reduziu - o à impotência.

No prédio da Faculdade de Direito da USP, várias faixas continham as palavras de ordem dos estudantes: "Liberdade Para os Estudantes e Operários Presos, Pela Anistia Ampla e Geral, Pelas Liberdades Democráticas e Liberdade de Organização e Manifestação para os Trabalhadores e Oprimidos".

A manifestação começou com um discurso do presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, que afirmou que os alunos de toda a Universidade e de outras escolas estavam sendo recebidos no território livre da São Francisco "para protestar pacificamente contra as prisões de estudantes e operários efetuadas pelos organismos de segurança". Em seguida falou um dos representantes dos DCEs livres da USP e da PUC, pedindo a libertação dos operários e estudantes presos e anistia para os exilados e banidos, e presos políticos. Cartas e moção de apoio de várias entidades e de vários diretórios estudantis de São Paulo e de outros estados foram mencionados a seguir, antes da leitura da carta aberta à população:

"Hoje consente quem cala. Basta às prisões. Basta de violências. Não mais aceitamos mortes como as de Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho e Alexandre Vanucchi Leme - estudante - que dá hoje nome ao nosso DCE-Livre da USP. Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilem nossos companheiros. Hoje viemos às ruas para exigir a imediata libertação de nossos companheiros operários e estudantes". Estas palavras - um trecho da carta à população - foram lidas e



repetidas por todos os presentes à manifestação, que àquela altura já reunia cerca de 8.000 estudantes.

Ao meio-dia o governador Paulo Egidio proibiu a passeata e meia hora depois ela começou, com os estudantes descendo pela Rua Libero Badaró.

Na Praça do Patriarca pela primeira vez a polícia tentou - e não conseguiu - deter a passeata: vários policiais com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo desceram de uma viatura mas só conseguiram ameaçar e agredir algumas pessoas que assistiam à manifestação. Os estudantes continuaram com uma pequena alteração do trajeto, engrossados pelos populares que aplaudiam, enquanto em apoio - atiravam papéis picados dos edifícios.

Por volta das 14 horas, os estudantes já haviam chegado em frente ao prédio da Light, quando a polícia co-

meçou a lançar bombas de gás lacrimogêneo, ameaçando os manifestantes com cassetetes.

Seis viaturas do comando Tático Móvel bloqueavam a entrada ao lado da Praça Ramos com a presença do próprio Secretário de Segurança, Erasmo Dias. Algumas bombas foram lançadas de volta contra os policiais, uma delas com um chute de um estudante.

O gás lacrimogêneo e o aparato policial chegaram a provocar um princípio de pânico, mas a pronta intervenção do serviço de ordem da manifestação, chamando os estudantes a se sentarem, impediu a dispersão. Sentados (uma parte dos manifestantes ainda estava sobre o viaduto), os estudantes continuaram a gritar suas palavras de ordem e sob aplausos e uma chuva de papel picado, passaram a gritar que "O povo apeia nossa luta".

Em cordões, de braços dados, os manifestantes agora já mais de 10.000 pessoas (cerca de 10.000 segundo "O Globo" e 15.000 segundo "O Jornal do Brasil"), começaram a voltar para o Largo de São Francisco por volta das 14.20 horas sempre gritando suas palavras de ordem. Lá chegando um pouco antes das 15 horas, foram feitos novos discursos do presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto e dos representantes do DCE-Livre, de renunciando a violenta intervenção da polícia e se dispersaram.

Mais tarde os grupos de estudantes "bateram ponto" na Cidade Universitária constatando a inexistência de prisões.

Aí, os membros do DCE-LIVRE da

#### O APARATO REPRESSIVO E O DESESPERO DE ERASMO

Após os primeiros confrontos quando os estudantes mudaram o roteiro, o secretário da Segurança Pública Coronel Antonio Erasmo Dias cercado por um grupo de 900 PMs, 80 agentes do DOPS, viaturas do tático móvel da polícia e do DOPS e policiais à paisana, organi-

zava uma barreira e comentava em tom heróico: "Os estudantes só passarão por aqui, por cima de meu cadáver"...

Para garantir que isto não acontecesse chamou reforços: três pelotões com cães pastores do 9º Batalhão de choque e três tanques Brucutus.

Mais tarde, terminada a operação de combate, Erasmo desafiava:

"Como é que eu poderia parar mais de quatro mil pessoas? Não tenho voz estridente, e além disso as bombas que foram jogadas são iguais às de São João."

USP apresentaram um balanço da manifestação: "Trinta mil exemplares da carta aberta foram distribuídos à população. Saímos pelas ruas pacificamente, pedindo liberdade para os companheiros operários e estudantes presos. Foi a polícia que mostrou violência. Nós nos mantivemos tranquilos. Recebemos o apoio da população. Entendemos que o movimento de liberdades democráticas cresce, e vai crescendo cada dia mais. Apesar do confronto com a polícia houve somente um ferido - uma aluna agredida a cassetete pelos policiais.

#### OUTRAS MANIFESTACOES EM SAO PAULO E EM OUTRAS PARTES DO PAIS

O movimento não se restringiu à cidade de São Paulo ganhando o interior do estado e várias outras cidades em todo o país:

Em Campinas (S. P.) três mil operários, estudantes e professores se reuniram durante uma hora e meia no Largo do Rosário, o ponto central

#### O "APOIO" DO MDB

Na Câmara, a posição do Deputado Freitas Nobre, líder em exercício do MDB: "O Governo sugere aos estudantes que façam política nos Partidos. Mas, ao mesmo tempo, desestimula ou impede essa participação. Há a perseguição do Governo aos setores jovens do MDB e até na própria Arena não existe maior estímulo. Tudo isso devido à manutenção do Decreto Lei 477 e de medidas que impedem a renovação dos diretórios partidários, fechando aos jovens".

Resumindo, usar as manifestações para pressionar a Ditadura a fazer concessões e dar liberdades... para o MDB. Quanto as reivindicações concretas levantadas pelos estudantes: "liberdades para os 6 operários e estudantes presos", "liberdades democráticas", "direito de manifestação e organização para os trabalhadores", "contra a carestia", etc., nenhuma palavra...

Afinal não se pode querer tudo...

da cidade, onde foi lida uma "carta aberta à população" denunciando a prisão dos estudantes e operários no ABC de São Paulo e pedindo anistia para os presos políticos. Doze mil cópias dessa carta foram distribuídas à população.

Em RIBEIRÃO PRETO (S. P.), dois mil estudantes organizaram uma passeata, precedida de uma concentração onde foi lida a Carta Aberta "Hoje consente quem cala" a mesma divulgada pelos estudantes paulistas.

Em SÃO CARLOS (S. P.), os estudantes realizaram uma passeata sob a palavra de ordem "Anistia a todos os presos políticos, Liberdades Democráticas e Melhores condições de vida para a população". Depois de uma hora e meia de manifestação, os estudan-



tes realizaram uma concentração em frente da Catedral.

No RIO DE JANEIRO, os alunos da PUC-RJ realizaram no dia 6 à tarde uma assembléia com a presença de 3.000 estudantes onde decidiram enviar uma carta à Anistia Internacional realizar uma Jornada Nacional de Luta pela liberação dos operários e estudantes presos, e ampliar o movimento pela Anistia Total dos Presos Políticos.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ; 6.000 estudantes decidiram entrar em greve em protesto contra as prisões em São Paulo, recebendo a imediata adesão da Faculdade de Letras. A PUC-RJ também apoiou a greve que deveria atingir mesmo os cursos de pós-graduação. O movimento se alastrou por todas as Universidades cariocas e os estudantes já começavam a se mobilizar para uma passeata que organizavam para o dia 10 de maio no campus da PUC-RJ. Essa passeata foi proibida e os estudan-

#### A SOLIDARIEDADE POPULAR

Depois dos confrontos com a polícia, uma senhora de 50 anos, conseguiu passar por entre os estudantes, chegar a um dos membros do DCE e passar um bilhete: "Depois que terminarem leiam esta oração que São Judas protegerá a todos".

Enquanto lia o bilhete, provavelmente satisfeito com a manifestação de solidariedade, o companheiro devia estar pensando nas medidas concretas de segurança e organização a serem tomadas para que a oração desse certo.

tes realizaram uma concentração com mais de 5.000 pessoas.

Em BELO HORIZONTE (M. G.), os alunos da Faculdade de Filosofia da UFMG entraram em greve "em sinal de repúdio às prisões de operários e estudantes em São Paulo" e foram organizadas no dia 6 de maio assembleias em diversas faculdades para tomar resoluções quanto à continuação do movimento.

Em CURITIBA (P. R.), oito diretórios acadêmicos da Universidades Federal e Católica do Paraná divulgaram no dia 5 de maio uma carta aberta à população manifestando solidariedade à luta dos estudantes em todo o país.

#### ESTUDANTES DA PUC-RJ PROPOE MANIFESTACOES FRENTE AS EMBAIXADAS BRASILEIRAS

Três mil estudantes da PUC-RJ reunidos em assembléia no dia 6 de maio



decidiram enviar uma carta a Anistia Internacional chamando "o maior número possível de setores da população de cada país a se manifestar diante das do Brasil contra as medidas de repressão que há 13 anos são a tônica em nossa história".

A assembleia aprovou ainda um chamado à luta "pela Anistia Total aos Presos Políticos" e a organização de uma "JORNADA NACIONAL DE LUTA PELA LIBERTACAO DOS OPERARIOS E ESTUDANTES" com "atos públicos como os do dia 5 de maio (as manifestações de S. Paulo) em todas as capitais brasileiras".

#### A DITADURA PROIBE, MAS AS MANIFESTACOES CONTINUAM

Até o dia 9 de maio a Ditadura mantivera uma "atitude neutra" perante as manifestações, deixando-as "ao encargo dos governos estaduais". Com isto pretendia evitar o desgaste que significaria reprimi-los. No dia 9 de maio porém, vendo a possibilidade de generalização das manifestações e vendo que a luta pela libertação dos operários e estudantes presos em lugar de esvaziar-se, ganhava maior ímpeto e características nacionais, o Ministro da "Justiça", Armando Falcão emitiu uma circular "proibindo manifestações em qualquer parte do país".

Apesar disto os estudantes mantinham sua disposição de levar a frente a luta pela libertação dos operários e estudantes presos.

No dia 10 de maio, 7.000 estudantes se reuniram no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.

A reitoria da Universidade Católica comunicara o DCE da PUC que as reuniões de estudantes anunciadas para o dia 9 e 10 de maio "não estavam autorizadas"; e para tentar esvaziar a concentração suspendera as aulas no dia 10. O DCE, respondeu ao comunicado da Reitoria com um comunicado público aonde dizia: "No final da tarde de ontem fomos informados pela Reitoria da PUC-RJ de que não haveria aulas hoje. Esta decisão visa claramente desmobilizar a realização do ato público pela libertação dos estudantes e operários presos em São Paulo. Frente a isto, tomamos a decisão de realizar o Ato Público dentro do cam-

#### DCE E DAS DA PUC-RJ DIVULGAM NOTA

"Quando de nossa luta pelo congelamento das anuidades, esbarramos no problema de estarmos travando uma luta isolados do restante dos estudantes da Região. Este isolamento tinha de ser superado. Assim, procuramos engajar os outros colegas do Grande Rio na luta por mais verbas para a Educação. Daí a convocação de Plenárias Regionais, divulgadas amplamente em todas as escolas. Estas plenárias conseguiram trazer para o bojo da luta escolas até então perdidas em meio a um sem número de dificuldades para desenvolver qualquer tipo de trabalho estudantil.

"A última Plenária (4/5/77) deparou-se com um fato colocado na ordem do dia pelo próprio cenário político que enfrentamos: diante das prisões ocor-

ridas em São Paulo, estando programadas concentrações e passeatas na capital e no interior do Estado — na luta por libertação imediata dos estudantes e operários presos. A Plenária decidiu, então, que este deveria ser o principal problema a ser discutido. Dessa Plenária foi tirada a proposta de um Ato Público pela libertação dos colegas e operários em São Paulo, a ser realizado na PUC, na próxima terça-feira.

"As entidades da PUC conclamam os estudantes a refletirem sobre o significado destas prisões e sobre a importância de respondermos a estes atos. Na luta por mais verbas fomos vítimas dos que buscavam, sem conseguir, impedir nossa livre manifestação e organização.

"Discussões serão realizadas em turma, pois, a nosso ver, a prisão dos operários e estudantes em São Paulo é um problema também nosso. Com o objetivo de tirar, unificadamente uma decisão dos estudantes da PUC a respeito do fato e unificar os estudantes da PUC com o conjunto dos colegas do Grande Rio, os DCE e DAS da PUC convocam uma Assembleia Geral de todos os estudantes desta Universidade para segunda-feira, às 12 horas."



pus da PUC-RJ mantendo a nossa firme decisão no sentido da libertação dos presos...

A manifestação, convocada também pelos DCEs de outras universidades, transcorreu sob o cerco da repressão que montara um imenso aparato policial para impedir que os estudantes saíssem em passeata. O Campus da PUC se manteve cercado por quatro batalhões de choque da PM, diversas patrulhas da PM e policiais a paisana se deslocavam pela região e um helicóptero sobrevou o local aonde se concentraram os estudantes durante toda a reunião.

A reunião começou com a leitura de cartas de apoio da Oposição Sindical Metalúrgica de São Bernardo, do

Grupo Independente da Oposição Sindical Bancária, da Universidade de São Paulo e da Coppe (pós graduação de engenharia da UFRJ) além da do jornal Brasil Mulher. Diversos oradores falaram entremeados por coros das palavras de ordem: "liberdade", "libertem nossos presos" e "o povo unido jamais será vencido". Os estudantes pediram então pelos "companheiros operários" e "companheiros estudantes" e foram lidos os nomes de cada um, ao que os estudantes em coro respondiam "Presente!". Lembrou-se ainda "outras vítimas da repressão" mencionando Vladimir Herzog, Alexandre Vanucci e Manuel Fiel Filho, e após cada nome a assembleia respondia "Presente!". E no fi-

ASSINE O CADERNOS DE **CAMPANHA**



nal se fez um minuto de silêncio em sua memória.

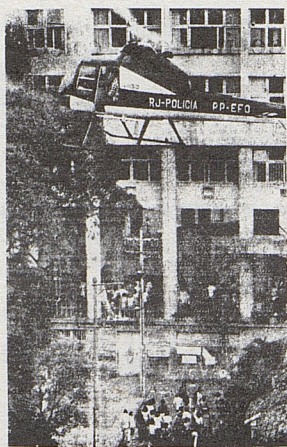
Após os discursos, foi debatido e aprovado uma carta aberta. Duas tentativas se confrontaram com propostas de duas palavras de ordem: "Liberdades democráticas" propunha uma e "pela liberdade de expressão e organização de todos os setores explorados da população" a outra. Chegou-se então a um acordo, aprovado pela maioria, de colocar as duas palavras de ordem. Resolveu-se ainda a provar uma concentração no centro da cidade no dia 19, e de enviar uma comissão para integrar-se no "Comite 1º de Maio" criado em São Paulo para ativar a campanha pela libertação dos operários e estudantes presos, e pela Anistia Geral a todos os presos e exilados políticos. Por fim foi aprovado um abaixo assinado de caráter nacional pela libertação dos oito presos.

No mesmo dia 10, todas as faculdades de Belo Horizonte e doze colégios secundários paralizaram as aulas, e 5.000 estudantes se reuniram no pátio da Escola de Medicina da UFRMG em Belo Horizonte, sob o cerco de 360 PMs com capacetes e escudos e armados de cassetetes, fuzis metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, além de policiais civis e três guarnições do Corpo de Bombeiros.

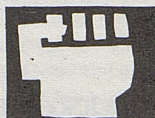
O pátio amanheceu com faixas e cartazes que exigiam "liberdades democráticas e de organização política e estudantil, soltura de presos políticos e anistia ampla e irrestrita, fim às torturas e melhores salários e condições de vida e de ensino para trabalhadores, estudantes e oprimidos". No ato público foi distribuída uma nota oficial que dizia que "o Encontro Nacional dos Estudantes programado para o dia 4 de junho em Belo Horizonte ou São Paulo, deverá ser o primeiro pas-

so para a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE)". A "Comissão Metropolitana dos Estudantes de Belo Horizonte", formada por alunos da Universidade Federal, Católica e de Faculdades, e agremiações de escolas secundárias, considera ainda que: "a ampliação das lutas estudantis e de todos os setores explorados e oprimidos e a unificação das lutas estudantis contra as prisões de operários e estudantes são um passo importante para fortalecer a resistência a repressão que o regime impõe aos mesmos."

Durante o ato público foram aprovadas as seguintes propostas: "formação de um comitê pró-Anistia dos presos políticos; um abaixo assinado pela Anistia e libertação dos presos" que seria entregue no dia 19 do corrente, "aos representantes do regime", em



Um helicóptero da polícia sobrevoou a PUC até o campus ficar vazio



ASSINE  
CADERNOS  
DE  
CAMPANHA  
6 N.ºs - - 35 Fr

concentração na Praça da Liberdade; criação de um comitê permanente de defesa das liberdades democráticas; retomada das lutas por melhores condições de ensino. O comitê pró-anistia teria o nome do operário Manuel Fiel Filho, assassinado no DOI-CODI.

Dia 11 de maio em Curitiba (Paraná), mil estudantes se reuniram no pátio da reitoria, cercados por 600 soldados da PM e sobrevoados por um helicóptero que se propunha impedir que a concentração se transformasse em passeata. Apesar de não haver passeata o aparato policial montado, terminou por paralisar a cidade da manhã à tarde. Os estudantes resolveram fazer nova manifestação dia 13, aonde votariam por uma greve geral por tempo indeterminado.

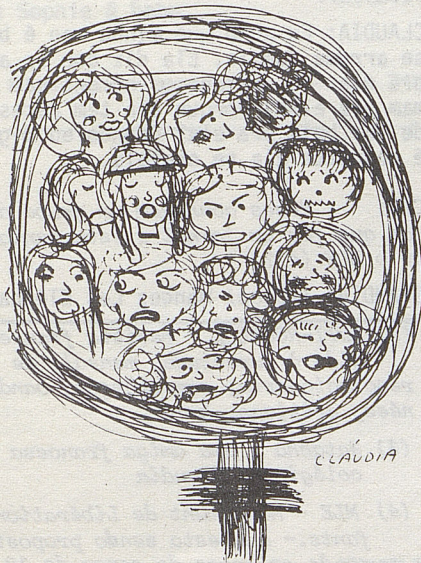
Em São Carlos (São Paulo) 1.000 estudantes se reuniram no campus e debateram a fundação de uma União Municipal de Estudantes e decidiram escrever uma carta aberta à população. Em Campinas e Ribeirão Preto a movimentação estudantil se mantinha com preparativos para a manifestação do dia 19 de maio.

#### ESTUDANTES DE TODO PAÍS PREPARAM UMA JORNADA NACIONAL DE LUTA E O ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES QUE DISCUTIRÁ A REORGANIZAÇÃO DA UNE

Em Niterói, R. de Janeiro, S. Paulo, S. Carlos, Campinas, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Aracaju, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e diversas outras regiões do país, após as manifestações e concentrações dos primeiros dias de maio, as atividades se dirigiam para a preparação da Jornada Nacional programada para o dia 19 de maio, quando deveriam haver "manifestações de ruas, concentrações em diversos pontos do país, assim como uma greve nacional, para exigir a liberdade dos operários e estudantes presos".

Do mesmo modo as preparações se intensificavam para o Encontro Nacional de Estudante, que haverá no dia 4 de junho (existe uma proposta PUC-RJ para avançar para o dia 20 de maio) aonde deverão ser discutidos os problemas estudantis, a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a continuidade da luta pela libertação dos 8 operários e estudantes presos (campanha que até o momento vem sendo organizada pelas organizações regionais e pelo "Comite 1º de Maio" organizado em São Paulo).

**ENTREVISTA  
COM CLAUDIA,  
UMA FEMINISTA  
DE 11 ANOS**  
FILHA DE EXILADOS  
BRASILEIROS NA FRANÇA.



**SER MULHER  
É BOM,  
MAS...**

CADERNOS DE CAMPANHA CDC : *Você gosta de ser mulher?*

CLAUDIA: Sim, mas não nestas condições.

CDC: *Que condições?*

CLAUDIA: Hoje, do jeito que as coisas são. O meu problema maior é na rua, às vezes no Colégio. As implicâncias dos meninos. E também quando vou na casa das amigas. E sempre a mãe que faz, que trabalha, que está sempre na cozinha. Isso me irrita. Mas eu entendo porque isto acontece. Mas não são todas que entendem. Tem umas que acham que não devem trabalhar, que é tudo normal... quô!

CDC: *Você acha que esta situação pode mudar?*

CLAUDIA: Bom... hum... tudo agora está se mexendo muito, né. É bom. Foi assim que eu entendi tudo, porque se a mãe não estivesse no MLF, eu sentiria de um jeito, mas não poderia explicar o que eu sentia porque eu acharia que tudo é normal. Eu não sei. Eu não saberia explicar a coisa. (1)

CDC: *Então a sua mãe discute com você?*

CLAUDIA: Claro. Tudo que é política, tudo, qualquer coisa, eu sei por ela ou pelos seus amigos. Assim, pelas conversas da gente grande.

CDC: *Você se sente próxima da sua mãe, como mulher?*

CLAUDIA: Sim, eu acho. Mas eu acho que ela pensa que eu não entendo tudo.

CDC: *Como?*

CLAUDIA: Sei lá. Ela fala diferente com as pessoas grandes. Quando ela está me falando alguma coisa, ela fala com outras palavras... assim... não sei.

CDC: *Como é o seu relacionamento com o seu irmão?*

CLAUDIA: Acho que é bom. Qualquer coisinha que ele fala... por exemplo outro dia, eu disse que queria fazer judô. Ele falou que judô é pra menino. Bom, daí eu saltei, comecei a gritar e aí ele para de me encher.

CDC: *Você acha que ele entende alguma coisa?*

CLAUDIA: Não sei, ele nunca fala. Aqui em

(1) aqui uma amiga de Cláudia, francesa, CAROLINE, pede que a gente fale em francês e começa a participar também.

casa homem e mulher faz tudo, né. Entao quando vem um amigo dele e ele ta com um avental limpando nao sei o que, ele vai tirar o avental de vergonha. Mas ele brinca de boneca, ele gosta de brincar, mas quando chega um amigo ele esconde, né?

CDC: *Porque voce acha que as mulheres aceitam esta vida?*

CLAUDIA: Porque educaram elas assim.

CDC: *O que voce acha dos livros infantis.*

CLAUDIA: Sao todos assim: a mae na cozinha, a mae cuidando das crianças. Nao é nada contente.

Tem um livro que é uma merda. E um grupo de crianças que têm mil aventuras. Os meninos sao sempre os primeiros, e as meninas vão sempre depois, so pra ver. As meninas ficam em casa limpando a louça. Neste livro tem uma menina que nao gosta de ser menina, quer ser menino. Ela é obrigada a fazer o que as meninas fazem. E ela detesta. E sempre assim, mesmo que ela deteste, ela faz. Os meninos nunca.

CDC: *Você conhece outros tipos de livro?*

CLAUDIA: Tem poucos. Tem alguns editados pelas "Femmes", mas nao sao muito bons. Sao poucos também.

CDC: *Voce conhece as revistas de fotografias e novelas? O que você acha delas?*

CLAUDIA: Eu nao leio. Ja vi algumas. Justamente o ANTIROUILLE (2) fala disso. Diz que quem lê essas porcarias sao sempre as meninas. Elas adoram isso e também alguns cantores. ANTI ROUILLE est très chouette! É a unica revista que eu leio.

CAROLINE: Nestas revistas tem sempre um principe encantado, valente, bonito, que combate o dragao...

CLAUDIA: Ele aparece sempre pra defender a mulher. Alias, ele esta la so pra isso.

CDC: *Como é o relacionamento de vocês com os meninos na escola. O que voces acham de namorar, sair com um cara?*

CLAUDIA: A Caroline acha que tudo isso é idiota (risos). Ela nunca esta com os meninos.

CAROLINE: Eu detesto, eu nao consigo...Tal vez... Eu nao consigo falar com eles. Nao que eu queira, mas é impossivel para mim... Nao sei.

CLAUDIA: Comigo é o contrario. Eu prefiro os meninos. Fico sempre embaixo, no colégio. Antes eu ficava em cima. Todo o tempo,



so discutiam bobagem. Os meninos embaixo, nao. Se divertiam... jogavam. E ai um dia eu desci, e hoje eu desço sempre, porque eu acho que eles sao mais interessantes. As meninas sao sempre, ahn, ahn. Sempre brincando. Os meninos sao completamente diferentes. Depois Natacha (3) desceu também.

CDC: *O que vocês pensam do casamento?*

CAROLINE: Je m'en fous complètement!

CLAUDIA: Nao sei pra que toda esta cerimonia. Talvez um dia viva com alguem. Mas sem me casar.

CDC: *O que vocês pensam da "beleza" exigida à mulher (se pintar, se arrumar, ser vaidosa)?*

CLAUDIA: Eu acho que minha mae é boba. Ela se arruma demais. Ela diz que se arruma pra ela. Mas porque os homens nao se arrumam pra eles? Porque ela tem necessidade de ser bela pra ela? Quando eu digo que ela é coquette ela se chateia.

CDC: *Voces conhecem um grupo de crianças que fez um jornal e esta tentando criar o MLE (4)?*

CLAUDIA: (risos) Manquez Les Eléphants...(5)

(2) ANTI-ROUILLE - revista francesa, dirigida à juventude, mensal, de esquerda revolucionaria, com charges, bandes-déssinées, criticas, humor.

(3) Natacha - uma amiga francesa do mesmo colégio de Claudia

(4) MLE - Mouvement de Libération des Enfants - que esta sendo proposto por um grupo de crianças de cerca de 10 anos. Publicam um jornal que é distribuido nos mercados.

(5) Brincadeira feita por professores de Claudia e Carolina com as iniciais do MLE.

Nos na nossa escola tentamos fazer alguma coisa. Fizemos panfletos e distribuimos no metro. Nos panfletos estava escrito "ABAIXO OS MESTRES", "SE JUNTEM A NOS", etc. De pois nos paramos.

CDC: *Vocês nao achariam interessante entrar em contato com os outros grupos de crianças?*

CLAUDIA: Acho que sim. Se eu e a Caroline tentamos alguma coisa na escola, estou certa de que conseguimos uns 20. Nossa escola é legal. Antes de ir pra la eu era timida. Hoje eu falo alto, digo merda, nao tenho vergonha de perguntar as horas. Pena que existam poucas escolas como a minha.

Outro dia nos fizemos um mercado de pulgas e eu gritei: "Regardez les affiches". Mas eu nao acho legal dizer nessa escola que é de esquerda que é bastante liberal, dizer ABAIXO OS MESTRES. Temos que gritar isso fora dela. Temos que gritar ABAIXO A ESCOLA TRADICIONAL.

CDC: *Vocês acham possível formar um grupo de mulheres?*

CLAUDIA: Acho que sim. Por exemplo Natacha, Caroline e eu. Acho que Natacha compreende muita coisa. Ela é sensível. Mas quando se fala de amor ela é completamente boba. Abre os olhos assim... Sonha! Imagina mulheres nuas, gente que trepava, etc. Sophie, por exemplo é gentil. Mas a mae dela que e de esquerda... Bom, ela faz tudo dentro de casa, serve o pai, vê novela. Eu nao entendo que alguém de esquerda faça isso. E porisso que Sophie é boba.

CDC: *O que voces pensam do sexo, de ter*

*relação sexual, afetiva com os meninos?*

CLAUDIA: Carolina diz que é idiota.

CAROLINE: Eu acho que o sexo é idiota pras crianças e nao pros adultos.

CLAUDIA: Merda! As crianças tem o direito! Elas devem fazer o que querem!

CAROLINE: Quando eu for grande sim. Hoje nao!

CLAUDIA: Quando você esteve com o Laurent.. bem que você teve vontade! *(risos)*

CDC: *Como vocês vivem isso? Essa vontade de de?*

CAROLINE: Eu continuo dizendo que é idiota. As crianças nao tem vontade disso.

CLAUDIA: Eu acho que sim. Acho que a gente tem vontade. Acho que a gente tem vontade mas tem vergonha das implicâncias dos outros. Depende do momento e do menino.

CAROLINE: Minha mae me deixa à vontade. O dia que eu fizer levar alguém na minha casa, eu sei que nao vai ter problema.

CLAUDIA: Eu também. Eu tenho vergonha é dos outros.

CAROLINE: Minha mae nao aceita participar do MLF. Ela diz que nao adianta nada. Que é preciso cada um transformar a vida chez soi. Mas ela nao entende que se cada um luta chez-soi, pode mudar chez-lui, mas nao muda de verdade.

CLAUDIA: Claro, as maes de familia que nao compreendem nada que estao isoladas precisam ficar sabendo das coisas. E preciso explicar! E para isso que o movimento existe, nao?

**CONHEÇA A BROCHURA**

parole aux femmes du Brésil

circulo de mulheres brasileiras - 1977

# 1º DE MAIO COMBATIVO DOS LATINO AMERICANOS NA FRANÇA



O 1º de Maio de 1977 foi um dia especial para a colônia brasileira na França. Desfilando junto a algumas centenas de milhares de trabalhadores franceses, aproximadamente mil latinoamericanos levantaram suas bandeiras.

Já de alguns tempos trabalhadores imigrantes e/ou refugiados europeus têm o hábito de formar suas colunas nas manifestações de trabalhadores franceses no 1º de Maio. Espanhóis, portugueses, italianos, africanos, entre outros, organizavam suas próprias fileiras, seus próprios cartazes e gritavam suas próprias palavras de ordem por suas reivindicações, sua organização e pela unidade com os trabalhadores franceses e internacionais. No ano passado já houvera as primeiras tentativas de participação de latino-americanos, em particular de uruguaios e chilenos.

Desde o início deste ano porém, na colônia latinoamericana começa a se falar na organização de uma coluna, como um meio de levarmos de maneira organizada nossa solidariedade à luta dos trabalhadores franceses e de reforçarmos entre nós, os latinoamericanos, o caráter continental de nossa luta. Nas vésperas do 1º de Maio diversas organizações de latinoamericanos na França, comitês de solidariedade de distintos países, organizações de mulheres e a AELAF (Associação de Estudantes Latinoamericanos e das Caraíbas em França), chamavam a "concentrar-se" às 13 hs. na Estação de Metrô Pic-Pus, para daí partir em coluna para juntar-se ao cortejo dos trabalhadores franceses."

As quinze horas, saía a coluna. Os uruguaios em grande número, assim como argentinos, chilenos e dominicanos, formavam os maiores núcleos; seguidos em importância (numérica como em organização) do grupo de mulheres latinoamericanos (1). As nacionalidades menos representadas se agrupavam junto à bandeira da AELAF.

"América Latina Unida y Socialista", "Viva la Lucha Latinoamericana", "Trabajadores al poder", "El pueblo armado jamás será aplastado", "Liberté immédiate pour tous nos camarades emprisonnés", no geral, e "La lutte des femmes n'a pas des frontières", "Travailleuses françaises et latinoamericaines, une même lutte, um même combat", "Sans sexisme ni' maxisme", nous voulons des nouveaux rapports" ... entre as mulheres, eram as palavras de ordem mais ouvidas, entremeadas pela "Internacional" cantada em espanhol. A frente da coluna uma grande faixa exigia "Liberté pour tous les prisonniers politiques latinoamericains".

A combatividade, assim como a solidariedade dos traba-

lhadores franceses, faziam dos latinoamericanos "uma das colunas mais marcantes e aplaudidas." (2) Entre as palavras e os cantos, após deixar um espaço com a parte imediatamente posterior do cortejo, se desenvolviam carréiras enquanto se gritava "Trabajadores al poder, trabajadores al poder."

A unidade e solidariedade era marcada pela predominância das palavras de ordem de caráter continental.

Pela noite, na "Cité Universitaire", a comemoração dos latinoamericanos continuou com um "Meeting" e uma festa chamada pela AELAF. Um pequeno filme sobre o 1º de Maio, uma intervenção de um sindicalista uruguaio e outro chileno (que chamaram aos latinoamericanos, também no exílio, a manter a sua luta e preparar as condições de sua volta), precederam aos cantos e danças que duraram até as 3 horas da madrugada.

Uma vitória desta colônia, que mostrou a potencialidade resultante de nossa unidade continental e um início de experiência desta unidade. Uma das mais marcantes fragilidades, foi a participação dos brasileiros (3), onde o Comitê Brasil Anistia foi o grande ausente (4). Mais uma vez o Comitê se ausenta das atividades que levam a uma unidade com os latinoamericanos, mais uma vez o Comitê deixa de utilizar as formas combativas para levar a luta pelos prisioneiros políticos brasileiros.

## NOTAS

(1) As mulheres latino-americanas saíram agrupadas, chamadas por suas organizações nacionais. Dentro delas tiveram especial destaque em número e combatividade as brasileiras, chamadas pelo CÍRCULO BRASILEIRO DE MULHERES.

(2) Segundo o jornal "Le Monde" do dia 3 de maio, entre as duas colunas mais aplaudidas estava a que atrás da faixa "LIBERTÉ POUR TOUS LES PRISONNIERS POLITIQUES DE L'AMÉRIQUE LATINE".

(3) A única organização política que chamou a participação de brasileiros foi o Grupo CAMPANHA (ver a seção de comunicados). Mesmo assim, cerca de 50 a 100 brasileiros (homens e mulheres) participaram durante todo ou parte do cortejo na coluna latino-americana. Mais uma vez se marca a omissão das organizações brasileiras.

Quanto a participação de brasileiros, um dos principais problemas foi dado pelo receio em termos de observação política, ainda que hoje existam manifestações ilegais e de rua com maiores riscos... no próprio Brasil. Mas a receptividade conseguida pela iniciativa seguramente cria as condições para, com mais organizações, no próximo ano saírem em maior número.

(4) Na reunião imediatamente anterior ao 1º de maio do CBA foi colocada na ordem do dia a discussão se se participava ou não na coluna latino-americana. Mas cor que havia outras discussões importantes, terminou por se "adiar" esta discussão para posteriormente... (talvez para o 1º de maio do ano que vem!?)

# DOIS EDITORIAIS DA IMPRENSA CLANDESTINA E REVO LUCIONARIA NO BRASIL

## Editorial do Jornal « Nova Luta »

### « O NOSSO TRABALHO POLITICO NAS LUTAS DE RESISTENCIA »

MARCO DE 77

#### A OPOSIÇÃO BURGUESA



Na compreensão da realidade e de seus fatos e na formulação de linhas políticas adequadas, vão estar presentes diferentes pontos de vista que representam classes diferentes em nossa sociedade. Um desses pontos de vista, que se tem destacado atualmente na política, é o ponto de vista liberal-burguês. Ao se interpretar diversos fatos mais recentes através desse ponto de vista, comumente se diz que cresce o "clamor nacional" pelo "estado de direito" ou pelas "liberdades democráticas".

Um dos fatos recentes que trouxe nova excitação a essa maneira de ver a realidade e de fazer política foi o pronunciamento do empresário José Papa Júnior, presidente da Federação e Centro do Comércio de São Paulo. Entre outras coisas, disse esse empresário: "ultrapassando o primeiro e irreversível ciclo de 1964, caracterizadamente revolucionário, outra fase abre-se agora, a da instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida nacional"; "... as classes empresariais desejam que haja maior liberdade, retorno ao estado de direito, democracia e até mesmo eleições diretas, para que dentro do diálogo possamos vencer os desafios no plano econômico".

Esse fato e mais as duas cassações de vereadores de Porto Alegre trouxeram à tona uma grande quantidade de declarações que expressam bem o pensamento e as intenções existentes na atual onda liberal burguesa. Como, por exemplo, as declarações de Tancredo Neves, um dos líderes do MDB: "Se o governo insistir em continuar surdo ao clamor nacional, serão imprevisíveis as manifestações da consciência democrática de nosso povo, no que diz respeito à normalização da vida política nacional. Quem é hoje no Brasil contrário à redemocratização? A resposta é uma só: uma pequena minoria reacionária e endurecida nos privilégios..." Ou a observação feita pelo jornalista Castelo Branco, que se diz um liberal: "... os empresários se distanciam de posições antigas e reivindicam, como os políticos, os intelectuais, os estudantes a Igreja, o operariado, o restabelecimento de um estado de direito, que torne seguras e tranquilas as relações entre o Poder e o povo. Esse 'basta' ao arbítrio tem o peso específico e haverá de influir no rumo dos acontecimentos!" Ou as declarações contidas na nota do MDB gaúcho em resposta às cassações: "... a Oposição não se afastará de seu grande objetivo doutrinário e programático, que é a pregação da democracia, do estado de direito, da liberdade, da justiça social." Ou ainda as declarações contidas na nota da direção nacional do MDB: "Prosseguindo na sua missão de resistência democrática, o MDB mobilizará seus quadros para a tarefa fundamental de esclarecimento e conscientização de todos os setores da comunidade na

cional, em defesa das liberdades humanas e da integridade do mandato popular. (...) A nação exausta pede o fim do estado de exceção. No Parlamento e na Imprensa, nos templos e nas Universidades, nas manifestações da inteligência nacional, nos meios empresariais e na voz dos trabalhadores, por toda a parte é unânime o anseio pela normalidade democrática."

Do ponto de vista liberal-burguês, todas as contradições atuais expressas por lutas operárias, protestos estudiantis, por reivindicações dos intelectuais, por brigas entre Igreja e governo, por pronunciamentos de empresários, por discussões entre os políticos dos partidos consentidos, todas elas têm o mesmo significado. Todas elas representam o mesmo "clamor" ou uma frente nacional ampla dirigida para uma redemocratização no regime. Portanto, para a atual onda liberal, o "clamor nacional" não é outra coisa senão o desejo de toda a sociedade pela conquista das reivindicações como "estado de direito", "normalidade democrática", "liberdades democráticas", reivindicações essas que não passam para essa corrente política de uma conciliação de um projeto de democracia burguesa, ligado aos ideais da pequena burguesia, com a necessidade de se conservar o que é essencial na ditadura militar: a sua capacidade de ser a arma mais eficaz da superexploração e do acorrentamento da imensa maioria do povo brasileiro.

Quando os liberais perguntam "quem é hoje no Brasil contrário à redemocratização", podemos afirmar que nem a classe operária e nem a imensa maioria do povo oprimido se prepara para lutar contra esse objetivo dos liberais. Entretanto, se não é do interesse da classe operária voltar sua luta contra a redemocratização ou reformas parciais desejadas pelos liberais de hoje, também não é de seu interesse lutar por esse objetivo político. O interesse da classe operária em relação à luta contra o regime é ir bem mais longe do que querem os liberais, a tal ponto de tornar impossível, mesmo agora, se caminhar junto com a burguesia. E isto por uma simples razão: uma só frente nacional pelas reformas na fachada da ditadura só é possível de se realizar a custa da conciliação dos interesses da classe operária com a burguesia e se os trabalhadores e outros setores oprimidos se dispuserem a não lutar além dos limites de uma oposição burguesa.

É justamente porque a classe operária ainda não sustenta uma política própria na atual realidade e porque suas lutas são ainda frágeis que os liberais falam hoje de "clamor nacional" e de união de todos em busca de reformas que permitam o "diálogo" capaz de vencer "os desafios no plano econômico". Por exemplo, grande parte desses liberais convictos, que agora falam de uma ampla frente nacional pelo "estado de direito", continuam achando justo o apoio que deram ao golpe de 64, porque naquela época a escalada gorila visava acabar com o crescimento da luta dos trabalhadores, isto é, com a "desordem, com as ameaças à segurança da propriedade e da ordem burguesa."

## A POLITICA DA CLASSE OPERARIA

Do ponto de vista da classe operária, os desejos da maioria do povo expressos em suas lutas e mesmo nos votos que dá espontaneamente ao MDB não se unificam em tor-



no do "estado de direito" e das "liberdades democráticas" que representam o objetivo dos liberais em relação ao regime atual. Aqueles desejos, uma vez unificados, ultrapassam os estreitos limites das reformas burguesas na fachada da ditadura, são incompatíveis com as bases que sustentam a superexploração e opressão política que os liberais querem conservar.

Por outro lado, do ponto de vista da classe operária, o aspecto mais importante da realidade atual é justamente a possibilidade de crescimento das lutas dos trabalhadores e outras camadas oprimidas. Porque é o crescimento das pequenas lutas de fábrica, dos protestos contra o sistema de transportes coletivos, contra a elevação do custo de vida e a escassez dos alimentos, juntamente com as atividades desenvolvidas por um número crescente de operários nas fábricas, nos bairros e sindicatos, e de modo mais geral juntamente com as lutas dos trabalhadores do campo e as de setores da pequena burguesia, que representam os pontos de partida para a formação de um amplo movimento de resistência à ditadura policial da burguesia.

Essa possibilidade de crescimento das lutas, mesmo que ainda frágeis e desorganizadas, afirma-se entre os fatos mais recentes quando, por exemplo, em São Paulo, com grandes sacrifícios e tendo contra si o sindicato pelego, os motoristas e trocadores de ônibus deflagaram uma greve por melhorias salariais. Quando em diversas fábricas as pequenas paralizações ou diminuições do ritmo de trabalho expressam o esforço dos operários em resistirem ao agravamento de suas condições de vida, como os casos recentes da Villares, do Caneco, da Dreco, do Mac Laren, etc. Quando, nos principais centros industriais, um número maior de operários se animam e despertam para a participação em atividades combativas, o que os colocam objetivamente no campo da resistência às pesadas correntes que proíbem a liberdade sindical, a organização de base, a participação e organização das greves, as reuniões, as discussões políticas, etc. Quando em outros setores, como por exemplo, no movimento estudantil, cresce a luta dos estudantes pela reorganização do movimento, os protestos contra a política educacional, contra as prisões, torturas e assassinatos, contra as arbitrariedades e leis repressivas; exemplos mais recentes disto estão na realização do I Encontro Nacional dos Estudantes, nas lutas contra a portaria do Ministério da Educação para a área de Estudos Sociais, em novas prisões realizadas em São Paulo e em Brasília, na atual luta dos estagiários do Hospital das Clínicas da UERJ.

Sendo estimulada pela crise econômica e pela instabilidade política, essa tendência é então o aspecto mais destacável da atual realidade. Isto porque a classe operária, não sendo capaz agora de sustentar uma alternativa própria nas lutas políticas, não estando organizada, não podendo desenvolver uma ofensiva contra a ditadura e os exploradores e não estando nem mesmo desenvolvendo uma ampla resistência organizada ao regime, a particularidade atual da intervenção do proletariado e outros setores oprimidos frente à situação econômica e política só pode ser representada por essa tendência ao crescimento de



suas lutas de resistência. E, por outro lado, essa particularidade exige, e ao mesmo tempo, favorece um período de acumulação de forças. Mas, para que esse crescimento das lutas que esbarram nas correntes da política econômica e repressiva do regime sirva de base a uma acumulação de forças, é necessário a presença de um trabalho político. Porque acumular forças no plano da luta de classes significa acumular forças para uma determinada direção política.

A ditadura acumula forças para a sua institucionalização. Por isso, o atual governo procura controlar a recessão econômica, ouvir as exigências dos empresários e prometer uma distensão gradual. Mas também procura manter os chamados "princípios revolucionários" que justificam as investidas policiais sobre as lutas populares, os assassinatos de companheiros de luta, como o caso recente da morte de três militantes do PC do B, e as torturas. E continua usando de instrumentos provisórios como foi o caso da lei Falcão, das novas cassações de vereadores em Porto Alegre e como pode ser o caso de novas medidas que visam modificar as normas para as eleições de 1978. A própria demissão do Min<sup>o</sup> Severo Gomes, depois que este passou a estimular o crescimento da atual onda liberal burguesa, a publicação do manifesto da ARENA, escrito pelo governo, acusando o MDB de ter comunistas em seu meio e, ao mesmo tempo, as consultas voltadas para tentar um acordo com o MDB são aspectos da luta que o governo trava na direção da institucionalização do regime, ora acenando com uma política de endurecimento, ora acenando com uma política de promessas de aberturas.

Já por outro lado, as correntes liberais acumulam forças para uma redemocratização do regime. Por isto, os liberais procuram colocar os "clamores" ou os anseios de liberdade e melhorias nas condições de vida de amplas camadas do povo, a serviço das necessidades políticas imediatas de setores descontentes da burguesia, a serviço de uma política de acordos com a ditadura.

E nós, em que direção acumulamos forças?

Nós, que estamos a serviço dos interesses da classe operária, sabemos que somente esta classe pode assumir a defesa dos anseios da maioria do povo, porque é a única capaz de lutar até o fim contra o regime político e toda a sorte de exploração.

Como a classe operária não é capaz ainda de erguer suas bandeiras de luta contra a ditadura e nem sustentar lutas políticas voltadas para golpear o regime, isto não significa que a direção ou os objetivos políticos frente ao regime no período de defensiva, de fraqueza e desorganização da resistência dos trabalhadores se modifiquem. Se é certo que, com a sua resistência, os trabalhadores podem conquistar melhorias em suas condições de vida e em seus direitos, isto nada tem a ver com os desejos dos liberais e mesmo de setores da esquerda acerca de reformas parciais no regime. Sendo conquistadas aquelas melhorias, elas fortalecem, na própria resistência, os objetivos mais próximos do proletariado frente ao regime político, são aspectos desses objetivos, também estão acumulando forças para esses objetivos e não para uma alternativa política de reformas na fachada da ditadura. Esses objetivos políticos mais próximos, que representam os interesses da classe operária e do desenvolvimento social, são a derrubada da ditadura, a demolição da máquina que serve de arma à super-exploração e à opressão política e a formação de um governo provisório sustentado nas lutas

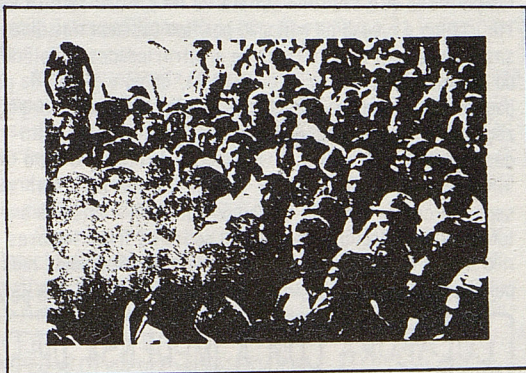
dos trabalhadores. Por isso, é de interesse da classe operária unir os diversos desejos por melhorias nas condições de vida e por liberdades políticas de amplos setores do povo num conjunto de exigências frente ao regime atual. Entre essas exigências estão o direito de livre organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos, o fim do arrocho salarial e o direito de greve, a elevação geral dos salários e o congelamento dos preços, a nacionalização da terra e o direito aos camponeses de utilizarem a terra em que trabalham, a encampação dos monopólios e o controle operário da produção e da imprensa, liberdade aos presos políticos e o fim às torturas, o desmantelamento da máquina repressiva da ditadura.

É para essa direção política que os verdadeiros combatentes do proletariado acumulam forças. Enquanto a ditadura busca sufocar os anseios populares e os liberais buscam atraí-los para sua política de reformas, a classe operária deve se preparar para sustentar esses anseios e dirigir naquele rumo a luta contra a ditadura policial da burguesia.

A presença do trabalho político nas lutas de massa e a atividade de setores de massa avançada visa, portanto, acumular forças para essa direção. Acontece, entretanto, que, como vimos antes, estamos frente a um movimento operário desorganizado, sem consciência política, sem um partido revolucionário e tendo sobre si uma legislação repressiva que coloca fora da lei até mesmo a sua própria luta econômica clássica. E estamos também frente a um movimento revolucionário ainda pequeno e com ligações ainda frágeis no movimento operário e em outras camadas do povo.

## O QUE FAZER ENTÃO PARA ACUMULAR FORÇAS?

O centro de gravidade do trabalho político consequente e combativo está nas lutas e atividades que crescem no interior do movimento de massas e que expressem objetivamente a resistência, ainda que frágil e desorganizada, dos trabalhadores e outras camadas oprimidas contra as correntes da política econômica e repressiva do regime. Então, para acumular forças nessas lutas e diante das fraquezas do proletariado e do movimento revolucionário é necessário, em primeiro lugar, que o trabalho político se volte principalmente para o interior do movimento operário. Essa é, sem dúvida, a maneira como se pode enfrentar agora os problemas mais urgentes e que mais enfraquecem a luta contra a ditadura e pelo socialismo. Do lado do movimento revolucionário, essa fraqueza, que pode e



deve ser enfrentada com maior urgência, está ainda na nossa pouca ligação e presença junto às lutas atuais do proletariado, tanto as pequenas lutas de massa, como as atividades das quais participam ou podem participar setores mais dispostos da massa, aqueles que têm alguma tradição passada ou estão agora despertando para a luta. Do lado do movimento operário, a fraqueza que pode e deve ser enfrentada com maior urgência está na dispersão de setores da massa que participam mais ativamente das lutas nas fábricas, nos bairros e nos sindicatos, está nas vacilações ainda existentes entre os setores de alguma tradição passada em relação a uma prática combativa e está na falta de formas iniciais de organização principalmente nas fábricas. Esses são os fatores que criam agora maiores obstáculos ao crescimento da resistência dos trabalhadores.

O enfrentamento desses problemas mais urgentes exige do trabalho político no interior do movimento operário um conjunto de tarefas. Esse conjunto de tarefas tem como objetivo mais geral no atual momento contribuir para a organização da resistência dos trabalhadores e para fortalecer nela a direção operária ou a política da classe operária frente à ditadura policial da burguesia. Ou, falando de outro modo, as tarefas práticas e as tarefas políticas que são uma constante na atividade revolucionária agem em conjunto para enfrentar os problemas mais urgentes, contribuindo para o crescimento das lutas de resistência face à política econômica e repressiva do regime e para que no interior do movimento, se ampliem as bases de sustentação de um movimento político comprometido com as bandeiras de luta que expressam os interesses da classe operária e do desenvolvimento social.

No campo do trabalho prático de massas, uma dessas tarefas que adquire hoje particular importância é a luta ou o trabalho que busca criar um forte movimento de oposição sindical. Esse trabalho, que chamamos de oposição sindical, é aquela tarefa prática que melhor pode nos ajudar a enfrentar agora a dispersão dos setores que participam ativamente das pequenas lutas, a atuação desmobilizadora e traidora do sindicato pelego e a falta de formas iniciais de organização independente, principalmente nas fábricas. O trabalho de oposição sindical, na verdade, é a forma mais aberta e mais ampla assumida por uma prática combativa que enfrenta o trabalho de massas e de organização nas fábricas, o trabalho de organização das oposições e o trabalho no sindicato. É o trabalho que procura unificar esses três aspectos de uma prática combativa e que, em parte das necessidades imediatas da massa e do movimento. E, dessa maneira, é esse trabalho ou essa luta que melhor se combina com outras tarefas, em particular aquelas tarefas políticas que são uma constante na prática revolucionária, como é o caso da agitação política baseada nas diversas manifestações concretas de arbitrariedades e violência do regime e da exploração capitalista, como é o caso da propaganda e dos ideais socialistas, como é o caso da organização política dos setores mais combativos que surgem e despertam para a política. O trabalho de oposição ou o movimento de oposição sindical que se luta para formar não separa o campo sindical do campo político. A miséria e a total falta de direitos que recaem sobre os trabalhadores não dizem respeito a questões puramente sindicais, mas, pelo contrário, a uma situação política caracterizada pela

superexploração e opressão policial sustentadas pela ditadura.

Assim compreendido, esse trabalho prático de massas representa agora a maneira como se particulariza no movimento operário o esforço de organização de suas lutas de resistência. O fortalecimento dessa organização e da resistência dos trabalhadores é fruto da combinação desse trabalho prático de massas, que se destaca entre outros, com as tarefas políticas que mais diretamente atuam para avançar a consciência política a construção partidária, as campanhas de mobilização frente a acontecimentos políticos gerais, etc. No campo da política de massas, é essa prática combativa, sob a forma de trabalho de oposição sindical, a que melhor contribui agora para fortalecer nossa presença nas lutas atuais do movimento operário, presença essa que, por sua vez, nos permite desenvolver de dentro do movimento o conjunto do trabalho político voltado para organizar a resistência dos trabalhadores e fortalecer nela a política da classe operária.

Uma outra tarefa prática importante no movimento operário é o trabalho de bairro. Nos bairros pobres e de concentração proletária, esse trabalho enfrenta também os problemas mais urgentes e que maiores obstáculos causam ao crescimento e organização da resistência dos trabalhadores. Através de uma atividade comunitária, esse trabalho procura despertar os moradores para participarem das discussões e do enfrentamento de suas necessidades imediatas. Para fortalecer ou criar as organizações de massa nos bairros, para expandir a organização de atividades culturais, assistenciais ou de melhorias. Em todas essas organizações, esse trabalho visa despertar o interesse dos moradores pela política, pelos problemas sociais que os atingem. Esse trabalho de bairro também se combina no próprio interior do bairro com as tarefas políticas que são uma constante da prática revolucionária. Essa combinação tem o objetivo de elevar o grau de organização e a participação de todos na luta por suas necessidades, de elevar o nível de consciência, implantar nos bairros a presença de um movimento político, organizar independentemente os trabalhadores comprometidos com a política da classe operária, mobilizar setores mais amplos frente a acontecimentos políticos gerais, etc. A combinação do trabalho de bairro com as tarefas políticas também age nos bairros para organizar a resistência dos trabalhadores e fortalecer nela a política da classe operária.

Em segundo lugar, para acumular forças na direção representada pelo programa da classe operária, é necessário que o trabalho político se estenda também a outros setores sociais. Naturalmente que, em virtude da fraqueza ainda existente no movimento revolucionário, ele está bastante incapacitado para deslocar esforços agora para o trabalho político no campo, onde se encontram os principais aliados estratégicos da classe operária industrial. Não é isto, entretanto, que vai impedir que o trabalho político não se coloque também ao lado dos trabalhadores agrícolas e dos camponeses pobres. O trabalho político, ainda que não possa se fazer presente agora de maneira forte e organizada no campo, denuncia as condições de vida existentes no campo, as violências da exploração capitalista e do regime contra os assalariados rurais e camponeses pobres, coloca-se ao lado de suas justas reivindicações.

Nos grandes centros do país, onde se concentra o tra-

COLABORA COM A IMPRENSA OPERÁRIA CLANDESTINA NO BRASIL

balho político no interior do movimento operário, esse trabalho político também se faz presente junto a outros setores sociais de importância para a luta dos trabalhadores contra a ditadura e pelo socialismo. Entre os estudantes, intelectuais, profissionais liberais, bancários, etc., o trabalho político assume a tarefa geral de ajudá-los em sua reorganização de modo independente das instituições e órgãos atrelados e a serviço da ditadura e da burguesia. De ajudá-los a desenvolver suas lutas de resistência frente à política do regime e à opressão policial que se dirige a esses setores. Nessa luta, o trabalho político também amplia e fortalece a organização própria das áreas de influência da política da classe operária.

Intervindo sobre os obstáculos que mais entram agora o crescimento da resistência das massas, lutando para criar e fortalecer as formas de organização desatreladas nas fábricas, áreas fabris, nos bairros, nas escolas, entre bancários, jornalistas, professores, etc., desenvolvendo, a partir das necessidades imediatas da massa e do movimento, uma prática combativa que atraia os setores mais dispostos ainda dispersos, organizando de modo independente as camadas combativas que nas lutas e atividades práticas despertam para a política da classe operária difundindo, com base nas necessidades específicas da massa e com base nas manifestações de violência da exploração capitalista e do regime, o programa político da classe operária - o trabalho político assume então o objetivo geral, nesse período de acumulação de forças, de avançar a organização da resistência popular e de fortalecer nela a direção da classe operária. Este é o sentido que tem o trabalho político junto à tendência ao crescimento das lutas de resistência popular, em particular as da classe operária, para todos aqueles que de fato se colocam ao lado dos interesses da classe operária. É este o sentido da atual acumulação de forças, para que ela de fato sirva de base para o avanço da luta contra a ditadura e pelo socialismo. Para que ela contribua para o surgimento de um movimento político conseqüente que seja o resultado do avanço e da unificação da resistência popular.

PELO FORTALECIMENTO DA RESISTÊNCIA  
DOS TRABALHADORES !

PELA FORMAÇÃO DE UM MOVIMENTO POLÍTICO  
CONTRA A DITADURA E PELO SOCIALISMO !



## Editorial do Jornal « Política Operária » nº 48 : « FORTALECER A DIREÇÃO OPERÁRIA NA RESISTÊNCIA A DITADURA »

Este número de POLÍTICA OPERÁRIA apresenta uma mudança bastante grande em relação à linha política que vinha sendo defendida nos números anteriores.

Essa mudança expressa a autocrítica que atualmente é enfrentada por POLÍTICA OPERÁRIA.

A política defendida nos números anteriores era marcada por uma visão sectária no que toca ao enfrentamento das fraquezas atuais do movimento; e por isso defendíamos uma visão sobre o trabalho de oposição sindical que implicava em fragmentar e dividir o trabalho em cima de questões de pequena importância, como o índice de aumento salarial.

Neste sentido vemos hoje como um desvio de conseqüências bastante danosas a política de oposição sindicais "proletárias". Consideramos que nossa atuação na criação dessas oposições só fez atrasar o fortalecimento de um movimento de oposição sindical que unifique todos aqueles companheiros comprometidos com as lutas da classe operária e com a necessidade de já se organizar de maneira independente para fortalecer essas lutas.

E - de outro lado - POLÍTICA OPERÁRIA tem se omitido em denunciar a opressão política e em defender a política da classe operária frente à ditadura.

Temos rebaixado os interesses políticos da classe operária, ao considerar como principais interesses o fim do arrocho salarial, da lei de greve e do atrelamento sindical.

Com isso deixamos de defender a mais completa liberdade de manifestação política e organização para os trabalhadores e todos os setores oprimidos do povo, o fim da máquina repressiva armada e organizada contra as classes populares.

Temos nos omitido de um posicionamento atual frente à ditadura quando deixamos de lutar para que o fortalecimento das lutas atuais e das formas iniciais de organização independente ampliem a resistência à ditadura, e para que se fortaleça a política da classe operária na resistência à ditadura.

E esses atrasos se ligavam a uma maneira estreita de situar o momento atual e as limitações que derivam do isolamento das lutas atuais.

Do fato de que as lutas são isoladas e de que não se pode pretender ainda uma ampla unificação do movimento de massas, tirávamos entretanto a conseqüência estreita de que então não seria possível influir no crescimento e fortalecimento das lutas atuais, lutar pelo desenvolvimento das formas iniciais de organização independente nas fábricas, que representem uma ligação maior entre a parcela avançada e as lutas de massa, com o conseqüente fortalecimento destas. Estas tarefas ou objetivos parciais que são possíveis hoje, e que enfrentam a fraqueza do movimento expressa na ausência de um sindicalismo combativo mais unificado, expressa na dispersão dos operários mais avançados e na fraqueza do trabalho de base, são tarefas que enfim podem permitir que a resistência à ditadura se amplie também na classe operária, com pequenas conquistas políticas no campo da organização independente.

Na visão estreita que predominou até aqui como era impossível influir nas lutas, também era impossível falar da resistência, ver a atualidade de um posicionamento face à ditadura. E com isso os interesses políticos do proletariado eram rebaixados. E esse rebaixamento era compensado com um sectarismo no plano sindical.

Procuramos aqui firmar um compromisso com o fortalecimento de um movimento de oposição sindical combativo voltado para a organização independente: e com o fortalecimento da política da classe operária na resistência à ditadura; e com a transformação do nosso POLÍTICA OPERÁRIA em um verdadeiro jornal de combate da classe operária."

JUANA AZURDUY  
e  
ANTONIA DE SOUZA

# REGISTRO DE LUTAS



Desde o primeiro número de "CADERNOS DE CAMPANHA", ao contrário dos 25 números anteriores do Jornal Campanha, passamos a dedicar muito pouco espaço a notícias da resistência no Brasil.

Contávamos, para dar notícias em dia, basicamente com informações da imprensa burguesa. Isto devido ao fato de que as notícias de lutas, saídas na imprensa clandestina nos chegavam com um atraso muito grande (demora muito tempo para se ter acesso a imprensa clandestina e as próprias notícias normalmente já saem com um ou dois me-

ses de atraso). E como ao contrário do que ocorria no Chile os brasileiros no exterior já contavam com um certo acesso as fontes burguesas de informação, um noticiário perdia evidentemente a razão.

Optávamos então por divulgar apenas as lutas mais importantes, não sobre a forma de notícias mas de artigos de maior espaço.

Mas isto não é suficiente, e hoje temos isto claro para que os brasileiros possam ter uma visão da conjuntura que passa o Brasil. E a consequência é que passamos a ser vulneráveis do "realismo" daqueles que falam que não existe lutas de trabalhadores, que o único que existe é a oposição burguesa e pequeno burguesa e que portanto...

Por esta razão, optamos por abrir uma seção de "REGISTRO DE LUTAS". Deste modo não nos obrigamos a agilidade de um noticiário, para podermos registrar as lutas que só se tem informação pela imprensa clandestina mesmo que com alguns meses de atraso. Assim os leitores de Cadernos Campanha poderão formar um quadro do desenvolvimento das lutas de resistências. Uma última ressalva. No caso do movimento estudantil, a multiplicação de conflitos e lutas, nos leva a limitarmos o registro às mais importantes.



ceira agressão desse gênero sofrida por eles nos últimos meses no canteiro de obras da SAMERCO.

## GREVE NA CANECO (R.J.)

Mil e oitocentos dos três mil e cem operários dos estaleiros CANECO, entraram em greve no final de novembro quando os patrões resolveram não conceder o reajuste salarial baseado no próprio índice da ditadura.

Em virtude dessa resistência, os patrões resolveram dar uma gratificação de 10%, não assinada em carteira. Embora seja uma manobra que não atende à reivindicação dos operários, a greve significou mais um passo no sentido da sua união para a luta contra a superexploração.

## AMEAÇA DE GREVE NA SAMERCO (E.S.)

Em janeiro deste ano, os operários da SAMERCO no Espírito Santo, em Ubu, fizeram uma denúncia ao delegado de Trabalho e ameaçaram entrar em greve caso não sejam tomadas medidas consequentes quanto aos abusos do Serviço de Segurança da fábrica.

O motivo da denúncia foi a violenta agressão cometida contra os operários quando, por causa de um incidente na fila do cartão de ponto, um inspetor e dez guardas de segurança descarregaram suas carabinas e revólveres em direção a cerca de 400 operários que, dispensados devido à chuva deixavam o mineroduto e a usina de pelotização da fábrica.

Segundo o depoimento dos trabalhadores essa é a ter-

## CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS DO RIO

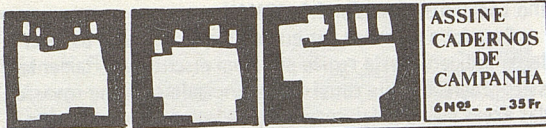
Segundo notícia publicada pela imprensa clandestina em dezembro de 1976 os metalúrgicos do Rio desenvolveram uma campanha salarial bastante ativa conseguindo aprovar em assembléia uma minuta contendo as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores, entre elas um índice de reajuste de 80%, e uma comissão geral de salário e propaganda, além de várias comissões de propaganda para levar a campanha às fábricas.

Mas quando se aproximou a data-base para o reajuste da categoria, a comissão geral do salário e propaganda não se posicionou firmemente pela continuidade da campanha o que levou os operários, pressionados pelo peso dos baixos salários e por um aumento brutal do custo de vida, a aceitar a proposta dos patrões de conceder 40% pelo adiamento, ao invés de continuarem a campanha pelos 80% e só conseguirem resultados em março de 77 quando a Justiça de Trabalho, depois do recesso que se iniciaria logo após a data-base, poderia homologar o reajuste.

## AMEAÇA DE PARALISAÇÃO NAS MINAS DE CARVÃO DE S. CATARINA

A "Operação Tartaruga" que os 5000 mineiros do Sul de Sta. Catarina desenvolvem há uma semana, desde o dia 18 de março, reduzindo a produção em 75%, poderá se transformar em greve geral, caso os empresários insistam em não reajustar os salários em 41%, índice decidido pelo TRT em janeiro.

A idéia da greve se impôs quando chegou a notícia de que o sindicato patronal recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho contra a sentença do dissídio. Os trabalhadores



rejeitaram a proposta de 30 por cento de aumento, justificando, segundo o patrão, pelo aumento de "apenas 23,52 por cento do preço do carvão, autorizado pelo Conselho Nacional de Petróleo, o que não permitiria sequer cobrir o aumento da folha de pagamento".

Os trabalhadores, no entanto, mantiveram a decisão de continuar o movimento e entrar em greve, acusando os empresários, assim como o Sindicato, de desviar a receita da mineração em Santa Catarina para outras atividades.

## GREVE NA DRECO

Foi divulgado em março de 1977 na imprensa clandestina, o movimento de greve realizado pelos operários da DRECO para exigir aumento dos salários.

A situação dos trabalhadores dessa empresa é alarmante: salários baixíssimos não se paga insalubridade, não há restaurante e se exige uma produção bastante grande. Essa situação tem mobilizado os operários para exigir melhores salários e condições de trabalho.

De início foi travada uma luta contra as dobras de serviço para compensação de folgar que já haviam sido comtempladas anteriormente. A mobilização união dos trabalhadores obrigou a empresa a recuar criando um clima favorável para divulgar amplamente a necessidade de lutar por um aumento de 25% nos seus salários.

Durante o ano a empresa já havia concedido antecipações salariais que chegaram até 38%. Como o reajuste da categoria foi fixado em 43%, os trabalhadores exigiram os 25% e mais o que faltava para completar o reajuste oficial, além da classificação na empresa.

Como no dia do pagamento, o aumento oferecido pela empresa foi bem menor que o exigido, o turno da noite parou a produção. Outros turnos diminuíram a produção em 80%, mantendo-se assim durante três dias: até que a empresa propôs um aumento de 15% e a organização da classificação, além de conceder a véspera de Natal e Ano Novo para descansar, sem compensação e sem desconto.

Muitos trabalhadores protestaram, propondo a continuidade da luta pelos 25%, mas a mobilização não se manteve porque a maioria já havia aceitado as propostas da empresa, enquanto alguns mais combativos foram colocados em seções diferentes, para isolá-los dos outros.

## CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS DE S. BERNARDO E DIADEMA (S.P.)

Cerca de 2.500 metalúrgicos de S. Bernardo e Diadema (São Paulo) compareceram a assembléia geral da categoria, em março deste ano, para discutir o reajuste salarial. A assembléia foi precedida de uma reunião ampla onde os trabalhadores redigiram a pauta de reivindicações, que se compõe de 33 itens entre os quais quatro tratam especificamente dos salários (entre elas, aumento único para toda a categoria de Cr\$ 1.944,00 para os mensalistas e de Cr\$ 8,10 para os horistas, fixados a partir da 43ª taxa oficial esperada, de um salário médio de Cr\$ 4.600,00 e

acréscimo de 23% aos 43% da taxa oficial para alcançar os 66% do aumento do custo de vida calculado pelo DIEESE para o período).

Ante a agitação dos metalúrgicos frente ao desemprego o próprio presidente do Sindicato declarou que "a ameaça de desemprego é um jogo dos patrões pois em determinada época todos os anos, sempre circulam boatos de licenciamento e nós, até inconscientemente, produzimos o dobro" nestas circunstâncias. Precisamos tomar cuidado para não sermos joguetes do patrão, para que ele não exija de nós aumento da produção. No momento, o Sindicato se preocupa com o problema da utilização da rotatividade da mão de obra para diminuir o salário real dos trabalhadores contratando um novo operário por um salário inferior ao daquele que ele foi substituir. Não vamos abrir mão da reivindicação de igual salário para os substituídos por 1 ou 2 a mais no salário, assim como não abriremos mão da exigência de creches a um máximo de 1 Km. do local de trabalho e da estabilidade de emprego para as gestantes".

A pauta foi aprovada por unanimidade para ser defendida pela diretoria do sindicato junto aos patrões, como primeiro passo.

## GREVE NA SUDANTEX (R.J.)

Segundo notícia publicada na imprensa clandestina em março de 1977, os operários da SUDANTEX, no Rio de Janeiro, paralisaram a produção durante duas horas quando não receberam seu pagamento. Os operários só recomeçaram a trabalhar quando os patrões resolveram providenciar o pagamento.

## GREVE NA MOLDU-CAR (S.P.)

Em março de 77 foi publicada na imprensa clandestina a notícia de que os operários da MOLDU-CAR em São Paulo jogaram ao chão bandejas no restaurante da empresa, em protesto contra a péssima qualidade da comida. O descontentamento nessa fábrica tem aumentado também com relação às péssimas condições de trabalho e aos salários baixíssimos.

## LUTA NA ALPS

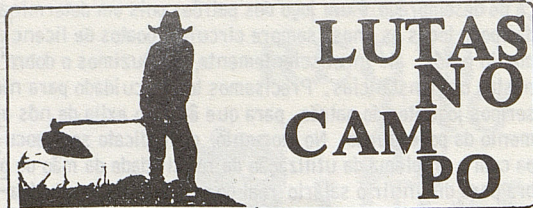
Segundo notícia publicada na Imprensa Clandestina em março de 77, os operários da ALPS do Brasil Ind. e Com. Ltda., pequena empresa do grupo Rádio-Rádio, paralisaram uma seção durante um dia inteiro, quando a empresa usando como pretexto as antecipações já concedidas, aumentou os salários em apenas 8%, ao invés dos 43% previstos para a categoria. As reivindicações não foram atendidas e os operários retomaram o trabalho. No entanto a agitação continua no sentido de melhor reorganizar os trabalhadores para retomar a luta.

## GREVE NA PAINZ (M.G.)

Conforme notícia publicada na Imprensa Clandestina em março de 1977. Os operários da PAINZ (ex-Ferro de Minas), em Minas Gerais, paralisaram a produção em toda a fábrica, quando a empresa atrasou por dois dias o pagamento.

Os patrões, por seu lado, chamaram a polícia mili-

tar e o DOPS. Os policiais, contudo, não intervieram, deixando aos patrões para efetuar o pagamento para evitar maiores problemas.



### AMEACA DE GREVE NOS CANAVIAIS DO RECIFE

Em janeiro deste ano cerca de 20.000 trabalhadores no corte de cana-de-açúcar dos municípios de Palmares, Agua-Preta e Caten de, a 100 Km. de Recife, ameaçaram paralisar as atividades porque ainda não tinham recebido os salários correspondentes a 3 semanas, nem a segunda parcela do 13º salário.

Os plantadores de cana que abastecem as diversas usinas da região condicionam o pagamento dos atrasados à liberação do "subsídio de equalização" pago pelo governo, que o Instituto do Açúcar e do Alcool suspendeu alegando esgotamento do fundo de exportação.

A Delegacia Regional do Trabalho elaborou um conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Associação dos Fornecedores e representantes dos sindicatos rurais, uma tabela reduzindo de 27 para 22 cruzeiros o pagamento por tonelada de cana cortada e de 25 para 20 cruzeiros o de cana queimada para quem produz acima de 1,5 toneladas por dia. Abaixo dessa produção a base será o salário mínimo de cerca de 18 cruzeiros por tonelada.

Os trabalhadores não aceitaram essa tabela. Os bóias-frias já começaram a abandonar a colheita e os cortadores permanentes pretendiam seguir seu exemplo, paralisando o trabalho.

O próprio delegado regional do Trabalho, Romildo Leite, admitiu que o quadro podia se agravar rapidamente, envolvendo os 300 mil trabalhadores que fazem a colheita da cana em toda a Zona da Mata pernambucana.

### REUNIÃO DOS 150 LÍDERES INDÍGENAS DE RORAIMA

Em janeiro deste ano, 150 líderes indígenas do território de Roraima se reuniram sob a coordenação do Conse-



### Iho Indigenista Missionário (CIMI).

Essa foi a primeira vez que os representantes da população indígena desta região puderam discutir abertamente seus problemas que consistem principalmente na invasão das áreas demarcadas como propriedade dos índios, pelas grandes empresas agro-pecuárias.

Contudo, o encontro desses caciques, macuxis, wapi-xana e tauarepang, que representam cerca de 10 mil índios (um sexto da população total do território de Roraima), foi interrompida em seu segundo dia pelo delegado da FUNAI, José Carlos Alves e agentes da Polícia Federal, quando todos os índios presentes já haviam prestado seu depoimento.

Cirino, um dos índios mais ativos do encontro, disse ao delegado que a reunião tinha sido realizada pelos padres porque os índios não conseguiam dialogar com a FUNAI que "está do lado dos fazendeiros".



### GREVE NA U.F.R.G.S.

Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciaram em fevereiro passado um movimento destinado a impedir o reinício das aulas no dia 1º de março, marcando para o dia 14 de março uma concentração que não se realizou mas provocou a prisão de três radialistas da Rádio Continental que haviam noticiado a concentração. Os estudantes protestavam assim contra a mudança para o novo campus da Universidade, que além de estar situado a 16 km. de Porto Alegre obrigando os alunos a duas horas de viagem por cerca de Cr\$ 4,00, não dispunha da infraestrutura necessária.

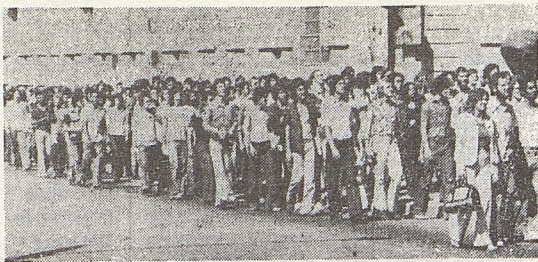
Na 2a. quinzena de março mais de 50 dos alunos do Instituto de Letras da UFRGS, que já foi transferido estavam em greve.

A situação dos três radialistas continuava indefinida e segundo a Polícia Federal havia possibilidade de que fossem enquadrados no artigo 16 da Lei de Imprensa (emissão de notícias inverídicas, deturpadas ou truncadas).

### MARCHA DOS ESTUDANTES PELA LIBERTAÇÃO DOS PRESOS (R.G.S.)

Cerca de mil estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da PUC e da UNISINOS, decidiram em uma assembléia geral que teve lugar no dia 1º de abril, realizar uma concentração no prédio da Reitoria da U.F.R.G.S. para protestar contra as prisões arbitrárias de 21 pessoas, entre estudantes, professores e jornalistas.

Uma "Carta Aberta à População" havia circulado onde os estudantes se posicionavam "contra todos os atos e leis repressivas, contra as cassações e prisões arbitrárias, pe-



la imediata libertação dos presos" e convocavam para a concentração na Reitoria no dia 5 de abril. Ao mesmo tempo circulavam diversas vias de um abaixoassinado que deveria ser entregue ao reitor da Universidade, que reivindicava também a garantia de liberdade de expressão e organização para todos os setores da sociedade e a anistia geral.

A reunião foi acompanhada de um debate onde os alunos focalizaram a necessidade de crescimento do movimento estudantil, de um protesto conjunto contra o fechamento do Congresso e de uma frente única pela anistia.

Quando foram informados que o reitor Homero Jobim não receberia nenhuma comissão, os estudantes resolveram realizar uma marcha silenciosa até o Restaurante Universitário e marcaram ainda uma nova concentração para o dia 6 de abril.

A marcha que foi seguida de perto por agentes da DOPS e soldados da P.M., transcorreu sem incidentes, pois os estudantes resolveram se dispersar em frente a Escola de Engenharia já próximos ao Restaurante Universitário porque se depararam com dois pelotões da Brigada Militar, com soldados armados de baionetas e 20 policiais de cavalaria.

No dia 6 de abril os 600 estudantes que compareceram a concentração decidiram "formar uma comissão de direitos humanos para protestar contra a Ditadura Militar" e marcar nova assembléia para o dia 13 de abril.

#### PASSEATA DOS ESTUDANTES PAULISTAS

Cerca de 5.000 alunos (2) da USP, da PUC-SP e de escolas isoladas realizaram no dia 30 de março desse ano uma passeata e uma concentração no Largo de Pinheiros, para reclamar maiores verbas para a educação. A passeata e a concentração realizaram-se sem incidentes.

O Secretário de Segurança, Coronel Erasmo Antonio Dias, proibira no dia anterior a concentração que se realizaria no Largo do Arouche, de onde os estudantes iriam até a Secretária de Educação para formalizar-se as suas reivindicações.

A passeata foi iniciada às 11 horas no prédio do Curso de Engenharia Civil da USP e durante o percurso de ida foram distribuídas cópias de uma carta na qual os estudantes explicavam suas reivindicações, tendo como base maiores verbas para o setor educacional e anuidades mais baixas nas universidades particulares.

Seguindo ordem do secretário Erasmo Dias, a área central de São Paulo, entre a Praça da República e o Largo do Arouche foi praticamente fechada ao trânsito das 7 até às 14 horas. O secretário acompanhou de perto a operação que visava impedir a concentração de estudantes em frente à Secretária de Educação.

Quando, atendendo um apelo dos representantes do

DCE, voltaram a USP, os estudantes se reuniram na Escola de História e Geografia e decidiram manter-se em assembléia até que houvesse uma resposta do Ministro Paulo Egydio para os problemas das verbas para a Universidade.



#### REVOLTA NOS BAIRROS DE BELO HORIZONTE CONTRA TRANSPORTES DEFICIENTES

Os moradores de Engenho Nogueira e vilas adjacentes, bairros populares de Belo Horizonte, usuários da Viação Itamarati, revoltaram-se contra o péssimo serviço da linha 104 dependendo dos carros.

Já estava fazendo parte do cotidiano dos trabalhadores perder o serviço e por isso ter o salário diminuído porque não podiam contar com a condução. Os ônibus chegavam sempre muito atrasados e as filas cresciam cada vez mais, de tal maneira que um só carro não podia transportar todas as pessoas que esperavam. O descontentamento vinha crescendo e as ameaças começaram a ganhar corpo, até que um dia depois de três horas de espera, os trabalhadores armados de paus e pedra destruíram dois ônibus, jogando os bancos no mato.

Quase todos os moradores do bairro são operários, trabalhando nos centros industriais de Belo Horizonte e Contagem, para quem a perda de um dia de trabalho representava o desconto de dois dias, pois quem não vai um dia não recebe o domingo, e mesmo a ameaça de perder o emprego.

Segundo D. Maria, moradora do bairro, "a polícia esteve investigando, querendo saber quem quebrou o ônibus, mas ninguém é bobo de contar. O negócio é a favor da gente".

Os moradores têm tentado com dificuldades, criar formas de luta e mesmo de organização, como foi a comissão de moradores formada para acompanhar um menor de 17 anos que tinha sido preso num dos ônibus quebrados, até o DOPS. "A polícia fez pressão com ele lá dentro", conta Seu Manuel, "pra ele levar uma lista com o nome de pessoas, mas nós não deixamos ele levar e fomos junto com ele pra saber o que estava acontecendo". O delegado nos disse que tinha sido arbitrariedade de um investigador que não tinha dado ordem de prender ninguém..."

SÓST POR 6 NCMEROS

POR 30

CADERNOS DE CAMPAÑA

ASSINE O

# UMA LUTA EXEMPLAR: greve dos motoristas de ônibus (S.P.)

## União dos Motoristas em Transportes de Empresas Particulares

Colegas somos as chaves do Progresso sem nós ninguém trabalha, então nós temos que ter unção uns com os outros, vamos parar dois dias porque fomos enganados no aumento de 4 salários de 8 horas.

Nós queremos Cr\$ 13,00 por hora com vigência em Maio. Quem receber este cartão é favor passar para outro colega e favor nosso isto é todos ficar sossegados em casa e sem sair de casa para canto nenhum

11a dia 19a 20 de 1/77

Já há alguns anos os motoristas e cobradores de ônibus de diversas regiões do país (1) e principalmente de São Paulo vem mostrando o seu descontentamento com os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, procurando organizar greves e outras manifestações de protesto. Em São Paulo já começa a se criar uma tradição de mobilização desta categoria profissional em cada início de ano. E a cada ano o movimento é mais amplo e generalizado. No mês de janeiro passado, começou a circular nos bares próximos das garagens das principais companhias particulares de ônibus e dentro dos próprios coletivos, um mosquito assinado pela União dos Motoristas em Transportes de Empresas Particulares que chamava à greve geral nos dias 19 e 20 (2). O movimento grevista atingiu toda a cidade e, dependendo da região, mobilizou de 10 a 50% dos trabalhadores da categoria.

Na zona leste, local de grande concentração operária e popular, o movimento atingiu a Auto-Viação Itapeira, a Viação Penha-São Miguel, a Viação Alto do Pari, a Leste-Oeste e a Urbana-Penha, onde praticamente 50 dos motoristas e cobradores faltaram propositalmente ou negaram-se a trabalhar. Nas outras zonas o movimento teve o mesmo reflexo nas empresas mais exploradoras: na Zona Sul a Viação Jurema e a Mar Paulista e na Zona Oeste, a Viação Castro.

Em Guarulhos 30 dos trabalhadores da Empresa de Ônibus Guarulhos, que detem 70 do movimento de transportes coletivos não compareceram ao trabalho. O presidente do Sindicato dos Condutores e Anexos de Guarulhos declarou a greve ilegal ameaçando os grevistas de punição pela Lei de Segurança Nacional e pelo AI-5, reafirmando que o sindicato não tinha nenhuma participação no movimento.

Em Osasco todas as concessionárias (Viação Osasco,

Viação Castro e Viação Santa Clara) tiveram ônibus parados por falta de pessoal. No Jardim Veloso não apareceu nenhum coletivo da Viação Osasco, concessionária da linha. Todo o movimento foi vigiado abertamente pela repressão e o Comando da Radio Patrulha enviou viaturas do Tático Móvel ao local de rendição dos motoristas onde deveria se iniciar a greve na Viação Osasco. Um grupo de motoristas da Viação Castro, que opera na capital e pertence ao mesmo grupo da Viação Osasco, se desloca até esse município para convencer seus colegas a aderir ao movimento.

Em várias regiões se verificaram confrontos entre os trabalhadores e a polícia. Um dos casos mais significativos se deu na Viação Alto do Pari na Zona Leste de São Paulo onde a pronta reação dos motoristas que ocupavam a garagem da empresa, atirando latas de óleo em chamas forçou a retirada dos agentes do DEOPS que vieram desalojá-los.

Por outro lado, o forte esquema policial montado junto aos pontos de ônibus, confirmava temores de atos coletivos de protesto contra o preço das passagens e a má qualidade dos serviços e de solidariedade com os grevistas.

A divulgação do movimento nos jornais, rádios e canais de televisão, levou até a população as dificuldades em que vivem os trabalhadores de transportes coletivos e principalmente, um exemplo de sua combatividade não só se mobilizando para a greve mas também ocupando garagens e formando piquetes de greve, formas de luta que ultrapassaram os limites da palavra de ordem da União dos Motoristas que chamava somente a faltar ao trabalho permanecendo em casa. A greve dos motoristas e cobradores de São Paulo consolidou um avanço importante na organização e união dos trabalhadores.

Além disso a divulgação do movimento na imprensa furou o bloqueio sistemático que tem sido imposto há anos aos movimentos operários em geral e especialmente aos movimentos grevistas. Depois de anos de banimento a palavra greve voltou a aparecer nos noticiários dos principais jornais, rádios e televisões do país.

### NOTAS

(1) Em outras regiões do país também começa a se formar uma tradição de mobilizações dos motoristas e cobradores de ônibus todo o início de ano, através de movimentos de greve ou outras manifestações de protesto.

Em Porto Alegre motoristas e cobradores da Companhia Cariária Porto Alegrense paralisaram o trabalho por cinco horas exigindo melhores condições de trabalho e aumento dos Cr\$ 5,00 que recebem por hora.

Em Salvador, os motoristas de ônibus realizaram uma operação tataruga em protesto contra as empresas que não acataram a decisão do Tribunal Regional do Trabalho que fixou em 2 mil cruzeiros o salário mínimo para a categoria.

(2) O mosquito da União dos Motoristas encontra-se reproduzido no início do artigo





**OS  
PARTIDOS  
COMUNISTAS  
NA  
AMERICA LATINA  
ANTES DA  
REVOLUÇÃO CUBANA**



M. Garcia

**A  
FORMAÇÃO  
DOS  
PARTIDOS  
COMUNISTAS  
NA  
AMERICA  
LATINA**

M. GARCIA

A história da América Latina se vincula estreitamente com a história do desenvolvimento do capitalismo em escala internacional. A descoberta do Novo Mundo é resultado da expansão do capitalismo comercial; sua colonização contribuiu para a emergência do capitalismo industrial. Mesmo depois de liberadas do vínculo colonial as repúblicas hispanoamericanas e o império brasileiro continuarão a ser uma peça importante no fortalecimento do capitalismo na Europa e Estados Unidos.

A ruptura do nexo colonial não mudou a função das economias latinoamericanas no sistema capitalista mundial. Muito pelo contrário, contribuiu para aprofundar o estatuto particular das formações econômico-sociais latinoamericanas, que acentuarão sua posição de produtores de matérias primas e produtos alimentícios e consumo das manufaturas oriundas das indústrias inglesas e de outros países capitalistas.

As modificações produzidas no sistema capitalista mundial serviram para aprofundar esta situação semi-colonial. A passagem ao capitalismo monopolista - o começo da era do imperialismo - se fez aprofundando o estatuto semi-colonial de países como os da América Latina.

O imperialismo significa uma expansão sem precedentes das forças produtivas e é a tendência à concentração que vai contribuir para que as metrópoles comecem a disputar com muito mais afinco o controle das fontes de matérias primas. Esta disputa inter-imperialista, nem sempre apareceu como tal, estando muitas vezes mascarada da luta regional nas áreas periféricas. Tal parece se evidenciar na Guerra do Pacífico que terminou por uma expansão da zona mineira do Chile, a partir da conquista marítima de territórios anteriormente pertencentes ao Peru e a Bolívia.

Mas a América Latina continuou sendo para as grandes potências uma fonte de matérias primas, um mercado para os produtos manufatureiros, e, o que não pode ser esquecido, um mercado para os capitais que se expandiam pelo mundo inteiro. São estes capitais que impulsionaram a exploração do salitre e do cobre no Chile dentro de novas condições técnicas, adequadas aos novos ritmos da demanda. Os capitais estrangeiros estiveram presentes na construção de obras necessárias à expansão da produção de produtos agrícolas e mineiros: portos, estradas de ferro, caminhos e inclusive, uma atividade industrial mínima que surgiu como resultado da expansão capitalista. Isto é válido tanto para as economias de "enclave" mineiro, como para aqueles países nos quais o sistema produtivo estava em mãos de capitais nacionais, associados na comercialização, beneficiamento industrial ou nos aspectos financeiros ao capital internacional.

Os efeitos desta dinâmica do capitalismo em sua etapa monopolística são muitos: capitalização da exploração mineira e agrária, no caso dos enclaves, desenvolvimento de um setor industrial afim ou de um setor terciário, contribuindo ambos para a urbanização e formação de um mercado interno que, por sua vez, condiciona um processo de industrialização local. Em todos os casos a consequência é a mesma: a emergência de uma classe operária, na maioria dos casos precedendo mesmo a formação e consolidação de uma burguesia nacional.

A formação da classe operária latinoamericana obedece centralmente a dinâmica da expansão imperialista e de seus efeitos sobre as economias dependentes do continente.

Assim, os grandes núcleos do proletariado chileno se formam na zona mineira, especialmente nas salitreiras ao norte do país. A expansão da classe operária na zona central é mais lenta e qualitativamente distinta. Trata-se neste caso de uma classe atomizada em pequenas indústrias, quando não trabalhadores autônomos, resultante do lento processo de formação de um mercado interno.

Na Argentina, país que a partir dos anos 80 experimentou um considerável desenvolvimento de suas forças produtivas, constituindo-se em um importante fornecedor de carne, couros, trigos e cereais em geral, a classe operária esteve vinculada a atividades conexas a este processo de fortalecimento da economia agrário-exportadora: constituição de frigoríficos, moinhos, portos, transportes ferroviários. A urbanização se acelerou mais do que em qualquer outro país da América Latina. O mercado interno provocou a emergência de uma indústria de bens de consumo que deu seus primeiros passos ainda na última década do século passado: aparece então um setor alimentício, têxtil, de vestuário, bebidas, etc.

Guardadas as diferenças, esta situação se reproduz no Uruguai.

No Peru, a consolidação dos enclaves mineiros e agrícolas foi o elemento central na formação da classe operária, ainda que nas cidades se produzia em pequena escala um processo clássico de industrialização e desenvolvimento de serviços.

No Brasil, a expansão do café, que substituiu o açúcar como primeiro produto de exportação, consolidou a situação do centro-sul como zona economicamente hegemônica e impulsionou a constituição de indústrias para apoiar a comercialização do café (beneficiamento, ensacagem, etc) e o desenvolvimento de serviços necessários à sua canalização para o mercado internacional (ferrovias, portos, etc). Ao mesmo tempo, a demanda de mão de obra se intensificou e mudou de qualidade com o fim da escravidão. Aparece um mercado interno que serve de mola propulsora para um primeiro surto industrializador. São Paulo se consolida pouco a pouco como cidade industrial e comercial. Sua expansão demográfica entre 1890 e 1914 é impressionante.

Em todos os casos, e outros países poderiam ser incorporados à nossa análise, se dão condições objetivas para o surgimento de um proletariado industrial mais ou menos importante ou de outros contingentes de assalariados concentrados nas minas, nos serviços ou nas plantações.

Com a guerra de 1914-1918, vamos verificar a incidência de dois fatores sobre as economias latinoamericanas, especialmente sobre as que possuíam um setor de exportação mais desenvolvido. Em primeiro lugar se produz um incremento considerável das exportações de produtos primários, incremento que se expressa não só do ponto de vista do volume como no que se refere ao valor das exportações. Em segundo lugar, e este fenômeno é desigual, a reorientação industrial que a guerra provoca nas metrópoles imperialistas, interrompe o fluxo de mercadorias em direção aos países latinoamericanos, provocando uma certa industrialização substitutiva de importações, que é facilitada ademais pela considerável acumulação de divisas que a expansão do comércio exterior acarretara.

## CLASSES E O SISTEMA POLITICO

Este quadro econômico sumariamente descrito condicionou não só a formação de um proletariado que em al-

guns casos (como o argentino) teve uma expansão acelerada, mas igualmente determinou a emergência de camadas médias cujo desenvolvimento se incrementa na medida em que a industrialização se fortalece. Esta irrupção da pequena burguesia nas formações sociais latinoamericanas introduz elementos de perturbação para a estabilidade do sistema de dominação que obedecia rigidamente os desígnios dos setores vinculados às atividades primário-exportadoras e faziam do aparelho de Estado um instrumento de seus mesquinhos interesses sem nenhuma preocupação de legitimidade em relação a outros estamentos da sociedade.

A reação das camadas médias não se faz esperar e, em muitos casos ela se articula, ou caminha ao lado da mobilização do nascente proletariado. Na Argentina, onde o fenômeno é prematuro, ela determina a formação da União Cívica Radical, nos anos 90 e, em certa medida, do Partido Socialista Argentino. Este processo de intervenção do radicalismo culminará com a eleição de Hipólito Yrigoyen à presidência da República, em 1916. No Uruguai, a subida de Battle y Ordoñez à presidência, na segunda década do século expressa o peso da pequena burguesia e, ao mesmo tempo, reforça sua presença na vida do país. No Chile, uma dinâmica semelhante leva Alessandri à direção do país em 1920. No Brasil, a explosão da pequena burguesia se dá simbolicamente a partir de 22 e vai ter na revolução de 1930 um momento culminante.

Na totalidade dos casos, no entanto, o proletariado aparece como uma espécie de classe de apoio passiva da pequena burguesia e da burguesia industrial. Sem o peso quantitativo e qualitativo necessário, sem uma condução política que globalizara suas aspirações, o proletariado se vê confinado à ação reivindicativa e ao enfrentamento ideológico com a ordem burguesa.

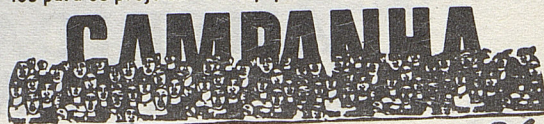
No caso do Brasil, Uruguai e Argentina este fenômeno se combina com o fato de que a maioria da classe operária é composta de imigrantes italianos, espanhóis, alemães e de outros países da Europa. Em 1914, quando o Censo Industrial da Argentina registra 410 mil operários no país, 59% deste contingente é composto de estrangeiros.

No Brasil as proporções são mais ou menos as mesmas e em 1920 o proletariado de São Paulo era majoritariamente composto de estrangeiros.

Este fenômeno tem seu peso na constituição do proletariado destes países e em seu acionar. Contribui em grande medida para o enclausuramento da classe e para que o enfrentamento com o sistema se dê, ou no conflito direto ao nível da fábrica ou na contestação ideológica da luta política em seus distintos níveis.

A hegemonia anarquista ao nível sindical e como corrente ideológica contribui para o desenvolvimento de uma perspectiva que, sendo classista, separa, no entanto, o proletariado não só de outras classes e camadas da sociedade, como da realidade política mesma do país.

A alternativa passa a ser ou um purismo classista que dá combatividade à classe mas a conduz politicamente a um beco sem saída, ou à desarticulação da classe enquanto tal e a arregimentação de contingentes operários amorfo para os projetos de um populismo nascente como o de





## AS CORRENTES SOCIALISTAS

Este é o quadro que vai condicionar o surgimento e a existência das correntes socialistas na América Latina, e, mais tarde, a formação dos Partidos Comunistas no continente.

Passemos por alto as dezenas de tentativas de formação de "partidos socialistas" de efêmera vida que constituem como que a pré-história dos partidos operários em vários países entre o final do século passado e os dez primeiros anos deste.

A primeira manifestação orgânica significativa da ideologia socialista na América Latina é a formação do Partido Socialista Argentino, em 1896, fundado por Juan B. Justo. Da mesma forma que a União Cívica Radical, constituída um pouco antes, o PS argentino é expressão da efervescência política dos anos 90 na Argentina, expressão por sua vez da inadequação do sistema político ao desenvolvimento econômico e social do país.

O PS argentino, no entanto, é um partido fortemente influenciado pela pequena burguesia. Não só por sua origem social, ainda que a presença operária fosse importante em suas fileiras, mas, sobretudo, pelas referências ideológicas de seus fundadores, que marcaram profundamente sua história. Justo se confessava um discípulo do revisionista alemão Bernstein, pai da social-democracia no sentido atual do termo. O PS nutria relações com a Internacional Socialista e esta relação parece haver fortalecido sobretudo sua orientação reformista e parlamentarista. O PS argentino já no começo deste século se orientará fundamentalmente por uma via eleitoral. Seu trabalho junto à classe operária se debilitará enormemente, o que vai facilitar a hegemonia das correntes anarquistas e anarco-sindicalistas. São elas que animarão a Confederação Operária Regional Argentina, central sindical que marcou os 20 primeiros anos deste século.

A partir de 1912, no entanto, a reação à orientação dominante no PS começa a se manifestar e esta manifestação assume duas formas: em primeiro lugar uma reação ideológica à orientação bernsteiniana na direção de Justo, o que provoca a formação do Centro Karl Marx, pelos setores de esquerda do partido, e em segundo lugar, a constituição de um comitê destinado a fortalecer o trabalho sindical, que se encontrava praticamente abandonado.

As tensões no interior do Partido Socialista vão agravar-se durante a Grande Guerra, quando a maioria da direção, com Justo à cabeça, se pronuncia pelo alinhamento da Argentina ao lado da Inglaterra e da França, enquanto que os setores de esquerda se pronunciam pela denúncia do caráter imperialista da guerra e consequente neutralidade, invocando os acordos da conferência de Zimmerwald. O segundo ponto de conflito é a posição do PS fren-

te à revolução russa. O grupo de Justo se inclinava mais a um apoio aos mencheviques, enquanto que os setores de esquerda se reconhecem nos bolcheviques. Ainda que as posições da esquerda se imponham no que se relaciona aos problemas da guerra, Justo e os demais parlamentares do PS votam a ruptura de relações com a Alemanha. A crise explode no interior do partido e por uma manobra burocrática a minoria expulsa os setores de esquerda. Estes se reúnem em janeiro de 1918 e realizam o congresso constitutivo do Partido Socialista Internacionalista.

Em 1919, sob o impacto da revolução de outubro na Rússia, se constitui em Moscou a Internacional Comunista (III Internacional).

Em dezembro de 1920, reúne-se um Congresso Extraordinário do Partido Socialista Internacionalista. O PSI que havia manifestado apoio à formação de uma nova Internacional (e por esta razão é considerado como fundador da IC, mesmo sem ter participado de seu primeiro congresso) toma conhecimento das 21 Condições que o segundo Congresso da Internacional havia aprovado naquele mesmo ano e ao aceitá-las se transforma em Partido Comunista da Argentina, em respeito à 17ª Condição. (1)

A formação do Partido Comunista da Argentina, como a anterior cisão do PS que deu origem ao PSI não representa um elemento novo na história do proletariado argentino no sentido de que não é expressão de modificações profundas no quadro nacional da luta de classes nem vai provocar alterações.

Sem cair nos extremos de certos historiadores argentinos (2) é correto pôr em destaque o fato de que o que provoca, não só a divisão no seio do socialismo argentino, como a formação do Partido Comunista não são problemas vinculados à luta de classes neste país, mas temas gerais de política internacional (a guerra, a revolução russa) que, sendo importantes, não eram sentidos pelas grandes massas trabalhadoras como as questões candentes. Não pode deixar de se recordar que a fundação do PCA, toda a crise do socialismo que a precede se dá no marco de profundas alterações na vida política do país como consequência do início da experiência populista que o radicalismo vitorioso nas eleições de 1916 começa a empreender.

## CHILE: DO PSOCH AO PCCH

A experiência chilena mostra um caminho distinto na formação do Partido Comunista. Em 1916, Luís Emilio Recabarren, operário tipógrafo originário de Valparaíso, rompe seus laços com o Partido Democrático, organização pluriclassista que reunia ao lado de outros setores sociais os melhores combatentes da classe operária, e que nas eleições presidenciais havia apoiado um candidato latifundiário. Para escapar às perseguições policiais, Recabarren se refugia na Argentina, passando a militar no PS deste país. Viaja posteriormente a Europa e aí amplia sua formação política e ideológica. Ao voltar ao Chile e depois de um período na prisão, Recabarren retoma sua atividade junto à classe operária e o resultado deste trabalho é a formação em 1912 do Partido Operário Socialista Chileno, nascido em Tocopilla, zona salitreira, coração do destacamento mais avançado do proletariado chileno neste período.

Este partido, que vai realizar seu primeiro congresso em 1915, ganhando assim dimensões nacionais, será um importante elemento na formação de um movimento operário classista, intervindo, igualmente, ao nível sindical e sendo um dos fatores fundamentais do desenvolvimento da

Federação Operária do Chile (FOCh).

Recabarrem fará mais uma vez (1917) a experiência da luta revolucionária em outros países. Sua presença pode ser observada na fundação dos partidos comunistas da Argentina e do Uruguai. De Volta ao Chile e depois dos importantes acontecimentos políticos que levaram Arturo Alessandri à presidência do país em 1920, é eleito deputado, o primeiro operário a ingressar num parlamento até então reservado aos representantes das classes dominantes chilenas. Em 1922, no marco de um período histórico que vê o Partido Socialista Operário reforçar sua atividade junto à classe, se realiza o IV Congresso da organização, na cidade de Rancagua, que decide pela aceitação das 21 Condições da Internacional Comunista. O POSCh passa a chamar-se Partido Comunista do Chile. A transição entre as duas organizações, no entanto, é praticamente linear. Vemos aí uma forma distinta de incidência de um acontecimento como a Revolução de Outubro na realidade concreta de um país. Não são os temas gerais exclusivamente que vão estar presentes na decisão dos militantes de POSCh. A adesão a Internacional Comunista, não representa para este partido com bastantes raízes na classe operária uma crise. Simplesmente redimensiona sua atividade. Este fato não deixa de ter suas consequências para o futuro da classe operária chilena e de seus partidos.

## A SUPERAÇÃO DO ANARQUISMO

A partir de 1917 começa a evidenciar-se a crise do movimento anarquista. A esta crise não são alheias as modificações estruturais da classe operária latinoamericana, a perda de importância relativa dos contingentes estrangeiros o surto industrializador em muitos países, que diminui o peso dos artesãos e, fator fundamental importância, a vitória da revolução bolchevique na Rússia.

Este declínio se produz no momento em que, finda a guerra, muitas das economias latinoamericanas começam a sossobrar sob os efeitos de uma deterioração do comércio internacional que penaliza os países dependentes e agrava as condições de vida das camadas assalariadas, particularmente do proletariado.

Fica claro, assim, que a perspectiva que o anarquismo oferece ao proletariado ou não é capaz de globalizar suas lutas ou, ao globalizá-las não lhes abre uma perspectiva estratégica ou tática que conduza a uma efetiva acumulação de forças.

Um país no qual estes elementos se evidenciam é o Brasil. A formação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, num país onde as tendências socialistas eram pouco importantes e onde se evidenciava a hegemonia anarquista, passa pelo declínio não só ideológico desta, como pelas derrotas políticas que sua estratégia sofre depois de 1917.

A idéia de um enfrentamento global da classe com o sistema e da derrubada deste pela via da greve geral insurrecional, é debilitada pela relativa derrota da greve geral de 1917 em São Paulo, cuja importância para o movimento operário brasileiro é decisiva, e pelo fracasso dos movimentos de tipo insurrecional que se desenham no Rio em 1918/19.

Não é surpreendente, assim, que o Partido Comunista que se forma em 1922, federando vários núcleos "maximalistas" que existiam em muitos estados do país, contasse em suas fileiras muitos ex-anarquistas convertidos depois da revolução de outubro às idéias do marxismo revolucio-

nário.

Formado em um momento de declínio das lutas operárias, de crise ideológica do proletariado e quando a pequena burguesia fazia ouvir sua voz no ribombar dos canhões do forte de Copacabana, o PCB é em seus primeiros anos de vida uma força marginal na vida política, inclusive da classe operária.

Contrariamente à Argentina, Chile ou mesmo Uruguai, o proletariado brasileiro não tinha uma tradição marxista, nem mesmo socialista. Empenhados em superar este atraso que pode ser simbolicamente atestado pelo fato de que o Manifesto Comunista se publica pela primeira vez em 1924 (na Argentina existia uma edição em espanhol do Capital publicada no século XIX ainda), o PCB não consegue nem contrarrestar as tendências anarquistas que ainda so brevivem, nem as manifestações de um sindicalismo patronal ou populista que começam a infestar certas áreas do movimento operário.

Sua inserção na realidade é pequena e isto pode ser atestado pela ausência de uma análise da sociedade brasileira quase até o final dos anos 20. Sua presença na classe operária é pequena, e isto ele vai reconhecer não sem uma certa melancolia no seu segundo Congresso em 1925. Salvo a experiência do Bloco Operário Camponês, no fim da década, sobre o qual voltaremos em outro artigo e os intentos de estabelecer nexos com o setor radical do tenentismo, a experiência do PCB nestes primeiros anos de sua vida é pouco reveladora do projeto que buscava encarnar e do papel que desempenharia nos anos trinta e depois.

Na análise destes três processos de formação de Partidos Comunistas na América Latina buscamos localizar as complexas relações que existiam neste momento entre a dinâmica das lutas de classe nas formações sociais latino-americanas e as novas condições dentro das quais se desenvolvia a revolução mundial e a Internacional Comunista depois dos acontecimentos de Petrogrado em 1917.

O exame de outros casos nos mostraria que a tendência a uma certa desarticulação entre os processos objetivos da luta de classes e as tentativas de conduzi-los politicamente através de novas vanguardas de classe é mais ou menos geral na América Latina. Os partidos Comunistas passarão a ser elementos efetivos do movimento comunista internacional a partir dos anos 30. Uns serão chamados a desempenhar um papel importante na luta de classes de seus países. Outros serão apenas "seções" da Internacional Comunista. O crescimento dos PCs e seu alinhamento na IC, isto é, sua "bolchevização" será o tema de uma próxima nota.

### NOTAS

(1) Manifestes, theses et resolutions de Quatre premiers Congrès de l'Internationale Communiste 1917-23 (Librairie du Travail - Réimpression François Maspero, 1970) pp 40.

(2) Cf. Rodolfo PUIGROS, *Historia Crítica de los Partidos Políticos Argentinos* e Abelardo Ramos, *Historia del Stalinismo en Argentina*.





## O PRIMEIRO DE MAIO VERMELHO

**DEPOIMENTOS DE JOSE  
IBRAHIM, EX-DIRIGENTE  
DO SINDICATO META-  
LURGICO DE OSASCO,  
SOBRE A LUTA DO 1º DE  
MAIO DE 68 NO BRASIL**

"O golpe do 1º de Abril de 1964 modificou bastante condições para nossa luta. O arrocho salarial imposto pela Ditadura tornava nossa vida mais difícil que antes, a intervenção nos sindicatos, além da lei de greve, criou uma série de dificuldades para nossa mobilização.

"Logo após o golpe, nossos líderes foram violentamente perseguidos. Em 1965 houve a intervenção da Ditadura em quase todos os sindicatos. As novas eleições que se realizaram não eram mais que uma farsa. Eram eleições organizadas pelos mesmos intervencionistas, onde apresentavam-se candidatos únicos. O resultado somente poderia ser igual em todas as partes: os novos líderes surgidos daí, em sua grande maioria, eram pessoas bastante comprometidas com a política salarial da Ditadura - ou se tratava de pelegos de direita, ou de pelegos reformistas, que aceitavam calados o jogo dos patrões contra os trabalhadores.

"Mas os mesmos pelegos estavam obrigados a fazer algo. Os trabalhadores, dentro do possível, tratavam de pressionar por alguma medida. E eles tinham contas que render à classe operária.

"Assim é que, em 1965, já começavam as primeiras manifestações contra o arrocho salarial, por parte das direções sindicais. Mas isto ficava a nível dos puros encontros com as 'autoridades' - o Presidente da República, o Ministro do Trabalho - onde se reclamavam 'modificações', de alguns pontos da política salarial, para tentar 'melhorar um pouco' as condições de vida dos trabalhadores. Isso foi o que se fez até o princípio de 1966.

"Nessa época houve uma reunião na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, onde as direções sindicais decidiram dar alguns passos à frente, na luta contra a política salarial. Aí, decidiu-se realizar uma campanha de recolhimento de assinaturas para que fossem dirigidas ao Ministério do Trabalho. O manifesto trazia uma análise da legislação salarial do governo e fazia propostas de modificação. Todos os sindicatos passaram a participar da campanha. O objetivo era realizá-la durante todo o ano de 1966 e no princípio de 1967 fazer a entrega ao Ministério do Trabalho, em um ato público no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

"Assim fez-se.

"Nesse dia, o Ministro do Trabalho, que havia sido convidado pelos Sindicatos, não apareceu. Enviou um representante seu, que nem sequer falou durante a manifestação e o único que fez foi receber as assinaturas das mãos dos dirigentes sindicais.

"O tempo passou sem que chegasse nenhuma resposta do Ministério. As assinaturas ficaram esquecidas nos cantos dos arquivos e não se deu nenhuma satisfação aos trabalhadores.

"Em setembro de 1967, os dirigentes sindicais de São Paulo resolveram reunir-se para fazer um balanço da situação da luta contra o arrocho salarial. Nessa época, nós já estávamos na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e foi nessa condição que participamos dessa reunião. Estavam presentes 17 sindicatos. Os mais importantes eram o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, o de Guarulhos, o de São Paulo, o do ABC, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, o Sindicato dos Padeiros, o Sindicato dos Alfaiates, o Sindicato dos Químicos de Osasco e o de São Paulo. Havia, além desses, outros sindicatos de uma menor expressão.

"Nessa reunião vimos que a campanha de recolhimento de assinaturas havia sido positiva, no sentido de preo

cupar a classe operária com a luta contra o arrocho salarial. Mas vimos também que era necessário avançar. Teríamos que mobilizar todos os trabalhadores em uma luta concreta pela queda do arrocho. Já não desejávamos mais puras "modificações". Queríamos terminar de uma vez com a superexploração! Essa foi a posição comum dos 17 sindicatos que participaram. E dessa reunião nasceu o MIA (Movimento Intersindical Anti-Arrocho) - uma organização proibida pela legislação da Ditadura. Uma organização intersindical que por essa mesma razão contrariava a legislação da Ditadura, mas que era sustentada na vontade da classe operária de terminar com a superexploração.

"O MIA programou cinco manifestações durante o ano de 1967 e que culminaram no princípio do ano de 68 em uma manifestação no 1º de Maio.

"Todas essas manifestações foram realizadas. E nelas ficou clara uma coisa. Se os pelegos falavam de lutar contra o arrocho, isso não tinha para eles nenhuma consequência real. Entre as direções sindicais, somente a nossa, de Osasco, levava uma oposição firme. Ou seja, organizar os companheiros nas fábricas de uma maneira clara destinada para que a repressão não pudesse nos atingir, formar nossos comitês de empresa e preparar a greve contra o arrocho salarial. Junto a nós, a classe trabalhadora, que seguiu nossa voz em todas as manifestações, impediu que os pelegos falassem e exigia a palavra aos líderes consequentes com os operários. Assim é que, com essas lutas anteriores, criaram-se as condições para a preparação de uma manifestação no 1º de Maio, onde se levantaria a voz independente da classe operária brasileira.

"Depois das manifestações preparatórias, o MIA dissolveu-se. A partir daí, foi formada uma comissão para preparar o 1º de Maio.

"Na discussão sobre como seria a manifestação, surgiram duas posições. As duas partiam de uma decisão da manifestação de Osasco, onde se colocou que o 1º de Maio deveria realizar-se na Praça da Sé, um lugar público e central da cidade de São Paulo. O protesto dos trabalhadores não poderia ficar encerrado nos locais dos sindicatos, para que pudesse chegar a todas as partes do país. Neste ponto estávamos todos de acordo. Mas, os pelegos buscavam seguir rumos distintos dos nossos. Eles colocavam que se deveria convidar as "autoridades" a ir à Praça da Sé. Nós argumentávamos que o 1º de Maio deveria ser uma manifestação somente dos trabalhadores, rompendo com uma política de reconciliação com os patrões. Mas nossa posição foi derrotada.

"Diante disso, começamos a discutir com as oposições sindicais sobre o que fazer. Surgiram distintas propostas. Uma delas era de que se fizesse uma manifestação em Santo André e outra em Osasco, onde somente os operários participariam e não ir à Praça da Sé. Nós acreditávamos que não deveria ser assim. Acreditávamos que deveríamos participar e ter uma posição de crítica na Praça da Sé. Mas não podíamos nos dividir. Isso era o que queriam os pelegos, para estarem livres de nossa presença. Nós sabíamos que muitos companheiros trabalhadores iam estar na Praça da Sé. Por isso também, não poderíamos deixar de estar presentes lá, colocando-lhes nossa posição. Dessa vez a maioria dos companheiros estava de acordo conosco.

"Nossa proposição era de ocupar o cenário, expulsar daí os pelegos e os representantes da Ditadura e realizar nossa manifestação. No caso de que isso não fosse possível, eu falaria e chamaria os trabalhadores a sair em u-

ma marcha até a Praça da República que ficava perto, realizando-se nesse local a manifestação.

"A partir daí, começamos a organizar toda gente. Soamente em Osasco havia quase 200 companheiros preparados para intervir. Fizemos uma agitação muito grande em todo o Grande São Paulo, pintamos os muros, distribuímos panfletos, pregamos cartazes e fizemos pequenos comícios. Mostrávamos que a manifestação do 1º de Maio poderia ser um passo à frente em nossa luta geral contra o arrocho salarial. Além disso, fizemos uma ampla propaganda sobre o significado do 1º de Maio, quanto a um dia internacional de luto e luta da classe trabalhadora, através de um manifesto tirado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Isso levou a que a imprensa dos patrões nos qualificasse de "subversivos".

"No dia 1º, alugamos vários caminhões e ônibus para facilitar aos companheiros a ida ao local da manifestação. Os que já estavam mais organizados foram de trem por sua própria conta. Creio que levamos uns 500 companheiros. Talvez, muito mais.

"A Praça da Sé estava cheia. Devia haver umas 10.000 pessoas. A grande maioria eram operários. Os outros eram estudantes, uns 700.

"A manifestação começou quando os dirigentes pelegos chamaram à mesa os que iam falar. Imediatamente começou uma grande agitação. De toda parte se via aos pelegos. Foi quando se anunciou a chegada do Governador Abreu Sodré. Então, começou uma chuva de tomates, pedaços de madeira e ovos podres que se lançavam contra ele, até que uma pedra o atingiu no rosto. Em menos de cinco minutos havíamos tomado o palanque, colocado uma foto de Che Guevara que simbolizava para nós a solidariedade internacional dos trabalhadores da América Latina. Nenhum pelego logrou falar. Todos eles correram a esconder-se na Catedral. Além dos pelegos, os próprios policiais encarregados de proteger a manifestação foram bastante golpeados.

"Logo realizou-se a manifestação que queríamos. Nela somente falaram os verdadeiros representantes dos trabalhadores e os representantes dos estudantes, que estavam solidários com nossa luta. Mas, falta ainda muita luta para que cheguemos à tomada do poder e nesse caminho nós deveríamos seguir o exemplo nascente dos heróicos companheiros vietnamitas.

"A manifestação do 1º de Maio foi para nós uma verdadeira vitória. Os companheiros trabalhadores que estavam presentes ganharam um novo ânimo para seguir na luta. Todos sentiam que a classe operária era capaz de desenvolver uma luta independente, na medida em que se organizava para isso. Comentava-se que era aquela a primeira vez que haviam visto operários golpear policiais. Os que não estiveram presentes na manifestação, lamentavam-se por não terem ido. Tudo isso preparou o caminho para um maior avanço e radicalização no movimento operário, culminando em julho daquele ano com a greve de Osasco."

JOSE IBRAHIM





# A ATUALIDADE DAS OPOSIÇÕES NA EUROPA DO LESTE

Alfaro BUKOL

O artigo abaixo foi desenvolvido a partir de uma série de artigos saídos no "Quotidien Rouge". Consideramos que eles servem a abertura de uma discussão necessária na es- querda revolucionária brasileira.

Um dia, na URSS, se nomeou um engenheiro como di- retor de um instituto de pesquisa. Ele percebeu que não ha- via disciplina no trabalho, que as pessoas passavam seu - tempo a fumar nos corredores. Seu companheiro, diretor de um zoológico havia superado esse tipo de problema a - partir do momento em que ele colocou nos corredores dois leões recebidos da África, graças à Detente.

O engenheiro decidiu seguir o mesmo exemplo e colocou os leões nos corredores do instituto de pesquisa. O efeito foi instantâneo: ninguém mais ficava nos corredores. Na segunda-feira pela manhã, o diretor entra em seu escritó- rio e o encontra em uma desordem fantástica. "O que sig- nifica esta bagunça? Onde está a doméstica?"

O que se sa- é que os leões tinham devorado a domésti- ca. O diretor maldisse seu companheiro e devolveu-lhe os leões. No caminho do zoo, um dos leões melancólico, diz - ao outro: "Imbecil, eu bem que te preveni que não precisa- va comer a doméstica. Nós comemos dezesseis engenheiros e três técnicos e eles não tinham percebido nada!"

Um vento novo sopra na Europa do Leste: o Grupo de Vigilância para a Aplicação dos acordos de Helsinki na URSS, o Comitê de Defesa dos Operários poloneses em Varsóvia, a Carta dos 77 na Tchecoslováquia, as mobili- zações em torno à expulsão de Biermann na RDA e as diversas manifestações pelas liberdades democráticas na Hungria e na Romênia constituem um forte testemu- nho.

Quando um "punhado de indivíduos", como são de- finidos no Pravda, conseguem abalar os "senhores do Kremlin pelo simples fato de reivindicarem a aplicação das leis em vigor nesses estados burocráticos, duas ques- tões políticas importantes devem ser apontadas: a primei- ra, diz respeito à contradição que existe entre a realida- de quotidiana do estalinismo e a pretendida auto-procla- mação que esses burocratas fazem do termo "socialis- mo". A segunda, é a evidência de que essas reivindica- ções democráticas apresentam um caráter infinitamen- te mais subversivo quando aplicado aos "regimes socia- listas" do que em uma "democracia burguesa".

O ano em curso apresenta uma das mais graves cri- ses já conhecidas pela burocracia após as de 1956 e 1968 (1).

O desgaste das burocracias "nacionais" é evidente, seus fracassos localizam-se seja ao nível econômico (elevação do nível de vida da classe operária e sobretudo das novas camadas intermediárias), seja ao nível político (tentativa de alargar suas bases sociais). Os sintomas são extremamente significativos: a greve dos operários poloneses em junho de 1976 foi um duro golpe e que obri- gou a burocracia a recuar apesar da massiva repressão sofrida pelos grevistas posteriormente.

A existencia há cinco meses do Comitê de Defesa criado pelos intelectuais poloneses em solidariedade aos trabalhadores, sua repercussão nas diversas camadas so- ciais, as vitórias parciais que já obtiveram, testemu- nham a extraordinária crise política do poder da burocracia. Estas mobilizações vêm servindo ao mesmo tempo como um importante catalizador para as Oposições dos outros países.

Na Tchecoslováquia, pela primeira vez após 1972, os "depurados da Primavera de Praga" retomam a iniciativa com a Carta 77 aumentando a influência de uma oposição até então dividida e na defensiva.

Na RDA, pela primeira vez, após um longo período, os germens de uma oposição se cristalizam em torno da expulsão de Biermann (2) atingindo até as camadas da juventude operária. Na URSS, a oposição fez uma reaparição espetacular com a manifestação de 300 pessoas na Praça Pouchkine no dia 5 de dezembro, a primeira com esta importância desde a repressão dos anos 1969-1972.

A grande força dessas oposições, porém, é sua capa- cidade de utilizar as leis em seu proveito. Esta famosa le- galidade socialista que servira somente de ornamento para uso de propaganda, acabou por ser utilizada contra aqueles que pretendiam ser os seus únicos representa- tes. O famoso "Ato final da conferência de Helsinki", que servia como alibi pudico aos compromissos entre a burocracia e as burguesias ocidentais passaram a ser utilizados pelas oposições, a partir da prisão de Vladimir e de Budapeste, como uma arma contra o poder colocando no banco dos réus o conjunto dos seus "carcereiros". Es

NOTAS

(1) Rebelião na Hungria e "Primavera de Praga", ambas culmi- nando com a invasão de tropas da URSS.

(2) BIRMAN, cantor revolucionário expulso da R.D.A.

td'ir. solôncia", por sua vez, passa a se desenvolver sob o terreno de uma crise aguda do movimento comunista internacional. A bomba de retardo começa a funcionar graças ao catalisador possante do ascenso revolucionário na Europa Ocidental. Não se torna cada vez mais difícil para Marchais, Berlinguer e Carrillo se calarem sobre o que se passa no Leste, quando se trata para eles de guardar a credibilidade eleitoral face a "aliados" insolentes e responder às aspirações democráticas dos trabalhadores ?

Por suas tomadas de posições, Marchais & Companhia negam à burocracia o estatuto de únicos representantes legítimos do movimento comunista. E de fato, é cada vez mais delicado a Leste de prender pessoas, que não dizem coisas diferentes das que dizem Marchais, Berlinguer ou Carrillo, três "comunistas" notórios.

O caráter extraordinariamente subversivo da reivindicação de "liberdades democráticas" na Europa do Leste reside na natureza particular desses estados onde uma camada de indivíduos tendo expropriado o poder de outras classes sociais principalmente, à classe operária - somente consegue se manter pelo terror organizado e pela passividade dos dominados. Não são essencialmente as reivindicações democráticas que fazem estremecer de medo os burocratas. Mas fundamentalmente o fato que as liberdades democráticas significam também o direito de greve, os sindicatos independentes, o pluralismo na expressão política, a possibilidade de expressão autônoma das diferentes classes sociais e principalmente da classe operária ... e no fim das contas a garantia desses direitos não consiste num retorno ao capitalismo mas na prática de uma verdadeira democracia dos conselhos operários.

Se a Constituição - resíduo da usurpação - está a tal ponto em contradição com a realidade, se um "punhado de indivíduos", representando a si mesmos, podem colocar em perigo a estabilidade desses estados, significa que este poder é de uma fantástica fragilidade.

## ANTI-COMUNISMO E DEFESA DAS OPOSIÇÕES SOVIÉTICAS

A solidariedade militante aos prisioneiros na URSS e nos outros países do Leste, conheceu uma série de altos e baixos, que refletem em parte uma certa desconfiança com relação a determinados opositores e o medo de cair no "anti-comunismo". É este o alibi principal, por exemplo do PCF, para justificar sua recusa pelas campanhas unitárias de solidariedade, mas é também a atitude de uma parte da esquerda revolucionária. Esta atitude é alimentada por uma parte dos emigrantes, cujo principal desejo é o de se demarcar da esquerda e que participam das campanhas anti-comunistas da burguesia. Não faltam exemplos, lembremos o tom constrangido do "Figaro" que achava que Soljenitsyne exagerava muito, perdendo assim sua credibilidade. A liberação de Plioutch ao contrário, a primeira conseguida graças a uma mobilização de esquerda, viu renascer um movimento de solidariedade e de simpatia pela oposição na URSS. A liberação de Boukovski, ao contrário, seja pela forma que assumiu sua liberação e também pela desconfiança quanto às suas posições, não foi testemunha de tais movimentos de simpatia.

Os apelos dos dissidentes aos governos ocidentais, muito mais numerosos do que os apelos dirigidos ao movimen-

to operário internacional; a referência constante ao Ato final de Helsinki, associados à falta de referências claras ao socialismo, tendem a alimentar as desconfianças do movimento comunista internacional em relação aos objetivos de suas lutas. Isto tem como consequência a ausência de mobilizações de solidariedade consequentes.

Mas essa desmobilização reflete ao mesmo tempo um desconhecimento profundo da importância da luta que as oposições desenvolvem contra a burocracia.

## A OPOSIÇÃO SOVIÉTICA E O OESTE



Começemos por recordar uma evidência: A falta de referência ao socialismo, não é infelizmente o melhor critério para apreciar a oposição em um país onde em nome do "socialismo" sufocaram-se todas liberdades. A clivagem principal não se situa entre uma ala marxista e uma ala "democrática", mas sobretudo entre aqueles cujo objetivo central é a luta pelas liberdades democráticas e aqueles que se reclamam de uma ideologia eslavófila, abertamente anti-socialista (onde os extremos são constituídos de grupos fascistas, nacionalistas chauvinistas, anti-semitas, etc.). Estes últimos, encontram-se sistematicamente fora das mobilizações pela liberdades democráticas, chegando mesmo a condená-las. Soljenitsyne não declarou sua recusa à democracia e ser favorável a um regime autoritário teocrático ?

Para a ala direita da oposição, a "détente" e a conferência de Helsinki traduzem a capitulação sem princípios do Ocidente na defesa dos valores fundamentais do cristianismo face ao diabo comunista. É o sentido dos ataques de Soljenitsyne contra a assinatura de Helsinki por Ford, acusado de abrir a via aos tanques soviéticos e à "barbárie vermelha".

Para a oposição democrática, a conferência de Helsinki, é uma arma privilegiada na luta pelas liberdades democráticas com a qual tenta obrigar a burocracia a respeitar seus engagements face à opinião internacional. Em Moscou, por iniciativa de Youri Orlov, criou-se o "Grupo de Vigilância para a Aplicação dos Acordos de Helsinki" que se propunha como tarefa o recenseamento e a popularização de todas as violações desses acordos pelas autoridades soviéticas. Um grupo do mesmo tipo foi criado na Ucrânia. Nos campos, os prisioneiros políticos, que se batem por seus direitos e exigem uma anistia, fazem igualmente referência de maneira privilegiada ao Ato final. Esta referência vem em prolongamento direto à Constituição soviética, "a mais democrática do mundo". Mas a referência à Helsinki, introduz um elemento novo de importância: a possibilidade de uma abertura maior em direção ao exterior.

Certamente os apelos aos governos ocidentais, para que estes obriguem a URSS a respeitar os acordos de Helsinki refletem as ilusões sobre esses governos e sobre a realidade das liberdades democráticas à Oeste. Mas a ineficácia desses apelos - geralmente sem respostas -, revela às oposições a hipocrisia das burguesias ocidentais.

Se a oposição se engana às vezes de interlocutor, se ela mantém ilusões, é também o resultado das profundas carências do movimento operário internacional com relação às suas tarefas elementares de solidariedade. Em particular, os PCs europeus, apesar de suas recentes declarações sobre as violações das liberdades fundamentais



na URSS, aparecem profundamente ligados à URSS. O movimento operário não mostrou ainda toda sua eficácia, nem sua credibilidade, ainda que a liberação de Plou-chitch seja um primeiro passo nesse sentido.

O movimento operário internacional deve convencer à oposição que ele é o melhor aliado externo na luta pelas liberdades democráticas. Uma atividade sistemática de defesa dos opositores é talvez a melhor maneira de persuadir a oposição democrática que o socialismo que nós reclamamos não tem nada a ver com o arbitrarismo policial do estalinismo.

## O REGIME « MAIS DEMOCRÁTICO » DO MUNDO



O estalinismo representou uma tal contradição entre o que ele é e o que ele pretendia ser, que permitiu o desenvolvimento do "binômio dialético": mentira - terror, numa escala provavelmente jamais vista na história da humanidade.

Em sua teoria o PCUS é composto da vanguarda da classe operária e representa portanto os interesses desta classe e de seus aliados. Por definição, ele é infalível, mas a diferença do Papa, esta infalibilidade não é de origem divina: ela é o reconhecimento de que o objetivo de todo revolucionário é o interesse de sua classe. Como o PCUS exprime sozinho esses interesses, por definição, todo revolucionário deve estar de acordo com a linha proletária. Como o PCUS é o único que está habilitado a ter uma legitimidade proletária, ele dirige o Estado. Portanto: classe operária = Partido = Estado.

Na prática, o monopólio do poder entrega toda oposição interior ou exterior do Partido à repressão, na qualidade de "inimigo do proletariado".

Formalmente, a Constituição de 1936 era a "mais democrática do mundo" como gostava de repetir Stalin. Ela define que toda liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, de manifestação, que a inviolabilidade do indivíduo e do domicílio "conforme os interesses dos trabalhadores" ... estão protegidos pela lei. Mas quem protege a lei? A burocracia pode somente se referir à esta legalidade porque ela pretende retirar sua legitimidade da classe operária. Mas ela precisa sufocar esta legalidade para conservar o monopólio desta "legitimidade" porque ela sabe que toda expressão de uma palavra livre colocaria em questão esse monopólio e por extensão, sua existência.

E por isto que a reivindicação dos direitos democráticos: "Aplicai vossa Constituição, respeitai vossos engagements internacionais" é infinitivamente mais subversivo na Europa do Leste do que em qualquer país capitalista. Krouchtchev havia denunciado no XX Congresso as "violações da legalidade socialista" por Stalin. A oposição democrática vai se constituir em torno da denúncia das violações da legalidade pelos "herdeiros de Stalin". A luta contra a reabilitação de Stalin nos anos 1964 - 68 foi, por isso uma das primeiras grandes mobilizações da oposição.

A denúncia dos processos políticos, dos antigos anti-constitucionais do código penal (artigo 70 e 190), dos internamentos nos hospitais psiquiátricos especiais, foram e são um dos eixos principais do movimento pelas liberdades democráticas. O movimento vai, pouco a pouco se estruturar com a criação, em 1960, do "Grupo de Inicialização pelos direitos cívicos", depois, com a seção soviética

da "Anistia Internacional", do "Comitê pelos Direitos do Homem" de Shakarov, e finalmente, há um ano, diferentes grupos de vigilância dos acordos de Helsinki.

As formas de ação adotadas pelo movimento refletem esta vontade de ação pública nos grandes momentos: ações ao momento dos processos, manifestações, petições, cartas às diferentes instâncias oficiais são reivindicadas como sendo perfeitamente legais.

O "legalismo" - seria necessário sobretudo falar de "semi-legalismo" da oposição - é ao mesmo tempo a força e a fraqueza da oposição, na medida em que a eficácia destes procedimentos é função da "sensibilidade" da burocracia a estas pressões o que por sua vez depende do eco que essas ações encontraram na opinião pública. Desse ponto de vista, o enfraquecimento considerável da oposição democrática nos anos 1971-1973 face à enorme ofensiva policial lançada pela KGB, se explica pelo monolitismo aparente da equipe - Brejnev e a ausência de movimentos, tanto nas demais camadas sociais da sociedade soviética como por parte da opinião pública internacional, principalmente do movimento operário.

O reascenso espetacular da oposição no último ano em plena cidadela da burocracia, se explica em primeiro lugar pelas dificuldades econômicas que provocou um descontentamento da massa, pelas divisões internas da burocracia face à sucessão de Brejnev, pela dissidência dos PCs ocidentais, pelo despertar da opinião pública internacional.

## AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. PARA QUEM? COMO? ATE ONDE?



A continuidade, apesar dos altos e baixos, do movimento pelas liberdades democráticas, seu impacto crescente, testemunham a importância dessas reivindicações na luta anti-burocrática.

O fato que seja, em primeiro lugar a intelligentsia quem se mobilizou, traduz-se por uma tendência em reivindicar estas liberdades, essencialmente para esta intelligentsia, sem procurar incluir sistematicamente proposições susceptíveis de encontrar um eco favorável na classe operária, cuja passividade aparente, nestes últimos anos, foi logo "teorizada".

Apenas os representantes da ala esquerda do movimento democrático, como Grigorenko ou Borissov insistiram muitas vezes sobre a abertura necessária em direção à classe operária.

Até o presente, o movimento democrático não conseguiu fazer recuar a burocracia sobre pontos decisivos, a menor concessão sendo rapidamente colocada em questão. A experiência dos outros países onde o movimento anti-burocrático foi, em certos momentos, mais longe, mostra que a burocracia somente recuará se for obrigada e forçada por um amplo movimento de massa.

Este problema não está ainda bem colocado no seio da oposição e às vezes o é de forma negativa (a recusa do "caos"); o que, de uma parte, recoloca a questão da abertura em direção à classe operária, e de outra parte, coloca o problema da ligação entre a luta atual e as perspectivas mais amplas da luta anti-burocrática. Dito de outra maneira, a garantia do exercício real das liberdades democráticas reside na instauração de um socialismo. Mas qual socialismo?

Hoje, na URSS, praticamente todos os indivíduos, des-

de sua mais tenra infância, escutaram sistematicamente a propaganda: a URSS é o socialismo. Stalin (depois Krouchtchev e Brejnev) é o continuador -de-Lenin-por sua vez - continuador de Marx e Engels, etc... Aqueles que, a priori poderiam ter dúvidas, tentam saber o que se diz à Ocidente através da Radio Europa-Livre, confirmam suas apreensões ao escutarem a burguesia européia, repetir complacientemente o mesmo cântico: Sim, a URSS é o socialismo! Sem falar das grandes organizações operárias que cada uma em função de seus interesses próprios, se juntam ao cântico.

Como não chegar então à conclusão óbvia, que URSS = socialismo, equação formulada seja a Leste, seja a Oeste, faz parte dessas verdades "verificadas" (como 2+2 = 4) que podem atravessar sem alterações as fronteiras da "cortina de ferro"? E como não tirar esta conclusão com a convicção de ter feito um julgamento independente? Em nome de que, não acreditar que o Goulag ou os "asilos" não sejam a consequência inevitável do marxismo-leninismo? Esta é a razão pela qual seria ingênuo esperar que a oposição, ou mesmo alguns componentes importantes em seu seio, sejam ou simplesmente se declarem ser marxistas.

## E NECESSARIO DEFENDER TODOS OS OPOSITORES



Consideremos o caso extremo de Soljenitsyne para ilustrar esta afirmação. A burocracia não o reprimiu por sua ideologia reacionária mas sim pelo fato que sua "independência de espírito" encorajaria outros indivíduos se ela não fosse sancionada. Naturalmente, Soljenitsyne é um caso extremo que, finalmente prestou um fiel serviço à burocracia soviética: hoje, este senhor clama suas convicções fascistas e permite assim manter a ilusão de que sua prisão se deveu ao fato de ser um fascista.

Assim, a burocracia que se identifica ao socialismo com a complicitade da propaganda ocidental, consegue, em parte, canalizar a luta de todas tendências da oposição à seu "socialismo" para um processo anti-comunista!

Nós não podemos sob o pretexto de uma linguagem comum, a "linguagem marxista" terminar por apoiar um processo montado pela burocracia. Ainda que, a ideologia de alguns opositores seja eslavófila, religiosa, mística, os marxistas revolucionários devemos defender os "heréticos" da URSS, na defesa de seus direitos a pensarem diferentemente. Não há aqui, nenhum oportunismo com relação a essas ideologias reacionárias, mas ao contrário, esta é a melhor maneira de combater essas idéias, que a burocracia fará sempre renascer.

Não se trata somente de um problema a mais, mas da compreensão política que a redescoberta do marxismo, sua reabilitação, não se dará, somente à partir de uma luta ideológica no seio da oposição contra outras correntes mas, sobretudo através de uma luta de morte contra o poder burocrático. Ou para ser mais preciso, o marxismo, como corrente de oposição somente triunfará se conseguir apontar ao movimento de massa (e à sua frente, a classe operária) e às outras tendências da oposição uma outra organização social, orientada em função dos interesses desse movimento de massa, dirigida e controlada por esse mesmo movimento. A força de atração da corrente marxista deve se apresentar desde hoje, provando que ela permite uma luta mais radical e mais eficaz contra a burocracia e sua i-

deologia. Nada poderia ser mais perigoso do que querer utilizar o verniz do marxismo da burocracia e sobretudo seu poder de estado para lutar contra as idéias reacionárias.

Não defender todos os prisioneiros políticos é em última análise deixar a burocracia triar, é lhe deixar uma legitimidade de juiz.

É realmente muito mais fácil e psicologicamente mais agradável defender o direito de expressão de seus amigos porque se defende também sua expressão (por exemplo Biermann), mas é necessário reaprender a defender o direito de expressão daqueles que não são seus amigos. Aqui existe uma questão programática vital para o movimento operário: uma questão que foi obscura por 50 anos de estalinismo, obscura pela forma como os estalinistas abordaram mas também e sobretudo, obscura porque existiu o estalinismo como força material, como experiência histórica que deve obrigar o movimento operário a refletir sobre as questões chamadas "liberdades". De toda maneira, elas estão na ordem do dia e nada seria mais perigoso do que deixá-las como monopólio a velhos anarquistas, aos sociais-democratas de toda espécie ou a estalinistas.

Nós tentamos justificar a defesa de todos os prisioneiros políticos na URSS, essencialmente por razões históricas, pela degenerescência burocrática. Naturalmente, nós não seremos ingênuos de considerar que a degenerescência burocrática foi causada por uma má compreensão do papel das liberdades democráticas por parte dos bolcheviques. Esta degenerescência foi causada pelo contexto nacional e internacional que marcou a Revolução de outubro. Mas, do mesmo modo, nós nos enganaríamos se considerássemos que todas medidas (justificadas ou incorretas) tomadas pelos bolcheviques serão as normas das futuras revoluções.

Mas nós estamos convencidos de que estaríamos equivocados, se não víssemos nesta questão apenas uma razão tática, um preço de qualquer maneira inevitável a pagar na luta contra o cancer estalinista.

## DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA SOCIALISTA



Foram necessárias duras lutas dos trabalhadores do século XIX para obter o que existe hoje nas "sociedades ocidentais", ou seja, uma série de direitos democráticos estendidos aos trabalhadores: direito a se organizar em sindicatos e partidos políticos, a uma imprensa operária, direito de voto no Parlamento, etc.

As consequências dessas conquistas vão ser consideráveis. Em primeiro lugar, a possibilidade da ação sindical que vai permitir à classe operária fazer sentir todo seu peso coletivo nas negociações com os patrões e fazer diminuir a concorrência entre os trabalhadores isolados: em todas partes onde não existe sindicatos (ou existem muito mais como instrumentos das ditaduras fascistas), as condições de exploração são mil vezes piores. Em segundo lugar, sobre o plano da consciência operária, as consequências vão ser contraditórias. De um lado, a possibilidade de organizar sindicatos, de conduzir greves, de dispor de uma imprensa operária, de poder militar nas organizações políticas vão permitir um amadurecimento e uma continuidade da consciência de classe e um aprendizado ainda que, muito embrionário do que significa a gestão operária; mas de um outro lado, o sufrágio universal, ou se-

ja, a igualdade formal de todos os indivíduos e a legitimação do poder (burguês) pela "maioria" de todos os cidadãos permite o desenvolvimento colossal das ilusões democráticas burguesas e do cretinismo parlamentar. Cretinismo que os crimes cometidos pelos estalinistas em nome da "democracia socialista" vão reanimar no movimento de massas.

Naturalmente, as ilusões democráticas burguesas largamente aceitas na Europa Ocidental (e Oriental) não repousam somente no ar. Socialmente, vimos a importância dos direitos democráticos conquistados na vida dos trabalhadores; politicamente, ainda que o assunto seja mais marginal, não é verdade que as eleições ao Parlamento burguês sejam uma vasta farsa, vazia de conteúdo de classe, como são as eleições à 99,98 por cento no Soviète Supremo na URSS. Mas estas liberdades que existem na maior parte dos países ocidentais da Europa são formais porque elas são concedidas no quadro da dominação do capital e do Estado burguês e obedecem à sua lógica. Todo mundo compreende por exemplo que, se formalmente, a LCR-OCT-LO ou o PC, ou o RPR na França, possuem os mesmos direitos a ter uma imprensa, esta legalidade significa, para os revolucionários, uma sucessão de acrobacias para poder alcançar diariamente alguns milhares de trabalhadores apenas, enquanto que para o RPR é a possibilidade, porque ele possui a ajuda do capital, de se dirigir a milhões de pessoas pelos seus jornais, suas rádios, suas televisões, etc. Formalmente também, a lei é a mesma para todos, mas na prática ela está a serviço dos patrões, seja quando ela é aplicada formalmente aos indivíduos, porque de fato eles não são iguais, seja porque ela é simplesmente violada.

Finalmente, não nos esqueçamos que toda a vez que a democracia burguesa se verifica inadequada a um modo de dominação pelos patrões, estes não hesitam em restringi-la ou abandoná-la (Chile, Uruguai e Argentina são os últimos exemplos).

Os revolucionários não desprezam estas liberdades formais e tentam a todo momento utilizá-lo em seu proveito. Mas ao mesmo tempo, eles compreendem que enquanto elas não existirem, por mais formais que sejam, elas continuarão a exercer uma atração fantástica em todos os opositores à ditadura da burocracia. Todo mundo sabe hoje que na Checoslováquia se pode colocar em prisão qualquer pessoa pelo simples fato que ele tenha escrito que, a seu juízo, o governo não respeita os acordos de Helsinqui, o qual porém, ele assinara! Na Polónia, os trabalhadores que se manifestam para defender seu nível de vida foram mortos pela polícia ou condenados a vários anos de prisão. Em nenhuma "democracia popular" existe sindicato livre e a lista é longa dos "direitos formais" - "os charmes discretos" das liberdades burguesas" com que sonham os opositores.

Estas ilusões lá e aqui não serão destruídas simplesmente repetindo que as liberdades burguesas são formais, como os estalinistas fazem dezenas de anos com razoável ta-

lento e sucesso. Somente elas serão destruídas se provarmos que a democracia socialista ultrapassará todas as conquistas democráticas dos trabalhadores conseguidas no reino da burguesia e do capitalismo, incluindo-as em totalidade de um regime socialista, dirigido e controlado pelos sovietes. Naturalmente esta prova somente será convincente numa escala de massa, se for verificada na prática; mas para realizá-la é necessário que desde agora os revolucionários precisem sua concepção sobre a democracia socialista.

## A DEMOCRACIA SOCIALISTA IMPLICA NA DITADURA DO PROLETARIADO E ESTA NA DEMOCRACIA SOCIALISTA

A democracia socialista implica na ditadura do proletariado, ou seja, na destruição do aparelho de Estado capitalista, no fim da propriedade privada dos meios de produção, no desaparecimento do monopólio da burguesia sobre a informação, sobre o ensino, etc. Ela significa, desde o início, no desmantelamento do aparelho de estado pela organização do poder em base de conselhos operários (soviets) nas empresas, nos bairros, no campo, nas Faculdades, etc.

Trata-se de colocar o poder de estado nas mãos dos conselhos operários eleitos pelo conjunto da população trabalhadora e não de colocá-los nas mãos do Partido.

Os partidos políticos deverão lutar para que suas orientações triunfem nos conselhos operários. Concebidos desta forma os partidos não são um obstáculo à democracia operária, mas sua condição. Os conselhos não deverão somente autogerir as empresas mas inclusive, decidir sobre as grandes orientações nacionais econômicas, sociais e políticas. Para isto, uma compreensão do conjunto dos problemas nacionais e internacionais é indispensável... e não há no momento nenhum outro instrumento para cumprir estas funções que não sejam os partidos políticos.

Os velhos estalinistas tem o hábito de dizer que a real liberdade começa com o aumento do nível de vida, a generalização da cultura, etc. Nós estamos igualmente convencidos disto, mas o que nós nos recusamos a aceitar, é que existe uma contradição entre os sucessos econômicos ou sociais e a existência de liberdades políticas. A vitória conseguida pelos bolcheviques na guerra contra os brancos, se realizou em um clima de democracia operária que a URSS jamais voltou a conhecer. Inversamente, hoje, os sucessos econômicos da burocracia não corroboram sua concepção de liberdades democráticas.

Hoje, na URSS, assim como em outras "democracias populares" a principal razão dos fracassos na produção é a inexistência de uma participação consciente dos trabalhadores. Esta participação consciente exige todas liberdades políticas para os trabalhadores. Nesse sentido, o exercício das liberdades políticas não é somente uma necessidade moral ou um luxo que se poderia permitir a partir de um dado momento, mas uma necessidade objetiva para a construção do socialismo.

Relembremos primeiramente que a diferença entre os revolucionários e os reformistas não é a que diz respeito à quantidade de limitações que os segundos aplicariam às liberdades e que os primeiros defenderiam, mas é que os primeiros vêem a necessidade de destruir o aparelho de estado burguês para se lançar à construção de uma sociedade desbarbaçada da exploração do homem. Mantendo o velho



PRAGA 68

aparelho de estado chileno, os reformistas não conseguiram aumentar em nada as liberdades para a classe operária. Ao contrário, eles permitiram inclusive que se preparasse, em toda imunidade, o golpe que iria massacrá-los. A partir do momento em que o aparelho de estado burguês é destruído, em que é eliminado o monopólio econômico e político da burguesia, em que é instalado o poder dos soviets, nada mais se opõe, em princípio, ao pleno direito de expressão de todas as idéias, inclusive burguesas (ou pequeno-burguesas). Não há nenhuma dúvida que a plena liberdade operária implica na liberdade de expressão (e portanto, dos meios materiais correspondentes) igualmente das idéias burguesas.

Lenin dizia que na medida em que as ideias revolucionárias fossem assumidas pelas massas, elas se tornariam força material. Nós não temos medo que, as idéias reacionárias, após o sucesso de uma revolução em um país capitalista desenvolvido, possam ser assumidas pelas massas e tornar-se força material a tal ponto que estas resolvessem devolver as usinas aos patrões. O que tememos da burguesia nacional e internacional não são suas armas ideológicas mas suas armas simplesmente (ajuda material à contra revolução sob todas as formas: sabotagem econômica e militar, intervenção armada, etc.). A estas armas nós não permitiremos nenhuma liberdade de ação. Este é o sentido da ditadura do proletariado.

Os capitalistas compreenderam este problema e que isto representa, para eles, uma força, mesmo que hajam pequenos inconvenientes (vejamos por exemplo, a diferença entre a televisão americana durante a guerra do Vietnã, razoavelmente aberta aos opositores, e a televisão soviética, durante a intervenção na Tchecoslováquia, se contentando de passar cenas de soldados soviéticos com crianças no colo tentando fazê-las dormir, diante dos olhares enternecidos de seus pais.)

A liberdade sem restrição para todas as idéias (salvo para a propaganda abertamente racista ou sexista, mas as leis burguesas também, em teoria, limitam o primeiro) supõe a destruição radical da lógica burguesa que concede o poder real aos detentores do capital. Nas condições do Chile (sob Allende) ou de Portugal (a polêmica em torno ao jornal República) na medida em que a burguesia não é expropriada, a plena liberdade das idéias significa a plena liberdade da burguesia de possuir suas radios privadas, seus jornais em cores e a grandes tiragens (para que se importam com o deficit quando a social-democracia e os burgueses pagam tudo!) Desta forma, com um cinismo soberbo, no Chile como em Portugal, os burgueses não se privaram de aparecer como inocentes vítimas "democráticas" das escusas maquinacões do PC e obtiveram um mínimo de sucesso junto às massas pequeno-burguesas e mesmo operárias).

## UMA QUESTÃO DE PROGRAMA



O que nos parece importante afirmar em um programa revolucionário é que nenhuma limitação será colocada para a participação dos partidos operários às eleições nos conselhos operários.

Será que isto significa que nós somos ingênuos, idealistas, que não compreendem que, atrás dessas idéias "puras" se esboçam interesses e forças sociais, portanto, ações bem materiais? Nós cremos seriamente que uma equipe de redação da "qualidade", por exemplo, do Parisien Libéré, não

faria a apologia do terrorismo branco? Ou, nós ignoramos que atrás desta apologia literária, haverão sabotagens, bombas? Nós deveremos nos comportar como um Cristo, masoquista em excesso?

Nós não somos, evidentemente, adeptos de Gandhi. E bem provável que tudo isto acontecerá mas, somente uma minoria de revolucionários esta convencida destes fatos. A resposta é simples: os jornais de direita poderão denunciar o poder dos soviets (eles não serão perseguidos por "propagação de rumores hostis"). Eles poderão, se quiserem, reclamar o retorno dos patrões às usinas ou atacar o novo regime (porque ele não é democrático, por exemplo). Mas se eles fizerem a apologia dos "colocadores de bombas" eles serão interditados. Nestas condições, estará claro para as massas trabalhadoras atrasadas que lêem estes jornais de direita que foram eles que provocaram a sua destruição.

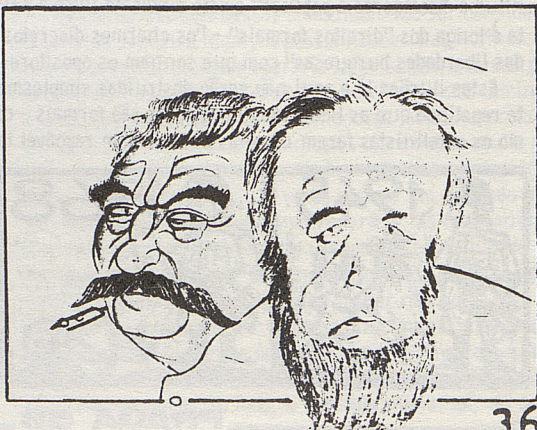
Esta afirmação proclamada, que nós lutamos por uma sociedade que não vai interditar nenhum partido, nenhum jornal tem certamente um poder de atração considerável nas massas populares. Ela será, por sua vez, após a tomada do poder, um argumento formidável em favor do novo regime que torna mais difícil (mas não impossível) a intervenção armada estrangeira em nome da "defesa das liberdades".

Mas, esta afirmação não se reduz a uma boa idéia tática para enganar o anti-comunismo dos burgueses (ou dos PC). E a convicção profunda que possuímos, de que a construção do socialismo implica na elaboração colossal do nível de consciência da sociedade, o que não se pode fazer sem um debate e uma experiência das massas a todos os níveis. A história mostrará que toda limitação (ainda que bem intencionada) do direito de expressão às unicas idéias batizadas "proletárias" pode conduzir muito rápido à interdição das idéias que "objetivamente" servem à burguesia, porque se considera que elas são incorretas. Esta situação conduz rapidamente ao partido único (somente existindo uma orientação de fato "proletária"), com a interdição do direito de tendência porque este direito apresenta as possibilidades de cisões e portanto, de criação de outros partidos, etc. A identificação do partido com o estado é a partir deste momento inevitável e o poder dos soviets se esvaziará de toda substância(3). Não é por acaso que na China, na URSS ou na Tchecoslováquia, todo e qualquer setor é sempre caracterizado como burguês.

Alfaro Bukol

NOTA

(3) Esta confusão existe em função da experiência stalinista que esvaziou o poder dos soviets, verdadeiros instrumentos de poder popular e de intervenção política - unico organismo capaz de aplicar a democracia proletaria a todos



JUANA  
BASTIDAS

# TEORIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO PROLETARIO

O motivo deste trabalho é a convicção de que é tarefa prioritária dos revolucionários abrir uma discussão séria e profunda em torno do tema da construção da ferramenta política que conduzira a luta da classe operária e o povo trabalhador no caminho da tomada do poder e da revolução socialista.

Para essa discussão é imprescindível contar com os elementos teóricos que nos permitam analisar as diferentes concepções de partidos que se colocaram historicamente, seus diversos matizes, sua adequação histórica às condições concretas em que se desenvolveram, para possibilitar uma crítica no sentido da síntese entre suas formulações, o contexto histórico-social atual e as experiências de luta de nossa classe trabalhadora.

No presente trabalho não se pretende esgotar a enumeração das diferentes concepções de organizações partidárias, limitando-se a recolher as mais difundidas, oferecendo como subsídio ao debate esta sistematização das concepções clássicas mais conhecidas, (jamais únicas).(1)

É importante ter presente que estas concepções não podem ser erigidas em fórmulas axiomáticas estáticas. Ao contrário, são propostas teóricas que tiveram um desenvolvimento dinâmico, e em tal sentido devem retomar-se hoje, não como algo acabado, mas como propostas de trabalho para adaptar à nossa própria realidade.



## I. O CENTRALISMO DE LENIN

Os escritos de Lenin sobre os problemas de organização do partido social-democrata russo no período 1900/1904 - « Que Fazer »(1902) e « Um passo adiante, dois passos atrás »(1904) - constituem um conjunto coerente que expressa uma concepção tipicamente « centralista » do movimento socialista.

As bases sociais das teorias de Lenin haveria que busca-las nas condições particulares do movimento social-democrata russo, antes de 1905 :

a) caráter isolado, fechado, extremamente minoritário e principiante da social-democracia, reduzida a uns quantos círculos de « revolucionários profissionais » relativamente separados do movimento de massas, que então, era de tendência mais « economicista » que política.

b) dispersão, divisão e desorganização dos núcleos social-democratas

c) clandestinidade rigorosa do movimento frente à repressão policial do regime czarista, e portanto, caráter restringido, « profissional » e não democrático da organização. O próprio Lenin apresenta as exigências da luta clandestina como uma das principais justificativas de suas teses centralistas.

d) o combate interno dentro da social-democracia dos dirigentes reunidos na velha Iskra antes de 1903 - Lenin em especial - contra a tendência « economicista » (Martinov, Akinov), que pretendiam manter o movimento operário nos limites do sindicalismo, sem abordar o combate político revolucionário.

A fundamentação teórica de Lenin acerca de suas

concepções em materia de organização partem de e. Hebercer duas formas da consciência de classe do proletariado, diversas por sua natureza e por sua origem historica.

1) As formas espontaneas desta consciência que brotam organicamente das primeiras lutas proletarias, passando de um carater emocional até formas mais plenas de desenvolvimento, implicando no surgimento da necessidade de organizar-se em sindicatos, reclamar do governo leis que ampliem seus direitos, levar adiante as lutas economicas, etc. Este é o nivel mais elevado de consciencia que a classe operaria pode alcançar por si mesma, entregue as suas proprias forças, limitada às lutas economicas e marcada pela dominação ideologica da classe hegemônica.

2) A consciencia « social-democrata » (revolucionaria) que nao surge espontaneamente no movimento operario, mas que é « introduzida de fora » pelos intelectuais socialistas, originarios muitas vezes das classes proprietarias ou da pequena burguesia. Esta consciencia nao se impoe se nao através de um « combate ideologico » contra o espontaneismo e as tendencias economicistas do proletariado. A consciencia socialista é, em essencia, a consciencia do antagonismo fundamental entre os interesses do proletariado e o regime de dominação politico-social existente. Ela atrai a atenção da classe sobre si mesma e também sobre as relações das demais classes, sobre o conjunto da sociedade de classes e insere cada acontecimento particular no marco geral da exploração capitalista.

A partir desta analise da estrutura da consciencia de classe do proletariado Lenin formulara sua teoria do partido, como institucionalização em termos organizativos dos diferentes niveis de consciencia que implicam uma clara linha demarcatoria entre o partido e a classe, e, ao mesmo tempo, a criação de laços de uniao entre os mesmos.

Em « Um passo adiante, dois passos atras » ele sugere 5 niveis diferenciados pelo seu grau de organização e de consciencia.

– No Partido :

1. As organizações dos revolucionarios (profissionais)
2. As organizações de operarios (revolucionarios)

– Fora do Partido :

1. As organizações de operarios nao ligadas ao Partido.
2. As organizações de operarios nao ligadas ao Partido.
3. Os elementos nao organizados da classe operaria que obedecem nas grandes manifestações da luta de classes à direção da social-democracia.

Se bem que « Que Fazer » e « Um passo adiante e dois passos atras » constituem um todo coerente e devem ser estudados como tal, seria aventureiro afirmar que consti-

tuem a expressao maxima do Leninismo.

Desde 1907 que Lenin, em um novo prologo expressava suas reservas acerca de « Que Fazer » e sublinhava a importancia de nao divorciar sua analise da situação concreta em que se formulou.

A partir da insurreição de Moscou de 1905, Lenin nao cessa de relativizar alguns dos termos de seus textos fundamentais e de valorizar crescentemente o papel da iniciativa das massas e da democracia interna do partido.



## II. O MODELO DE ROSA LUXEMBURGO

As formulas organizativas de Rosa Luxemburg, expostas em sua maioria nos artigos publicados em 1903-1904, no Nieuwe Zeit, orgao teorico da Social Democracia alema e em seu folheto intitulado « Greve Geral, Partido e Sindicatos » de 1906, se opoem a o centralismo de Lenin antes de 1905 por sua insistência na iniciativa revolucionaria das massas e pela reserva à respeito da concentração do poder nas maos de um grupo dirigente do Partido.

Poderiamos resumir as origens historico-sociais das teorias de Rosa Luxemburg nos seguintes pontos:

a) O Partido Social-democrata alemao era uma organização de massas, legal e altamente organizado;

b) tendencias oportunistas e « revisionistas » se manifestavam ja nesta época (1903 -1906) na direção do partido, especialmente no seu grupo parlamentar. A ala radical do partido depositava suas esperanças na iniciativa revolucionaria das massas e nestas potencialidades se apoiavam na luta interna dos sindicatos contra as « burocracias » reformistas.

c) Para Rosa Luxemburg a « derrubada » do capitalismo na Alemanha se concebia fundamentalmente em termos de sua crise economica, à diferença do russo, cujos limites eram fundamentalmente politicos. Para Rosa Luxemburg a crise « catastrofica » da economia capitalista conduziria às mais amplas massas à uma posição revolucionaria, independentemente da ação « consciente » de seus dirigentes, e ainda contra eles mesmos se se convertessem em um obstaculo.

d) A tradição em que se inspirava a Esquerda Marxista do Partido alemao era a do « Partido Operario Social Democrata », fundado em 1869 em Eisenach (com o apoio de Marx e Engels). A tendencia democratica e autonomista se opunha ao centralismo ditatorial da Associação Geral dos Trabalhadores, fundada por Lassalle.

Em Rosa encontramos valorizada ao maximo a categoria da praxis revolucionaria de Marx : é na experiencia de luta, na propria dinamica da luta, é na revolução em marcha aonde as massas alcançaram os mais altos graus de consciencia de classe, educação politica e organização.

É na praxis revolucionaria das massas aonde mudam ao mesmo tempo o « exterior », as « circunstancias », e o « interior », a consciencia de classe. Pondo o acento nesta

### BREVE BIBLIOGRAFIA SOBRE TEORIA MARXISTA DE PARTIDO

- 1) Marx, Engels **Le parti de classe** (3 vol.) Petite Collection Maspero
- 2) Lenine **Que Faire** Ed. du Seuil com novo prefacio de 1908 e os anexos
- 3) Lenine **Journees Revolutionnaires** (1905), **De la reorganisation du parti**(1905) in Obras Completas vol.7-8 Ed.Sociales
- 4) Rosa Luxemburg **Marxisme contre dictature** Ed.Spartacus
- 5) Rosa Luxemburg **Greve des Masses, parti et syndicat** Ed.Maspero
- 6) Lukacs **Histoire et Conscience de Classe** Ed.Minuit (capitulo sobre a questao organizacional)
- 7) Gramsci **Notes sur le Machiavel** in **Gramsci dans les textes** Ed.Sociales
- 8) Trotsky **Bolchevisme et Stanilisme** Ed.Taupe Rouge
- 9) E.Mandel **La theorie leniniste de l'organisation** Ed.de la Ligue Communiste (em espanhol, Ed.Era)
- 10) H.Weber **Marxisme et conscience de classe** Ed.10-18

categoria da praxis, como unidade dialética do objetivo e do subjetivo, a mediação pela qual a classe trabalhadora em si se converte em para si, pretende superar o dilema estatico e metafísico do moralismo abstrato (Bernstein) e o mecanismo economicista (Kautsky). Esta concepção leva a Rosa Luxemburg a privilegiar a estratégia da greve geral e a luta das massas como instrumento para forjar a consciencia revolucionaria e as estruturas organizativas que lhe correspondam e para romper e superar os limites economicistas ou sindicais.

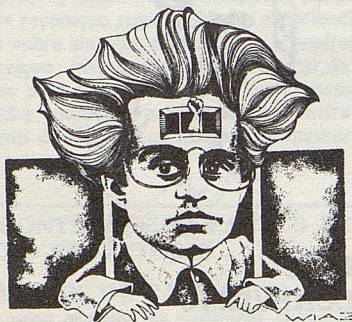
Em consequencia, contrariamente às teses centralistas de « separação » entre partido e massas, preconiza uma « estreita fusão entre ambos ».

Ao ultra-centralismo, que tende a fazer do Comité Central o unico nucleo politicamente ativo do partido, opõe o « auto-centralismo » ou « centralismo socialista », o reinado da maioria no interior do partido.

Do mesmo modo não concorda com Lenin sobre a utilidade da disciplina que os operarios trazem da « escola da fabrica », essa, segundo Rosa Luxemburg é uma docilidade adquirida na opressão de classe e nada tem que ver com a auto-disciplina livremente consentida que a classe operaria não podera adquirir, senão extirpando da raiz, todo o habito de servidão e obediencia impostos pela sociedade capitalista.

Vale a pena destacar que se bem que Rosa Luxemburg relativiza, em certo modo, subestima o papel da organização na luta revolucionaria, tem-se que sublinhar que ela - à diferença de alguns « Luxemburguistas » - não erigiu ao « espontaneismo » das massas em principio absoluto e abstrato. Ainda em sua obra mais « espontaneista » - « Greve Geral, Partidos e Sindicatos » - (1906), reconhece que o Partido deve tomar « a direção política » da greve de massas, reconhece no Partido a « vanguarda diretora de todo o povo trabalhador », e « que a clareza politica, a força e a unidade do movimento se derivam precisamente desta organização ».

Por ultimo, é interessante observar a atitude de Rosa Luxemburg frente à Internacional, a qual concebia como um partido mundial centralizado e disciplinado, sobretudo a partir de 1914, cujas concepções são, inclusive, criticadas por Karl Liebknecht por seu « excessivo centralismo », por implicar « demasiada disciplina e demasiada pouca espontaneidade ». O fracasso de janeiro de 1919 (2) mostrou claramente os limites do espontaneismo e Rosa Luxemburg em seu ultimo artigo desse ano insiste no fato de que « as massas tem necessidade de uma direção clara e de dirigentes despidadamente resolutos ».



### III. ANTONIO GRAMSCI

As ideias deste fundador do PCI sofreram, entre 1919 e 1934 uma evolução tao profunda e tao radical que poderiamos falar quase de « ruptura ideologica ». Enquanto que seus artigos publicados antes de 1921, antes da fundação do

PCI, na Edição Piamontesa de « Avanti » (orgão oficial do PSI) e no semanario Ordine Nuovo (periodico da Ala Comunista do PSI) colocam os problemas da organização partidaria em termos muito analogos ao « luxemburguismo », suas « notas sobre Machiavel », escritas no carcere até 1933-34, rebaseiam o jacobinismo-blanquismo e se situam sob a égide do principe que inspira o titulo dos cadernos.

Para compreender o « espontaneismo » inicial, assim como o ultra-centralismo posterior, tem-se que tomar em conta as condições concretas em que se formularam os enunciados teóricos, quer dizer, a situação socio-politica que deu vida a essa teorização. No primeiro caso, podemos tomar os seguintes pontos :

a) No periodo 1919/1920 em todo o continente europeu, depois da guerra e sob a influencia do triunfo da revolução russa, se vive um ascenso de massas do movimento operario com ininterruptas explosões de greves, revoluções sociais, e, inclusive, levantes comunistas (Alemanha e Hungria 1919).

b) Na Italia em particular, as massas proletarias mostravam muito mais iniciativa e combatividade que as proprias direções dos sindicatos e do partido socialista.

c) A direção do PSI estava dominada por elementos centristas, muito atrasada com respeito ao nivel de consciencia das massas e ainda de suas ações, ate o ponto de negar apoio à greve geral de Turim qualificando-a de « desvio anarquista ».

Assim, como Rosa Luxemburg, Gramsci se enfrenta com um partido formalmente revolucionario que nos fatos estava minado interiormente pelo reformismo e pelo parlamentarismo.

No periodo citado a grande iniciativa e espontaneidade das massas se cristalizou na criação de « conselhos operarios », organismos de massas, nos quais os trabalhadores se preparavam para a gestao social e ao auto-governo do Estado Operario. Esta realidade representava para Gramsci a necessidade de que o poder politico das massas, o poder de guiar seu movimento, devia pertencer a seus proprios orgaos - o Conselho e o Sistema de Conselhos - enquanto que os « tecnicos » da organização deviam cumprir meras tarefas administrativas, sem ter o poder politico.

Nessa formulação, o Partido deve cumprir uma função que não limite mecanicamente o movimento aos estreitos marcos de sua organização. Com respeito aos conselhos de fabricas, aos sindicatos e ao Partido, eles não devem fazer as vezes de « tutores » ou « super-estruturas » construidas de ante-mão. Ou seja, que a concepção Gramsciana de Partido, para esse periodo, preconiza a organização « desde a base até a cupula » por meio de organismos concetricos que respeitam fielmente os niveis de consciencia das bases.

A partir de 1927 até 1935, o movimento operario europeu sofre o impacto de transformação radicais, tanto na relação de forças com o adversario, como em suas proprias estruturas internas.

a) Retrocesso geral do movimento revolucionario, estancamento politico das massas, derrotas repetidas das forças comunistas, o que provoca nos dirigentes uma tendência à dar importancia extrema ao partido e aos chefes.

b) A derrota dos partidos operarios coincide na Italia e Alemanha com o surgimento do fascismo apoiado por amplas camadas populares politicamente atrasadas o que provocara em alguns setores da intelligentsia social-democratica (E. Fromm) um profundo ressentimento em relação as « tendências irracionais » e o « medo da liberdade » das grandes massas, e, paralelamente, nos dirigentes comunistas, um recuo no sentido do aparato do partido e um reforçamento da autoridade dos « chefes » sobre a « massa ».

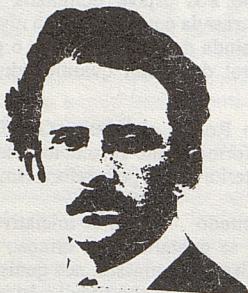
c) O triunfo do Stalinismo e a liquidação da « velha guarda » bolchevique significaram o começo da cristalização das tendências à burocratização do movimento comunista.

Estas são as circunstancias basicas em que o pensamento de Gramsci muda radicalmente, ao ponto que, em

1933, suas Teses sobre o Partido sustentam que « deve ser um « príncipe » moderno » herdeiro da tradição de Maquiavel e do Jacobinismo. Como tal, esta chamado a « ocupar nas consciências, o lugar da divindade do imperativo categorico », convertendo-se em ponto de referencia para definir o que é util ou prejudicial, virtuoso ou degenerado.

A organização interna do Partido deveria obedecer aos principios do centralismo democratico, concebido como a « constante inserção de elementos surgidos das massas à estrutura solida do partido ».

Isto implica uma hierarquia bem delimitada : uma base de « homens comuns » cuja participação se caracteriza, por sua disciplina e fidelidade; uma cupula de dirigentes unidos por uma coerencia e sua função centralizadora, disciplinadora; e um elemento intermediario, que articula os extremos.



#### IV. A SÍTESE TEORICA DE LUKACS

A ideia de efetuar uma síntese que superasse dialeticamente ao espontaneísmo e ao sectarismo foi sugerida provavelmente à Lukacs por sua experiência como comissário do povo na efêmera república dos Conselhos Operários de Bela Kun, em Hungria (março/julho 1919). Ali teve ocasião de ver como as imensas energias revolucionárias da classe operária e do povo não bastavam para evitar uma rápida derrota, possível pela carencia de uma direção clara, firme e homogênea.

Por outro lado, o triunfo da Revolução Russa e o fracasso do levantamento « espartaquista » na Alemanha tornavam necessário um « balanço » ideológico que não podia ser que desfavorável às teses luxemburguistas. Apesar disto, e em virtude de ter sido escrito em um período de transição, seu livro « História e Consciência de Classe » (1914-1922) se mostra impregnado das concepções de Rosa Luxemburg, apesar de formular serias reservas sobre as mesmas. Para Lukacs, os erros fundamentais do espontaneísmo são :

- a) a convicção de que a tomada de consciência do proletariado é uma simples « atualização » de um conteúdo latente;
- b) o esquecimento da influência ideológica da burguesia, pela qual, inclusive durante as piores crises econômicas, grandes camadas da classe permaneceram politicamente atrasadas.

Em conclusão, as ações espontâneas das massas são a expressão psicológica das leis econômicas, mas a verdadeira consciência de classe não é um produto automático das crises objetivas.

Desta maneira Lukacs introduz uma distinção que se constitui em um dos temas centrais de sua obra, entre as « consciências psicológicas » dos operários, quer dizer os pensamentos empíricos efetivos das massas e a « verdadeira consciência de classe do proletariado », que é o « sentido,

que se fez consciente da situação histórica da classe ».

Esta verdadeira consciência de classe não é a soma nem a média do que os membros da classe pensam, mas uma « possibilidade objetiva » : a reação racional mais adequada que se poderia « atribuir » à esta classe, a consciência que a classe teria, se pudesse captar a totalidade de sua situação histórica.

Porém a consciência de classe « atribuída » não é uma entidade transcendental, um « valor absoluto » que flutua no mundo das ideias, mas que se concretiza historicamente em forma revolucionária no Partido Comunista.

Para Lukacs o partido comunista é a forma organizativa da consciência de classe que, como portadora da mais alta possibilidade objetiva de consciência e de ação revolucionária, exerce uma « mediação » entre a teoria e a prática, entre o homem e a história.

O sectarismo, ao superestimar o papel da organização no processo, tende a por o partido no lugar das massas, a atuar substituindo ao proletariado, e a fixar em cisão permanente, a separação historicamente necessária entre Partido e massas, dissociando artificialmente a consciência de classe « correta » da evolução da classe.

Por sua parte, o espontaneísmo, ao subestimar a importância dos elementos organizativos, situa no mesmo plano a consciência de classe e os sentimentos momentâneos da classe, nivelando as estratificações reais da consciência até seu grau mais baixo, o médio. Desta maneira se renuncia a fazer avançar o processo de unificação destas estratificações até o mais alto nível possível.

A solução dialética do problema da organização, que superara a oposição jacobinismo do partido ou autonomia das massas se encontraria, segundo Lukacs, na interação viva entre o partido e as massas não organizadas. A separação entre o partido e as massas se desprenderia da heterogeneidade do proletariado desde o ponto de vista da consciência, mas seria só um momento do processo dialético da unificação da consciência de toda a classe.

Ao considerar o problema da estrutura organizativa do partido, Lukacs insiste em que é necessário uma grande centralização e uma intensa divisão do trabalho, mas, perder de vista a necessidade de interação concreta entre a vontade dos membros e da direção do partido, a fim de abolir a oposição violenta entre os chefes ativos e a massa passiva.



#### V. TROTSKY E O BOLCHEVISMO

Trotsky tinha, antes de 1917, uma profunda desconfiança e serias objeções com respeito ao bolchevismo. Isto se expressou pela primeira vez no congresso de ruptura de 1903 e foi explicado por ele no folheto intitulado « Nossas Tarefas Políticas » (1904). Suas ideias concordam em grande medida com as de Rosa em sua crítica ao jacobinismo, como o « substitucionismo » das massas pelo partido, e,



a partir de 1905, incorpora o tema do conservadorismo ou inercia dos grandes partidos sociais-democratas europeus.

Os itens mais notorios da revisao dessas posicoes e sua aproximacao das posicoes de Lenin sao :

a) a ruptura do bloco de agosto (com os mencheviques e alguns bolcheviques dissidentes) em 1915;

b) a orientacao pro-bolchevista do diario « Nache Slovo » de Trotsky a partir de 1916;

c) sua colaboracao, nos Estados Unidos, com o grupo de Bolchevistas que publicava « Nonyi Mir » (1917).

A adesao final se realizou no fogo da revolucao, em julho de 1917, e na compreensao a que chegou sobre as limitacoes do movimento espontaneo das massas, que, abandonada a si mesmo, permite manobras dos moderados burgueses (fevereiro), ou desemboca em terriveis derrotas (julho), e da necessidade urgente de uma organizacao de vanguarda enraizada no proletariado e capaz de dirigir as massas para a tomada do poder.

É rigorosamente certo que o partido bolchevista ao qual Trotsky aderiu, nao era o mesmo de 1904 : nao se havia se convertido em um partido inserido no movimento de massas, mas que, sob o impulso das « teses de abril » de Lenin, havia dado um passo a esquerda que incorporava a essencia da estrategia de Trotsky, da revolucao permanente.

Depois de um breve periodo autoritario-militarista, em 1920/1921, Trotsky começa a desenvolver uma nova concepcao de partido, a qual considerara sempre como a continuacao do verdadeiro bolchevismo. Esta concepcao reúne a confianca mais inquebrantavel na potencialidade revolucionaria das massas com a atribuicao de uma importancia absolutamente decisiva ao partido de vanguarda. O tema que une estas teses aparentemente contraditorias é o do papel conservador das direcoes burocraticas no seio do movimento operario.

Esta teoria esta construida sobre dois eixos dialeticamente complementares :

a) a caracteristica mais indiscutivel de toda revolucao é a intervencao direta das massas na historia;

b) « tal como nao se pode pegar um ferro quente com as maos nuas, o proletariado nao pode com as maos nuas apoderar-se do poder » - lhe é necessario o partido, instrumento insubstituivel das massas operarias revolucionarias.

Trotsky assinala que, ao principio, as massas se poem em movimento animadas « pelo amargo sentimento » de ja nao poder suportar a sua situacao, mas so o partido nao seja efetivo, até que as massas o ponham a prova e o adotem em sua pratica.

Este é o nucleo central da dialetica partido-massas que Trotsky propoe, citando como exemplo o partido bolchevista, que na revolucao russa partia da experiencia concreta e construia sobre ela; que nao punha a conspiracao no lugar da insurreicao, mas que conspirou dentro da insurreicao, regendo-se pelo estado de espirito das massas.

Trotsky concebe o partido de tal maneira que seja « o instrumento da auto-emancipacao das massas », — em um

## UMA CONTRIBUICAO PARA O ESTUDO DO PARTIDO PROLETARIO

**CADERNOS DE CAMPANHA** pretende trazer a publico uma espécie de cadernos sobre determinados « temas » da luta revolucionaria. Dentro desta colecao, um dos primeiros « temas » abordados sera o problema de « Concepcoes de partido revolucionario do proletariado » que ja esta sendo preparado e que sera composto pelos principais textos classicos sobre o assunto.

famoso escrito de 1938 « A nossa moral e a deles » aborda a critica do Stalinismo partindo da interdependencia dialetica entre fim e meios, e assinalando que se a emancipacao dos operarios nao pode senao ser obra senao dos proprios trabalhadores, um partido revolucionario nao pode diminuir a confianca das massas em si mesmas e em sua organizacao, para substitui-la pela adoracao dos « chefes ».

Igualmente, a sua luta contra a burocratizacao do partido encarnada na tendencia Stalinista, é incansavel — surge em 1922, em sua denuncia « Cours Nouveau », e nao a abandona ate sua morte. O processo de burocratizacao consiste, segundo Trotsky em opor os quadros à massa, que se converte assim em um objeto de acao; e no « substitucionismo » que apaga a democracia viva e ativa no interior do partido, onde a direcao se converte em administracao através do aparato.

J.B.

## NOTAS

(1) Este texto tomou como base uma parte referido ao mesmo assunto no livro « La Théorie de la Révolution chez le jeune Marx » de Michael Lowy (Maspero 1970).

(2) A derrota da insurreicao operaria na Alemanha.

## CADERNOS DE CAMPANHA

Este Caderno de Campanha sai, excepcionalmente com 76 páginas. Normalmente ele sai com 68 e era nossa intencao, a partir deste número, reduzi-lo para 60, já que com os novos tipos empregados, podemos contar com praticamente o dobro de signos por página. Portanto, mesmo reduzindo o número de páginas contaríamos com muito mais matéria do que antes.

Dois fatos porém nos levaram, ao contrário do que pretendiamos, amplia-lo. Primeiro o fato da publicacao do documento de Daniel Terra do BS-8 e o pedido, por parte dos companheiros do MEP de espaço para responde-lo. Segundo, os recentes acontecimentos do Brasil, que nos levaram a considerar necessário e laborar uma reportagem especial. Deste modo a partir do próximo número, Cadernos de Campanha deverá contar com 60 páginas como norma.

Um outro comunicado aos nossos leitores é de que fomos obrigados a aumentar o preço de nossa revista para 8 francos, devido a alta de custo de impressao (é o primeiro aumento depois de mais de um ano). Provisoriamente porém, manteremos o preço da assinatura de seis números por 35 francos. Aproveite... e colabore.



## REPRESSÃO: CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DO REGIME

Neste início de ano, os estudantes e o povo brasileiro vêm sendo testemunhas de uma série de atentados sofridos pela comunidade universitária. Em Brasília, 38 estudantes foram presos pelo DOPS quando realizavam cobrança de pedágio a fim de angariar fundos para o Restaurante do Diretório Universitário. O jornal «Poeira», do DCE da Universidade Estadual de Londrina, foi apreendido pela Polícia Federal. Na Universidade Federal Fluminense, alguns Diretórios Acadêmicos foram arrombados e tiveram suas instalações semi-destruídas e picadas. Na Universidade de São Paulo, foram presos cinco estudantes, quando distribuíam documentos aos vestibulandos, e a sede do Centro de Estudos de Física e Matemática foi invadida, tendo sido roubado o arquivo do DCE.

Estes acontecimentos fazem parte de um contínuo desrespeito às liberdades em nosso País, expresso no ano de 1976 em mortes como a do operário Manoel Fiel Filho e do padre João Bosco Burnier; na censura a diversos órgãos de imprensa, peças de teatro, músicas, livros e filmes; na imposição de maiores restrições ao debate eleitoral, etc.

Ainda em 1976, em meados de dezembro, num acontecimento amplamente noticiado na imprensa, uma nota do II Exército divulgava uma ação dos órgãos de segurança, na qual ocorreu a morte de três pessoas (entre as quais Pedro Pomar, deputado à Assembleia Constituinte de 1964) e a prisão de outras 12, acusadas todas de atividades contrárias à Lei de Segurança Nacional. A televisão foi proibida de dar ampla cobertura ao caso, que, após alguns dias, sumiu do

noticiário. No início de fevereiro, vários jornais do País divulgavam uma petição encaminhada à Justiça Militar em favor de um dos presos, Aldo Arantes, em que sua mãe e advogados diziam ter constatado, quando o visitaram, «que seu cliente e filho tinha nos braços e na sola do pé esquerdo sinais evidentes de flagelo físico».

Aldo Arantes foi presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes) e as entidades representativas dos estudantes de vários estados do Brasil se julgam no dever de tornar pública a preocupação por seu estado físico e psicológico, preocupação que se estende aos demais presos, de alguns dos quais não se conhece nem mesmo o nome.

Problemas relacionados a prisões políticas não são novidade em nosso País. Compreendemos que só serão resolvidos através de uma AMPLA E IRRESTRITA ANISTIA. Manifestamos também a nossa crença em que essa exigência se liga a uma outra, mais ampla, a de um regime onde as agressões que viemos sofrendo não mais existam, onde todas as correntes de opinião popular possam se manifestar livremente e onde o povo brasileiro possa decidir soberanamente o seu próprio destino.

DCE - UFF  
DCE - LIVRE USP «ALEXANDRE VANUCCHI LEME»  
DCE - UFRGS  
DCE - UFMG  
DCE - UFBA  
DA HISTÓRIA UFBA  
DA ENGENHARIA CIVIL UFBA  
DA PSICOLOGIA UFBA  
DA ECONOMIA UFBA  
DA MEDICINA UFBA  
DA ADMINISTRAÇÃO UFBA  
DA ENGENHARIA MECÂNICA UFBA  
DA CIÊNCIAS SOCIAIS UFBA  
DA QUÍMICA UFBA  
DA GEOLOGIA  
DA ENGENHARIA ELÉTRICA UFBA  
DA COMUNICAÇÃO UFBA  
DA COMUNICAÇÃO UFBA  
DA ESCOLA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA DA ESC. DE SALVADOR  
DA. Raimundo Soares (Econ. e Adm.) UFF  
DA. Herman Júnior - ICHF da UFF  
DA. Otávio Castanheda da UFF  
DA. Arquitetura - UFF  
DA. Psicologia - UFF  
DA. Medicina - UFF  
DA. Comunicação - UFF  
DA. T. da PUC - Rio  
CARP da PUC - Rio  
DA. Medicina - UFMG  
DA. FACE - UFMG  
DA. ICB - UFMG  
DA. ICEX - UFMG  
DA. Engenharia - UFMG  
DA. FAFICH - UFMG  
DA. Letras - UFMG  
CAAP (Direito) - UFMG  
DA. Veterinária da UFBA  
DA. Pedagogia da UFBA  
DA. Processamento de Dados da UFBA  
D.A. Física da UFBA  
DCE - UCMG  
D.A. - IPUC - UCMG  
D.A. - Psicologia UCMG  
D.A. - Comunicação UCMG  
D.A. - Enfermagem UCMG  
C.E. - Ciclo Básico de Ciências Sociais UCMG  
ECA - USP  
C.A. Visconde de Cairú USP

C.A. - XI de Agosto USP  
C.A. - Ciências Sociais USP  
Grêmios da FAU - USP  
C. E. - História USP  
C. A. - Filosofia USP  
AUPEP - Psicologia USP  
Grêmios do Politécnico USP  
Cefisma - Física e Matemática USP  
C.E. Geografia - USP  
Diretório Universitário dos Estudantes da Univ. Nacional de Brasília.



## MANIFESTO DAS MULHERES MINEIRAS

«E já é tão escura a noite que a aurora não pode demorar», disse um dia Otto Maria Carpeaux.

Muito porque acreditamos nisso e principalmente porque acreditamos na libertação da mulher como grupo oprimido é que nos dirigimos hoje a todas as mulheres, para lembrar um dia muito especial: o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, no mundo inteiro.

Essa data surgiu de uma passeata de mulheres operárias da indústria têxtil de Nova Iorque, em 1857 - elas reivindicavam salários iguais aos homens e redução para dez horas na sua jornada de trabalho. Quarenta e três anos depois, uma mulher, na Dinamarca, propõe a instituição desse dia como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem a essas tecelãs. Situar a data certa, no entanto, não nos parece ser o mais importante, e sim as causas que levaram a mulher, a escolher um dia que particularmente fosse seu.

Um dia pode ser comemorado de várias formas, como por exemplo se faz no Dia das Mães, quando a gente valoriza as qualidades destas venerandas mulheres, que vivem «padecendo no paraíso», e lhes damos presente por isso. Para o Dia Internacional da Mulher propomos outro tipo de comemoração.

Por que não discutir os problemas da condição feminina na nossa sociedade? Dentro desse espírito é que achamos importante lembrar a todas as mulheres que o dia 8 de março é o nosso dia, mas não para louvar a frívola, pueril, a irresponsável, a submissa. E sim para acordar a mulher crítica, atenta, incisiva, revolucionária e combativa que dorme dentro de todas nós.

Fazemos parte de um grupo de mulheres que se reúne há vários meses para discutir os próprios problemas e atentar para algumas soluções possíveis. Em 1975, algumas mulheres como nós se reuniram no Rio, por ocasião do Ano Internacional da Mulher, e promoveram uma série de debates com cientistas e estudiosas do assunto. A idéia re-

percutiu em Minas, e formaram-se aqui grupos de discussão do problema.

Durante todo esse tempo — cerca de um ano e meio — coisas importantes aconteceram com cada uma de nós, coisas dolorosas, momentos de reflexão. Foi o que se pode chamar o início de um processo de reeducação a que nos submetemos, por acreditar que só através da discussão teórica e também de nossa prática cotidiana se pode chegar a um grau de consciência e clareza da nossa real condição dentro da sociedade contemporânea, que acreditamos aviltada, injusta e desumana.

Passada esta fase vimos que estávamos nos fechando como um grupo pequeno e sem existência real na vida das outras mulheres com quem não estávamos, até aquela época, tendo o menor contato. Foi aí que iniciamos a busca de uma abertura através de debates em média e pequena escala. Descobrimos que era importante verificar se os problemas que nós sentíamos eram também os problemas da maioria das mulheres.

E nesses debates havia questões que eram insistentemente levantadas, conforme o nível econômico e intelectual do grupo a que nós dirigíamos. Falava-se principalmente na dissolução da família através do movimento feminista, na perda da virgindade, na perda da feminilidade, no abandono dos filhos em creches porque a mulher trabalharia fora do lar. Nos grupos mais intelectualizados, as questões mais comuns diziam respeito à vinculação do Movimento Feminista a outros movimentos democráticos. Além de usarmos os debates como forma de divulgação e discussão com maior número de mulheres, utilizamos também a imprensa.

Finalmente, concluímos que realmente os problemas que havíamos levantado entre nós, encontravam uma identidade com todas as mulheres. Seja no campo do trabalho, onde a mulher sempre ocupa posições inferiores às do homem ou ganha salários mais baixos, apesar de ocupar o mesmo cargo, seja na vida diária, onde é a mulher que assume as funções ditas «femininas» — educação dos filhos, alimentação da família, realização das tarefas domésticas, etc. Percebemos também a opressão da mulher numa ótica não apenas econômica, ou economicista, mas também em situações sutis de submissão que só um grau de consciência mais elevado pode revelar — questões particulares na vida de um casal em que o homem é sempre «aquele que decide», «aquele que julga», «aquele que governa», demonstram o nível de submissão que as mulheres aceitam de forma geral.

Depois de tantas constatações não poderíamos ficar de braços cruzados mais uma vez, repetindo a

História quando tantas vezes a mulher se calou, tímida, acomodada, incapaz de apresentar soluções para os seus próprios problemas. Queremos hoje convidar a todas as mulheres interessadas na fundação do Centro da Mulher Mineira. O Centro, acreditamos, seria uma forma organizada de agregar mais pessoas ao grupo, uma forma de centralizar todas estas manifestações críticas a respeito da situação da mulher.

Em algumas discussões realizadas em torno da criação do Centro da Mulher foram levantadas atividades que essa organização poderia iniciar. Primeiramente, propõe-se grupos que movimentariam a questão das creches para mulheres que trabalham e não têm onde deixar suas crianças; grupos de alfabetização e conscientização; grupos de educação sexual; grupos de discussão de temas específicos. Além disso, há profissionais interessadas em prestar serviços no Centro — atendimento ginecológico, psicológico e outros.

Muitas perguntas surgem nesse momento — perguntas e ataques de todos os lados. Por exemplo: esse Centro incluiria a participação dos homens interessados? Inicialmente, responderíamos que não, pois acreditamos que num momento de organização, de reflexão, no momento em que as forças se unem, acreditamos ser imprópria e desorganizadora a participação de homens. Num segundo estágio, acreditamos ser possível a sua participação, principalmente em trabalhos práticos, como as campanhas de alfabetização, de creches, por exemplo.

Acreditamos acima de tudo ser esse o momento para lançar esse nosso apelo (por que não grito?) a todas as mulheres oprimidas no trabalho e em casa, pelos maridos, pelos patrões, pelos pais, pela instituição. Acreditamos ser esse o momento de refletirmos, todas, sobre nós, sobre o futuro das relações entre os indivíduos (num momento em que essas relações se acham esclerosadas pela mercantilização, pelo autoritarismo, pela opressão), refletirmos sobre a situação da própria família em crise. Muitas vezes escutamos dizer que as feministas destruiriam a família, como se reyer fosse destruir. Então, no momento em que a evolução industrial tira a mulher de casa e a joga no mercado de trabalho, isso não provoca uma mudança violenta nas relações familiares? Pretendemos sim trabalhar em cima dessas contradições violentas que o próprio capitalismo gerou no interior da família e renovar. Pretendemos sim a liberdade, a igualdade. Pretendemos o indivíduo.

Belo Horizonte, 8 de março de 1977  
Dia Internacional da Mulher

GRUPO pró-Centro da Mulher Mineira

## O 1º DE MAIO...

... Não é simplesmente uma festa a mais: ao contrário das festas burguesas, que procuram esconder a divisão da sociedade em classes, nesta data comemoramos nossa luta contra a exploração.

Este dia não é simplesmente um dia a mais: ele é uma conquista dos trabalhadores que celebram sua luta internacionalista saindo às ruas para exprimir sua combatividade e para se confraternizar em torno de um mesmo objetivo: a supressão definitiva da dominação dos exploradores e a construção da sociedade sem classes.

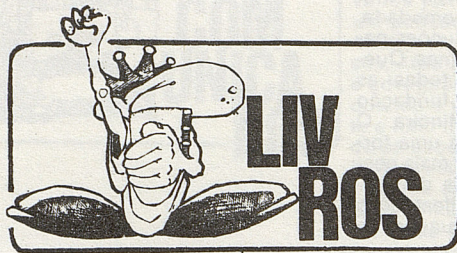
E em função desta confraternização e desta luta que exprimem o verdadeiro interesse do proletariado que nós deveremos nos agrupar. O 1º de Maio é nossa jornada de entusiasmo nossa jornada de luta. UM SIMBÓLO DE NOSSO COMBATE QUOTIDIANO.

A presença massiva dos camaradas latinoamericanos nesta manifestação é a confirmação de que nem as ameaças da ditadura de nossos países, nem a cumplicidade da burguesia internacional não bastam para estancar nossa luta. Nós chamamos os camaradas a marchar na coluna organizada pela AELACF, afirmando nossa presença coletiva e internacionalista junto à classe operária francesa e de suas organizações sindicais e políticas.

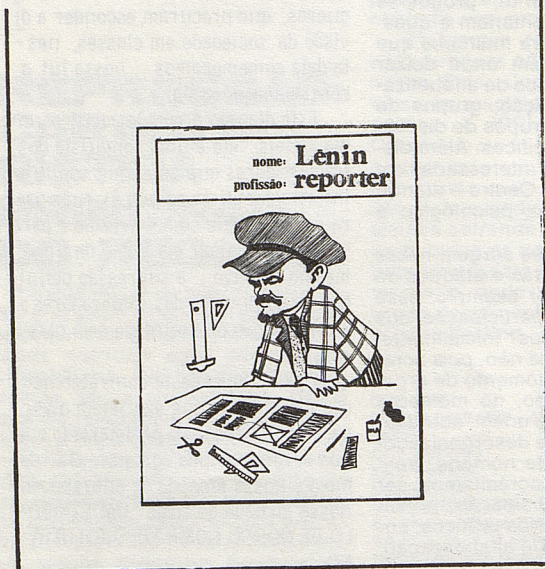
Após a marcha haverá uma festa, animada por debates, filmes, música latinoamericana, etc. para a qual convidamos igualmente os camaradas.

-ABAIXO AS DITADURAS LATINO-AMERICANAS !  
-DENUNCIEMOS A COMPLICIDADE DA BURGUESIA FRANCESA !  
-TRABALHADORES FRANCESES E ESTRANGEIROS : MESMO PATRAO, MESMO COMBATE !

-GRUPO CAMPANHA-



## UM ESTUDO SOBRE A IMPRENSA REVOLUCIONARIA



Quando escreveu "A concepção da imprensa em Lênin", Madeleine WOKONTZOFF procurou dar elementos para o debate no qual se engajara uma parte da Esquerda Revolucionária Francesa, sobre a atuação de um cotidiano comunista revolucionário.

"... Do ponto de vista da evolução da imprensa, o período atual é marcado por um duplo movimento: de uma parte a concentração crescente sob o domínio de um pequeno número de trusts, dificuldades crescentes para a imprensa de qualidade, expansão da imprensa que se diz livre

sa anestesiadora. De outra parte, a eclosão de uma nova imprensa que se diz livre, apresentando-se como o antídoto da grande imprensa burguesa, onde "Libération" é o protótipo ambíguo", dizia ela em seu "avant-propos". E concluiu: "A imprensa revolucionária militante, notadamente aquela ligada às organizações políticas ocupa um lugar um tanto ou quanto particular nesta evolução. Mas ela não está fora desta problemática. O empreendimento que representa a publicação de um cotidiano revolucionário é uma aposta arriscada para uma organização revolucionária, mesmo se considerados todos os seus recentes progressos. O presente estudo tem

por objetivo esclarecer o "enjeu" desta aposta".

O "empreendimento" ao qual ela se refere, é bem conhecido por todos nós. Trata-se do "ROUGE QUOTIDIEN" - jornal da LCR, seção francesa da IV Internacional - que completou recentemente seu primeiro ano de turbulenta existência.

Em todo o decorrer de "LENIN, REPORTER" a autora remarca o vínculo necessário da imprensa com o desenvolvimento concreto do processo de luta de classes, com o "momento atual": "...a análise de cada situação concreta sugere à Lenin "a tarefa do momento" (1), dominante e prioritária, que entretanto não apaga as demais: por exemplo o jornal é um excelente organizador em todo período, mas deve sê-lo sobretudo no momento da criação de um partido (se refere ao período de 1899-1902). Ele é sempre um meio de propaganda (mais particularmente entre 1900 e 1917), quando se trata de amadurecer a idéia de Revolução. Sempre um meio de agitação, (particularmente em 1905 e 1917) no momento de se passar à ação aberta. Nós podemos definir para cada período, aquilo que LENIN chama de "mudanças do centro de gravidade da luta". A cada uma corresponde uma função nova da imprensa que ele explica em detalhe ..."

No primeiro capítulo (A IMPRENSA E O PARTIDO REVOLUCIONARIO) ela busca em Lenin elementos para se compreender o conceito de imprensa popular. Estuda Lenin quando este intervem no sentido de tornar o jornal um "organizador coletivo", além de agitador e propagandista coletivo. Estuda então o seu combate contra os economicistas da época, 1899, que "confundindo política com pedagogia" rebaixavam o nível da imprensa, na tentativa de "vulgarizar os conceitos revolucionários" para que a massa atingida pudessem bem "assimilar" a tais teses. Mas nem por isto, a imprensa poderia estar em descompasso com os diferentes níveis de consciência da classe: "...Ele (Lenin) distingue tres níveis de consciência e tres tipos de imprensa que a elas correspondem: os operários avançados, os operários médios e as camadas inferiores do proletariado", e explica a sua relação com os diferentes tipos de imprensa com o ORGÃO CENTRAL, como Jornal Popular (agitação local com os panfletos e as brochuras populares vinculado à agitação oral). Aprofunda aí também a relação entre imprensa legal e clandestina. Se em 1900, com a proximidade da queda do tsarismo, Lenin compreendia que era de suma importância a ação clandestina (sendo sobretudo

### NOTA

(1) As "Obras Completas" de Lenin foram a sua fonte ("para romper com a estreiteza de se enxergar sempre a relação Lenin/Imprensa somente sob a ótica do "QUE FAZER?")

do o jornal o elemento aglutinador dessa ação) "pois não ha outra forma de organização, neste momento, mais importante que a que pode ser desenvolvida através do jornal"

Uma a uma se colocam as questões da importância do ORGÃO CENTRAL em contrapartida aos jornais locais de fácil repressão; da relação entre "um jornal para toda a Russia e as organizações locais bem preparadas" ; da relação clandestinidade/democracia interna no Partido e do jornal como "instância de prática democrática" dentro de um regime autocrático. Para que o jornal pudesse ser o "elemento que substituiria o Partido", a sua difusão assumia um caráter importantíssimo, pois a rede de difusão e a 'serpente' da organização e em determinados momentos mesmo, as estruturas de difusão são chamadas a transformarem-se em estruturas do Partido.

A "dualidade de centros" e analisada no 2º Capitulo: "O ORGÃO CENTRAL". A polêmica é travada sobretudo nos 11º e 13º Congressos do P.O.S.D.R. em função de realidades e necessidades bem concretas, tanto em 1903 quanto em 1905. Os dois centros eram: O Comitê Central e o Orgão Central (o jornal). Submissão ou completa autonomia entre esses dois centros?

"A inserção do Orgão Central nas instituições do partido não significa o fim de seu papel de animador político. O jornal não se limita somente a reproduzir os debates que tem lugar no Comitê Central. Ele continua a ser "o lugar privilegiado onde se elabora coletivamente a linha do partido" ou "O Orgão Central é o centro ideológico do Partido". E dentro desta visão, como compreender a questão de efetividade, ou melhor, como poderia o Orgão Central assegurar o centralismo democrático? Mais tarde, quando o período de crise revolucionária é abordado (pre-1905 e 1917) e nele, a insurreiçao e como se coloca o problema da imprensa revolucionária neste período, temos mais elementos para compreender a relação dela com o "trabalho legal". A criação de uma imprensa realmente popular, capaz de atingir não só os quadros do partido mas toda a massa, através de uma linguagem acessível, organizando-a e educando-a a todo momento, passa a ser a tarefa central.

Quando da queda da autocracia e a tomada do poder novamente a imprensa assume um caráter diferente. E nesse contexto que o Capitulo III: A IMPRENSA E A SOCIEDADE DE TRANSIÇÃO, discute problemas tais como "o que é liberdade de imprensa?", "é a liberdade do escritor de escrever o que lhe apraz?" etc". "A liberdade de imprensa em uma sociedade capitalista é em aparência a liberdade para todos, mas de fato não é mais do que a liberdade para os ricos de vender o papel impresso e influenciar as massas populares" ou ainda "num regime socialista, a liberdade de imprensa e a liberação da imprensa do

juogo do capital, a transformacao em propriedade do Estado das papelarias e gráficas."

Quando se coloca a questão da imprensa na construção de uma sociedade socialista, ele deixa bem claro que ela tem ai um papel fundamental: o de "administrador coletivo". Orientar essa construção, em função das necessidades reais da massa (e a questão camponesa ocupa aí um lugar destacado).

Concluindo seu trabalho, a autora no último capítulo (A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA E A IMPRENSA BURGUESA) tenta enfrentar questões de suma importância na atualidade e em todos os momentos: do papel da imprensa na sociedade capitalista ao da construção de uma imprensa proletária: "...os jornais sociais-democratas não devem se marginalizar da concorrência inter-jornalística sob pretexto "que eles não são jornais burgueses". Eles devem ao contrário, tentar fazer o máximo para conquistar a "hegemonia" neste campo...". "O primeiro elemento na luta contra o capitalismo na imprensa é o de desmascará-lo. O segundo é o de criar uma imprensa realmente proletária..." "...Desenvolver aí o conceito de "imprensa livre" e desmistificar a "imprensa proletária pura", dentro dos marcos da dominação ideológica burguesa.

Na sua parte final, entra um pouco no período pós-Lenin, onde através de algumas pinceladas, mostra como a imprensa, juntamente com todos os outros setores, não foi poupada por Stalin, muito pelo contrário, sofreu consequências até hoje ressentidas pelo movimento operário.

"Lenin, reporter" assim é mais do que um simples estudo, é uma contribuição para todos os revolucionários que pretendem compreender o papel da imprensa revolucionária e construí-la no processo de luta contra a burguesia e na formação de uma consciência proletária. Devemos romper com nossos métodos artesanais de trabalho político como dizia Lenin e a retomada das lutas das camadas oprimidas em nosso país, nos obriga a repensar nossos instrumentos de trabalho e sobretudo a melhorá-los. E uma aposta feita também com a vanguarda revolucionária brasileira. Não bastam somente "campanhas de aumento de vendas" embora elas possam ter caráter decisivo mas também uma preocupação maior com a qualidade desta imprensa revolucionária: estudar o "público" que ela vai atingir, suas necessidades, sua linguagem, a leveza gráfica e estética do jornal...enfim ser jornalista, como explica Lenin, não é uma aquisição somente da burguesia. A imprensa popular deve ser forjada desde hoje, desde as mínimas lutas e ao mesmo tempo que pensamos em aperfeiçoar nossa atividade nas oposições sindicais combativas, nos centros acadêmicos ou nos DCE-livres, devemos pensar no instrumento que possa levar tudo isso mais longe, aonde nós não pudermos chegar.

## LITERATURA INFANTIL

"Era uma vez  
uma ilha...  
... onde as crianças  
construíram  
a escola nova"



AUTORES: Marcella Bacifalupi e Giorgio Bini

TRADUÇÃO: Antônio José Massano

Ulmeiro - Lisboa - 1975

O livro fala de uma escola numa ilha e a professora morava em outra ilha. Quando ela dava classe, ela ficava falando, falando e as crianças escutavam, escutavam. E aí, um dia a professora não vai à aula porque houve uma tempestade. As crianças resolvem fazer tudo sozinhas.

No começo os adultos achavam chato a barulheira que a criançada estava fazendo. Mas aí depois os adultos viram as coisas que as crianças estavam fazendo e eles acharam tudo muito legal.

Aí no outro dia chega a professora, ela acha tudo também legal e deixa os meninos fazerem estas coisas.

Mas aí vem o diretor e ele não gosta na da disso. E aí o povo da ilha não fica contente e vai brigar com o diretor. Aí o diretor chama a polícia. E aí o livro pede pra gente acabar a história.

E' verdade que as professoras falam e as crianças escutam. As crianças quando ficam sozinhas não sabem fazer coisas porque estão acostumadas nas outras classes a ficar escutando. Eu acho que se mostrar às crianças que elas podiam trabalhar sozinhas, eu acho que dava. Quando as crianças estão sozinhas vão brincar em vez de fazer algo legal. Tem alguns que compreendem isso. E outros não compreendem que têm que trabalhar mesmo se não tem professor.

Se precisa de professor para ensinar as coisas. Senão não precisa. E' só pra ensinar. Os professores ensinam mas sem deixar as crianças falarem. Não perguntam se elas que rem fazer isto ou aquilo. E' o cúmulo.

Os adultos ficam espantados com as crianças. Os adultos não estão sempre de acordo com as crianças.

O livro podia terminar, tendo que derru

bar os policiais, a ditadura, né. Aí as crianças poderiam ficar tranquilas. Ou então, terminar com a ditadura prendendo, todos ficam com medo e aí se volta tudo atrás.

Acho que de verdade não aceitariam um professor assim, que ficasse com as crianças. Acho que desprezariam ela.

Acho que o livro é simples. Umhas crianças compreenderiam, outras não. Depende dos amigos.

Os meninos menos amigos meus, menos próximos, os que falam menos, não compreenderiam.

FRANCISCO

## POR UMA PEDAGOGIA REVOLUCIONARIA

### ELEMENTOS PARA UMA PEDAGOGIA ANTI-AUTORITÁRIA

Comitê Central dos Jardins  
de Infância Socialistas  
de Berlim  
Vera Schmidt  
Wilhelm Reich

TEXTOS: Vera Schmidt e Wilhelm Reich et  
e do Comitê Central dos Jardins  
de Infância Socialistas de Ber-  
lin (1968)

EDIÇÃO: Cadernos O HOMEM E A SOCIEDADE  
1975 - Porto - Portugal

"O trabalho de Vera Schmidt em 1923, na União Soviética foi a primeira tentativa na história da pedagogia para dar um conteúdo prático à teoria da sexualidade infantil" (Reich)

O livro vai abordar vários aspectos da educação infantil, mas em todos os seus textos, duas idéias rolam, se indagam e principalmente se afirma, pouca coisa é colocada como princípio ou modelo educacional.

A primeira idéia que rola de um texto a outro é a pergunta que os educadores revolucionários se colocam hoje: que fazer? o que é uma pedagogia de transição? o que é possível de se fazer hoje, dentro das respectivas sociedades capitalistas em que vivemos?

Para Vera Schmidt e Reich é REALIZAR uma pedagogia anti-autoritária. Isto é: romper com a instância de repressão que é a família através de uma educação coletiva.

romper o triângulo pai-filho-mãe, combater a atomização da criança ("a criança é esmagada devido à sua pequenez física pela autoridade dos pais"-Reich) direcionar os instintos sexuais da criança em direção a outras crianças e não aos pais de sexo oposto, criar um MOVIMENTO CONCRETO que se REALISE organicamente (comunais, contra-escolas, etc) romper com os rituais burgueses na educação da criança (ritual da alimentação e do sono), que o educador se negue combativamente a ser o "braço prolongado dos pais", etc.

São inegáveis os avanços de Reich. Mas temos que aprofundar estas questões! Uma pedagogia anti-autoritária por si só não é revolucionária. A experiência de Neil em Summerhill é anti-autoritária. Mas será revolucionária? Creio que não. Educadores liberais existem por toda parte, defendendo as mais diferentes ideologias. Como evitar as "ilhas paradisíacas" pedagógicas, afasta das do conjunto da sociedade? Por onde passa a luta de classes no dia a dia da "pedagogia de transição"? Que elementos podem ser introduzidos desde hoje no sentido de incorporar a criança na luta contra essa sociedade de opressão?

A segunda idéia desenvolvida nos textos, está intimamente vinculada à primeira, é a nossa grande bruxa: a sexualidade infantil. Nos, os educadores revolucionários não conseguimos ultrapassar a fase da simples "Tolerância" da sexualidade infantil. (Como diz Reich, "temos que aprova-la e não mesquinha mente tolera-la!"). Entender essa sexualidade de rica desde os primeiros minutos da vida, uma sexualidade que no seu começo não está ligada ao aparelho genital, é a maior lacuna que temos que enfrentar.

Fico com vontade de perguntar: você aí, pai ou educador, militante revolucionário, como se SENTIRIA (não o que faria) diante de uma criança se masturbando? Mal-estar? Vontade de não olhar? O quê?

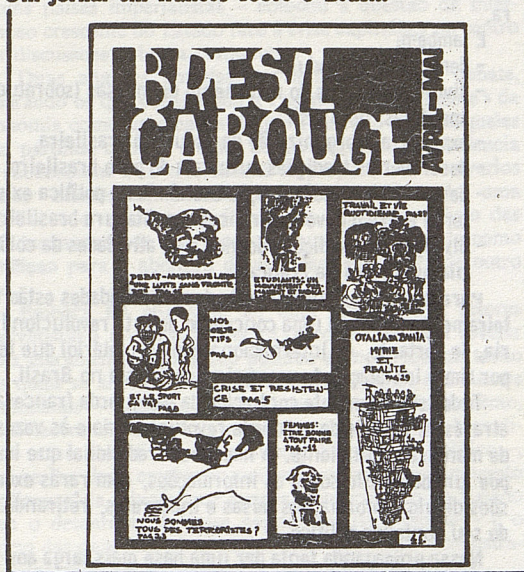
Pois é Nos textos vão rolando essas idéias. Nos colocamos muitas perguntas desde as experiências pioneiras de Vera Schmidt em 1921 até os comitês dos jardins de infância socialistas de Berlim em 1968. Muitas perguntas e muitas dúvidas. E também a certeza de que desde hoje é preciso desenvolver e avançar. E esta ordem fica clara quando vemos em 1923, o jardim experimental de Vera ser desacreditado inclusive pelo partido Bolchevique, o partido mais revolucionário e progressista da época (1), assim como por toda a opinião pública, sensibilizada pelos boatos de que "lá se passavam coisas horríveis, por exemplo, que os educadores, para fins experimentais, praticavam a estimulação sexual prematura das crianças..."

Inês C. de Castro

NOTAS

(1) segundo Reich, um sistema de início da burocratização.

## REVISAR A « IMAGEM » Um jornal em francês sobre o Brasil.



O lançamento do "Brésil, ça bouge", um jornal bimestral, em língua francesa, pode vir a cumprir um papel importante na resistência à ditadura militar brasileira no exterior.

Romper com o quase-monopólio da burguesia francesa no que concerne às informações sobre o Brasil é uma das tarefas que a revolução e a colônia brasileira exigiam. Discutir a situação política no Brasil, com os elementos de vanguarda revolucionária francesa, organizar instrumentos de intervenção política que divulguem a resistência do movimento de massa no Brasil (suas condições de vida; suas lutas, suas experiências) assim como discutir a melhor maneira de desenvolver um amplo movimento de solidariedade à luta do povo brasileiro são as outras tarefas essenciais.

Compreendendo que a solidariedade com o povo brasileiro passa por um apoio concreto aos elementos da colônia brasileira hoje no exílio, *Brésil ça bouge* oferece as condições para se enfrentar um problema ideológico importante de todas as colônias que conheceram o exílio. O simples fato de sua existência pode permitir à colônia brasileira um melhor trabalho político com a vanguarda revolucionária francesa: a tendência a formar "ghettos", limitados em experiência política se substituirão o contato com a realidade francesa; o nacionalismo dará seu lugar ao internacionalismo e a revolução brasileira estará assim acumulando forças em sua luta contra a ditadura.

Nós apoiamos esta nova iniciativa e convocamos nossos leitores, assim como a colônia brasileira a participarem e a se solidarizarem com *Brésil, ça bouge*.

Abaixo, reproduzimos partes do artigo "Nos objectifs" - que saiu no primeiro número de *Brésil, ça bouge*:

"... Este jornal se propõe a ser um dos instrumentos na organização desta resistência (eles se referem às manifestações de resistência da colônia brasileira em exílio na França.). A organização dos elementos combativos da vanguarda francesa em uma perspectiva de solidariedade com a resistência dos trabalhadores brasileiros é primordial na luta desta colônia.

Para nós, a solidariedade de classe com as lutas dos

trabalhadores brasileiros é, antes de mais nada, desmistificar a imagem falsa dada do Brasil e divulgar a realidade desse proletariado super-explorado e reprimido pela ditadura.

E também:

- denunciar a ditadura,
- divulgar as lutas do movimento de massas (sobretudo operárias) no Brasil,
- explicar a reorganização da esquerda brasileira,
- descrever as tradições culturais do povo brasileiro,
- desmascarar a colaboração econômica e política existente entre o governo francês e a ditadura brasileira,
- divulgar as condições de vida e as atividades da colônia brasileira na França.

Para nós, o desenvolvimento dessas atividades estão inteiramente ligadas à uma concepção de luta revolucionária, (e portanto, de internacionalismo proletário) que tem por fim a instalação de um regime socialista no Brasil.

Tudo isto é somente conhecido da vanguarda francesa através de jornais da esquerda revolucionária e às vezes, de maneira insuficiente. A imprensa tradicional que impõe um obstáculo sobre as informações, com raras exceções divulga informações falsas e incorretas, retirando todo seu conteúdo político.

Nossa propaganda tenta dar uma base mais larga aos interesses objetivos existentes entre a classe operária francesa e brasileira, que neste momento, em função da fraqueza política da esquerda revolucionária francesa e brasileira, somente poderá chegar aos setores mais avançados da classe operária francesa.

Este jornal pretende ser o traço de união entre a colônia brasileira e a vanguarda revolucionária francesa.

Todo contato com Brésil, çá bouge (assinaturas, discussões sobre seu trabalho político, participação em suas tarefas, envio de informações sobre as atividades políticas e culturais que se desenvolvem na colônia, etc) pode ser feito escrevendo para:

46, Rue de Vaugirard  
75006 - Paris  
c/o Brésil, çá bouge  
François Charbonnier

Brésil, çá bouge pode ser encontrado na Livraria Portuguesa e Brasileira.

## CARTAS



Tel Aviv, 29 de Novembro de 1976 .

Companheiros :

Em vista da repressão reacionária que abate a América Latina, essencialmente na Argentina, Chile e Uruguai, e que em consequência dela um crescente número de militantes latinoamericanos em sua maioria dos citados países tiveram que refugiar-se em Israel, decidimos então, aqui criar o COMITE CONTRA A REPRESSÃO NA AMÉRICA LATINA.

Buscamos por meio desta, além de informar-lhes sobre nossa existência, estabelecer um estreito contato com vocês, com o objetivo de intercambiar todo o tipo de material e de poder chegar a coordenar atividades, além de pedir-lhes que coloquem em contato com outros comites, grupos ou centros de informações.

Considerando que em Israel a informação sobre a América Latina é em geral muito limitada, solicitamo-lhes o envio, com a maior urgência, de materiais.

Anexamos os objetivos do Comitê.

Solidariamente,

COMITE CONTRA A REPRESSÃO  
NA AMÉRICA LATINA  
- Israel -

Correspondência : CCRLA  
P. O. Box 29362  
Tel Aviv  
Israel







Andre Fernandes

# ESTADO E CAPITAL : NOTAS SOBRE UM DEBATE RECENTE

O agravamento da situação económica brasileira – contrastando agora com a recuperação que se esboça em alguns países imperialistas – colocou a questão da intervenção crescente do Estado face à crise capitalista no centro das discussões sobre a conjuntura.

Dois análises polarisaram rapidamente este debate, separando os que consideram a « estatização galopante » da economia como uma causa decisiva da crise atual daqueles que, partindo de uma análise do agravamento da tendência ao subconsumo e ao crescimento desproporcional dos vários ramos industriais, sustentam a necessidade de uma ampliação e reorientação (tendo em vista o benefício das grandes massas) da intervenção económica do Estado como condição para a abertura de uma fase expansiva de outro tipo.

Embora tal clivagem, ao opor frontalmente setores « privatistas » e « estatizantes » (1), contribua para revelar mais claramente os projetos político-económicos em torno aos quais se articulam hoje as múltiplas frações das classes dominantes – projetos que, esquematizando ao extremo, estabelecem, em sentidos inversos, uma relação de causalidade entre liberalismo económico e liberalismo político –, não se lhe deve emprestar maior rigor analítico enquanto explicação da relação que guarda a intervenção do Estado com o desenrolar da crise capitalista. Isto porque – e o objeto das duas primeiras partes deste texto será demonstrar – tal polarização repousa sobre uma dupla ilusão.

Num caso, a oposição que se constitui à penetração crescente do Estado na esfera produtiva decorre da ideia falsa que se fazem os capitalistas individuais, submetidos à concorrência, dos fatores que conduzem à crise económica. Ai, o que é feito – a ação do Estado reagindo à queda da taxa de lucro e recriando as condições para o prosseguimento da acumulação – aparece como causa, o desempenho de uma real função anti-crise sendo percebido às avessas como um elemento provocador da recessão.

No outro caso, toda atenção se concentrara nos aparelhos institucionais capitalistas – concebidos como uma estrutura formal de poder manipulável à vontade por qualquer classe social – atribuindo-lhes a função de corrigir as distorções engendradas pelo « modelo monopolista-concentrador-dependente », eliminando os obstáculos que se encontrariam na raiz da crise atual. Tal projeto repousa, por sua vez, sobre a ilusão de um Estado-neutro, algo como um complexo organismo desempenhando múltiplas funções técnicas racionalmente determinadas e gerido por uma equipe de funcionários perfeitamente autónomos em seu âmbito da decisão (dotados ainda, como querem alguns, de um estatuto de classe: « burguesia de estado »), que bastaria convertê-los a uma política voltada às necessidades das amplas massas para que se visse assegurado, pela poderosa ação planificadora de sua máquina institucional, um crescimento estável e equilibrado.

## I – O ESTADO CAPITALISTA VISTO COMO « CAUSA » DA CRISE

Um dos efeitos mais marcantes do prolongamento da recessão que se declara abertamente a partir de 1974 foi inegavelmente o de suscitar, entre os mais diversos setores da burguesia, uma reação comum à intervenção crescente

### NOTA

(1) É necessário distinguir, entre os defensores da ampliação do papel do Estado na economia, aqueles para os quais tal posição não resulta senão do apoio incondicional ao atual governo (ARENA), dos que, inscrevendo-se em clara oposição à ditadura militar e às suas orientações económicas, apoiam formalmente o intervencionismo crescente dos órgãos e empresas governamentais recusando entretanto o conteúdo que lhes é imprimido pela atual equipe no poder.

do Estado na economia. A raiz desta ampla e difusa participação ideológica existe o impacto de uma queda brusca da rentabilidade do capital, forçando a passagem a formas mais agressivas de concorrência e atualizando a ameaça de uma sanção pela crise de suas unidades produtivas menos eficientes. O que particulariza esta conjuntura, entretanto, é que incumbe especialmente ao Estado, enquanto « capitalista coletivo ideal », assegurar a execução das leis do Capital, substituindo-se parcialmente ao mecanismo espontâneo das crises e promovendo, com o mínimo de fricção necessário, a destruição e desvalorização do capital. Ora, o desempenho desta função análoga à das crises pelo Estado, se ele permite operar uma reestruturação produtiva com maior profundidade e rapidez reativando assim o processo de acumulação, supõe necessariamente uma intervenção penalizadora em relação aos capitalistas individuais que estejam comandando processos de trabalho em níveis inferiores de produtividade. A relação entre a classe capitalista e o Estado se altera assim, no curso desta crise, num duplo sentido:

1) Ao fragmentarem-se os interesses da classe burguesa, revelando agudamente a trama de relações de subordinação em que se insere cada empresa e o choque de estratégias que opõe cada fração do capital quando entra em jogo a própria garantia da sua produção, desaparece a possibilidade de uma formulação consensual dos objetivos e mecanismos da política econômica. Multiplicam-se então as pressões sobre as camadas dirigentes a partir das mais variadas instâncias – federações, associações e outras entidades patronais, jornais ou revistas de grande circulação, eventuais facções parlamentares, etc. – que assumem deste modo a representatividade de fato dos diversos setores ou grupos das classes dominantes e procuram imprimir uma direção particular à economia que se encontra em plena fase de transição. Deste jogo complexo de forças atuando em diferentes sentidos e refletindo-se num conflito crescente da orientação no interior da equipe governamental resulta uma diluição efetiva das prioridades da política econômica, alguns (Severo Gomes, Velloso) privilegiando a perspectiva global de um relativo « fechamento » da economia brasileira, devendo ingressar agora numa fase de substituição de importações de bens de produção impulsionada em última análise por uma expansão do mercado interno, outros preferindo « obter um dólar a mais de exportação que um dólar a menos de importação » (Simonsen) e fixando assim como objetivo primordial uma maior integração e participação no mercado mundial como estímulo a um desenvolvimento do sistema produtivo e a uma melhora dos níveis de competitividade da economia nacional.

---

... o distanciamento entre as classes capitalistas e os centros efetivos do poder, vê-se ampliado conjuntamente

---

2) Nestas circunstâncias, o distanciamento entre as classes capitalistas e os centros efetivos de poder, estabelecido como norma desde o golpe de 1964 e os sucessivos Atos Institucionais, vê-se ampliado conjuntamente como condição – desde que assegure uma unidade mínima de objetivos e instrumentos de ação pelas instituições encarregadas de formular e aplicar a política econômica – para o exercício pelo Estado de sua dupla função de legitimação e acumulação. Ocorre que, ao transmitir-se a crise ao conjunto da economia, acentua-se o caráter contraditório destas

duas funções, na medida em que as exigências de reprodução do capital social total, progressivamente menos coincidentes com os interesses imediatos de sua múltiplas unidades privadas, aparecem aos olhos dos capitalistas individuais como uma série de medidas discriminatórias dirigidas contra sua própria classe. Assegurar o prosseguimento da acumulação privada do capital – através de uma reestruturação do aparelho produtivo e financeiro comandada diretamente pelo Estado – significa nessas condições restringir inevitavelmente sua base de legitimação em relação às classes dominantes (e com muito mais razão em relação às classes dominadas, devendo suportar um aumento da taxa de exploração). A ampliação da participação do Estado na economia – resultando entre outros fatores de uma retração dos investimentos privados – fornece então a base objetiva à constituição de uma oposição política e ideológica de largos setores das classes dominantes à hipertrofia do setor público e do poder de controle da tecno-burocracia.

---

... muito mais que um problema real da definição da fronteira entre o setor público e privado, a atual campanha anti-estatizante é um sintoma da crise parcial do sistema de poder

---

Tal modificação no padrão de relacionamento da classe capitalista com as instâncias de poder revela os limites da capacidade integradora, na fase declinante do ciclo econômico, de um sistema de dominação autocrático e militarizado, edificado sobre a derrota da classe operária e sobre uma conjuntura particularmente favorável à acumulação do capital. Nesse sentido, muito mais que um problema real de definição da fronteira entre o setor público e privado, a atual campanha anti-estatizante constitui um sintoma da crise parcial do sistema de poder, notadamente no que concerne uma incorporação ampla das classes dominantes ao processo de definição das novas orientações políticas e econômicas.

O rumo desse debate que atravessa a classe política e empresarial há quase dois anos, passando por três estágios claramente distintos, traduz desse modo o caráter cumulativo das dificuldades que enfrenta o regime diante da crise. Num primeiro momento, a campanha em defesa da iniciativa privada limitou-se a referências aos aspectos mais gerais do papel do Estado na economia, em especial a evolução ascendente do volume da receita e despesa pública (que crescem respectivamente, em porcentagem do PIB, de 20,3 e 18,2 em 1960 para 27,9 e 23,5 em 1970), e de seu significado alarmante em termos comparativos internacionais. Em seguida, documentos elaborados pela FIESP, Associação Comercial de São Paulo e outros estados, Bolsa de Valores de São Paulo, além de outras entidades patronais, passaram a focalizar detidamente os diversos mecanismos que, debilitando financeira e comercialmente as empresas privadas, tem conduzido a um crescimento desmesurado do setor produtivo estatal. Enfim, mais recentemente o acento deslocou-se para os aspectos imediatamente políticos da questão, com as lideranças dos partidos consentidos afrontando-se abertamente no Congresso em torno da política intervencionista adotada pelo Governo.

O conjunto de críticas endereçadas ao intervencionismo estatal, embora traduza a representação falsa, invertida, que se fazem os capitalistas individuais dos fatores que conduzem à crise, não deve ser reduzido a uma mera sequência de equívocos. Com efeito, é através desse debate que se exprimem e

entram em choque os interesses concorrenciais das varias frações burguesas, todas procurando simultaneamente – e o conseguindo em certa medida – escapar à intervenção penalizadora do Estado e se assegurar posições de dominio na estrutura economica emergente. Combinam-se entao, nessa corrente ideologica, uma reação comum e unitaria da classe capitalista face à crise e à ameaça de uma sanção estatal e um movimento de diferenciação entre seus varios componentes burgueses, impelidos pela concorrência e pela compulsão do lucro maximo, diante das medidas concretas potencialmente aplicaveis pelo Estado. Vejamos mais de perto os principais argumentos apresentados por esta corrente, que podem ser esquematizados da seguinte forma :

1) Os fatores conduzindo a uma debilitação da iniciativa privada localizam-se antes de mais nada na esfera financeira, onde o processo de capitalização das empresas ve-se retardado ou interrompido por obstaculos de natureza conjuntural ou estrutural :

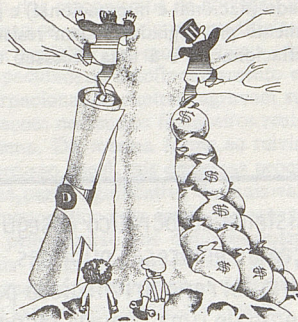
– « A debilidade do mecanismo de captação de recursos através do mercado de ações acaba por oferecer aos empresarios a alternativa de recursos gravados com altos custos financeiros » (2), ampliando assim o grau de endividamento e alterando perigosamente a estrutura de custos de suas empresas. Tal atrofia dos canais de acesso direto das empresas aos recursos para investimento decorre, mais recentemente, de uma retração pronunciada do volume de poupanças destinado ao mercado de ações – debilitado ademais pela ausencia de investidores institucionais no mercado secundario – face às oportunidades alternativas mais atraentes dos fundos de poupança, geridos pelo Estado e os titulos de renda fixa (ORTN, LTN). « Mesmo dentro da modesta importancia do mercado acionario, a empresa nacional privada enfrenta enormes dificuldades em beneficiar-se dos exiguos recursos aplicados nesse mercado » (3), absorvidos preponderantemente pelas empresas publicas que, segundo estudo elaborado pela Bolsa de Valores de Sao Paulo, registraram entre 1971 e 1974 um aumento médio de 16,1% sobre seu capital, enquanto as empresas mixtas assinalavam um aumento de 14,3% e as privadas apenas 4,3%.

– Face a essa deformação da estrutura do capital das empresas – cujo débito aumenta continuamente – o mecanismo de correção monetaria torna-se particularmente oneroso, inibindo novos projetos de investimento que exijam o recurso a fontes de financiamento externas às empresas. – A atuação da Comissão Interministerial de Preços (CIP), particularmente severa numa conjuntura de brusca aceleração inflacionaria com risco de descontrolo, aparece igualmente como uma barreira ao auto-financiamento dos investimentos, retardando a expansão do setor privado.

– Da mesma forma, a evolução da politica fiscal do Governo, que conduziu a um superavit do Tesouro Nacional em 1974, contribuiu diretamente para reduzir a taxa de lucro pos-impostos, diminuindo os fundos disponiveis para a acumulação privada.

Por fim, o setor financeiro privado ve-se particularmente ameaçado pelo recurso crescente do Estado à poupança individual, o que, nao suscitando a criação adicional de meios de pagamento, submete-o a uma concorrência desigual, conduzindo tendencialmente a uma queda da taxa de rentabilidade e do ritmo de expansão de setor. Tal tendencia é precipitada pela politica de ampliação da intermediação financeira publica, que se manifesta pela estatização crescente do crédito, através sobretudo do monopolio dos créditos a longo prazo (BNDE) e da abertura de agencias pioneiras dos bancos estaduais (4).

2) Simultaneamente, a expansão dos gastos publicos (Governo e empresas), longe de favorecer, estaria apenas deteriorando as condições de realização das empresas do setor privado, ja gravemente afetadas pela retração do mercado mundial e pela recessão que se desenvolve localmente. Isto se deve ao duplo fato que parcela crescente dos recursos governamentais destina-se a importações, fluindo assim



para o exterior, enquanto que a expansão das empresas publicas, ao absorver atividades até entao asseguradas pelo capital privado, restringe ainda mais as dimensões de seu mercado e seu campo de acumulação.

3) Este conjunto de dificuldades localizadas na esfera da circulação (financiamento e realização) estariam, a seu turno, afetando a rentabilidade e bloqueando severamente a atividade produtiva no setor privado, dando lugar à ampliação dos « espaços vazios » por onde o setor publico avança em sua ocupação do terreno economico. Ademais, afirmam tais analises, produz-se um fenomeno cumulativo : « ... as empresas governamentais ja existentes, na medida em que foram obtendo sucesso em seus empreendimento, acabaram por gerar recursos além dos necessarios à ampliação dos investimentos nos ramos indutrias em que operavam. Passaram entao a se expandir, diversificando as areas de operação e partindo para um processo de verticalização bastante acentuado. Nessa escalada, muitas atividades « maio » que eram exercidas pelo setor privado, passaram a ser operadas pelas proprias empresas governamentais, através da criação de empresas subsidiarias, constituídas para tais fins. » (5).

Esta tendencia imanente ao setor publico de expandir-se sem limites tera, por sua vez, uma dupla consequencia negativa, ao nivel do conjunto da economia, rebaixando a eficacia global do sistema produtivo, e ao nivel das frações do capital privado diretamente concorrenciais com as empresas do Estado, que se encontraram em situação particularmente desvantajosa face à crise. A primeira consequencia decorre nao so de um simples retrocesso operado pelas empresas publicas – que, como sabemos, submetem-se apenas de forma mediatizada à lei do valor – em relação ao grau de divisao do trabalho e especialização tecnica alcançada pelas empresas privadas, porem de uma ineficacia especifica das formas de organização e administração empresarial do Estado que consiste, entre outros aspectos, em nao se poder « mobilizar e desmobilizar, admitir e dispensar seus empregados com a flexibilidade com que os mobiliza e desmobiliza uma empresa privada » (6), resultando dai uma dotação excessiva de pessoal e um aumento perfeitamente evitavel dos custos. A maior vulnerabilidade de certas frações do capital provem, a seu turno, de um agravamento sensível dos riscos relativos das empresas privadas face às do governo : tanto no que concerne a evolução do mercado quanto dos custos financeiros reais e da capacidade de salda-los adequadamente as empresas estatais – graças à diversificação de suas atividades, de seu eventual poder de monopolio, do recurso sistematico e subsidios diretos do Governo além de suas facilidades de acesso aos recursos do sistema

#### NOTAS

(2) Cf. « O processo de estatização da economia brasileira: o problema do acesso aos recursos para investimento », FIESP, en : « O Estado de Sao Paulo », 7-9-75, pag 65.

(3) *Ib.*

(5) Cf. FIESP, *op. cit.*

(6) Cf. *Visao*, 26-5-75, pg. 87.

financeiro privado (nacional e internacional) e publico – da situação claramente privilegiada, podem resistir melhor a conjunturas deflacionarias e a uma recessão da atividade economica.

---

...um sistema autocrático assegura uma maior ação às empresas públicas, que se tornara um terreno privilegiado para o florescimento de uma camada tecnocrática, que encontra na rentabilização de suas empresas (públicas) a condição para preservar seu status..

---

Configura-se assim um processo circular de reforço e aplicação continua da atividade empresarial do Estado que, tendo sua origem em desequilíbrios estruturais e conjunturais aparentes na esfera da circulação (pontos 1 e 2), apenas pode realizar-se em ritmo acelerado graças a um contexto institucional e legal particularmente favorável. O exercício do poder através de um sistema fechado e autocrático de dominação inegavelmente assegura um maior raio de ação para os organismos governamentais, e de modo particular às empresas publicas ; que tendem a se tornar um terreno privilegiado para o florescimento de uma camada tecnocrática moderna, que encontra na expansão e rentabilização de suas empresas (publicas) a condição para preservar seu status.

Tal movimento tornou-se possível em larga escala no Brasil precisamente a partir do decreto-lei 200 (25/6/1967), – cujo objetivo principal foi o de descentralizar a execução de atividades, permitindo maior flexibilidade administrativa e operacional às empresas publicas – responsável pelas mais variadas « pressões para a transformação dos orgaos da administração direta em empresas publicas... (e pela distensão do) vinculo entre o Governo e os diversos escaloes da administração publica ... que na busca da eficiencia e do sucesso, procura(m) expandir ao maximo a « sua » empresa – além da area de atuação inicialmente objetivada, entrando assim em setores onde a empresa privada ja esta atuando. »(7).

4) O processo de estatização da economia, indissolavelmente ligado em sua origem a uma combinação de fatores propícios, tenderia rapidamente a secretar e difundir uma ideologia radicalmente anti-privatista, expressão dos interesses específicos de uma « burguesia de estado » emergente. Solidamente enraizada no setor produtivo estatal, esta camada tecnocrática, prosseguem tais analises, passara a influir de maneira decisiva sobre os escaloes intermediarios da burocracia governamental, ampliando o alcance e a penetração de sua ideologia e afirmando, progressivamente, uma convergencia objetiva entre as varias politicas economicas setoriais em direção a um fortalecimento do controle e direção da atividade privada pelo Estado. A ação de organismos como a Comissão Interministerial de Preços (CIP) ; o Conselho de Desenvolvimento Economico (CDE), o Conselho Monetario Nacional (CMN) ou o Conselho de Política Aduaneira (CPA) – particularmente severa numa fase recessiva – parece assim escapar a todo controle pela classe capitalista e increver-se numa estrategia global de sufocamento da empresa privada. A crise economica associa-se agora o espectro de um regime « totalitarista », ambos resultando da intervenção e do dirigismo estatal cres-

centes.

Encadeados numa unica sequencia, estes varios argumentos fornecem a trama de um discurso ideológico que, por ser aquele da (quase) totalidade dos capitalistas, nao deixa entretanto de revelar, em filigrana, as linhas divisorias que separam as classes dominantes pelos seus diferentes interesses. Consideremos por um momento os interesses particulares de cada fração do capital que, embora tendo por ponto de fuga o combate à estatização, nao perdem o caracter conflitante nem amortecem a cerrada disputa pelo predomínio de seus projetos economicos respectivos.

O conflito objetivo mais evidente – e nao se deve perder aqui de vista a simplificação que comporta a oposição de duas frações que, de resto, se interpenetram largamente – é o que parece ocorrer hoje entre o capital financeiro, beneficiario de uma rapida expansao nos ultimos anos de caracter marcadamente especulativo e o capital industrial (produtivo) cujas perspectivas de reconversao em direção aos setores pesados supoem, entre outras alteracoes do modelo precedente, uma maior canalização de recursos para o Investimento além de uma redução das taxas e um alongamento dos prazos de emprestimos. Ora, tal drenagem de recursos em condições mais favoráveis para as atividades diretamente produtoras de mais-valia corresponde antes de mais nada às exigencias globais de reestabelecimento da taxa media de lucro a um nivel adequado ao prosseguimento da reprodução ampliada do capital. Incumbe assim ao Estado, enquanto agente coercitivo exterior aos multiplos capitais, implementar as transformações necessarias – transferencia para o controle do BNDE dos recursos mobilizados pelo PIS e PASEP, criação de subsidiarias desse banco (EMBRAMEC, FIBASE, IBRASA) voltadas prioritariamente ao financiamento dos investimentos nos setores de base e de bens de produção, intervenções pontuais em alguns grandes bancos (Halles, Ipiranga, Nacional,...) para corrigir as distorções mais evidentes do sistema financeiro – restringindo nessa ocasião os recursos disponiveis para as operações de repasse ou ligadas à bolsa de valores, que fizeram até entao a fortuna de Bancos e Sociedades de Investimento além de outras agencias intermediadoras privadas. O temor da classe capitalista face à estatização progressiva do crédito encobre assim a resistencia particular que oferecem os mais importantes grupos financeiros à eventual redefinição de suas formas e areas de atuação.

---

... a intervenção estatal determinada pelas necessidades do capital em geral, traça-se num conjunto de medidas diferenciadas em relação a cada setor ou ramo industrial, provocando uma rearticulação bem mais complexa da aliança de classes e frações de classe no poder.

---

Nada indica, entretanto, que uma intervenção penalizadora do Estado em relação ao sistema financeiro privado – amplamente condicionada, ademais, à sua capacidade politica de vencer a resistencia desses grupos – tenha por contrapartida imediata um beneficiamento simétrico da totalidade dos capitalistas industriais : o que ocorre na

NOTA

(7) Cf. FIESP, *op.cit.*

verdade é que qualquer intervenção estatal determinada pelas necessidades do capital em geral traduz-se necessariamente num conjunto de medidas extremamente diferenciadas em relação a cada setor ou ramo industrial - cujo efeito mais global hoje é, esquematicamente, o de substituir o setor de bens de produção ao de bens de luxo enquanto motor do processo de acumulação - provocando assim uma rearticulação bem mais complexa da aliança de classes e frações de classe no poder. É possível detectar nesse sentido alguns componentes específicos que se fundem na frente difusa de oposição ao avanço da estatização e que exprimem, na sua adesão a essa campanha, os interesses de setores ou grupos industriais que, tendo sido mais duramente atingidos pela recessão (local e internacional) encontram-se todavia, marginalizados nos projetos de reestruturação econômica. Assim, o setor produtor de bens de luxo, no qual se destaca a indústria automobilística, ressentem-se particularmente das restrições do crédito ao consumo, que não apenas precipitam uma contração do mercado como piores resultados de um reescalonamento de prioridades nos projetos governamentais para o setor de transportes, deslocando a ênfase da infraestrutura rodoviária para a ampliação e modernização da rede ferroviária e da frota marítima mercante. De forma análoga, as indústrias do setor de bens de consumo voltadas basicamente para a exportação e sobre as quais incide diretamente o impacto negativo da política protecionista dos principais países capitalistas no curso da recessão mundial, redobram suas exigências em relação ao Estado - preferindo contar com uma desvalorização sistemática da moeda, além de subsídios e isenções fiscais e tarifárias, do que lançarem-se em grandes investimentos de modernização para manterem-se concorrenciais sobre o mercado externo - e encaram com apreensão o « dualismo » presente na atual política econômica. Mais graves no entanto são as perspectivas reservadas ao conjunto das indústrias desse setor vinculadas essencialmente ao mercado de consumo popular e que não apenas foram as menos beneficiadas com a aceleração inflacionária dos últimos anos do « boom », responsável pela queda paralela do poder aquisitivo das massas trabalhadoras, como são hoje os mais penalizados com a adoção de medidas de contenção inflacionária (restrição do crédito, e das emissões monetárias, fiscalização dos preços, etc.). Não podendo contar brevemente com uma inversão dos efeitos concentracionistas do processo de acumulação que lhe tem imposto um ritmo vegetativo de crescimento, suas pressões sobre o Estado resultam apenas em concessões pontuais - abono salarial, prolongamento dos prazos de recolhimento de impostos, etc. - acentuando o caráter errático e contraditório das decisões da política econômica, reforçando o isolamento da atual equipe governante. Embora a consideração dessas linhas de fracionamento das classes dominantes já nos indique de certo modo como os interesses particulares de cada grupo se repropõem na ofensiva geral contra o intervencionismo do Estado, é indispensável agregar a esta análise uma outra diferenciação que se manifesta no interior mesmo de cada ramo ou setor entre as formas de concorrência a que se submete cada unidade do capital e que lhes confere capacidade de proteção extremamente variável face à crise. Com efeito, ao transmitir-se desigualmente a crise às diversas empresas « monopolísticas » e « não-monopolísticas » revelam-se, através da ação do Estado, vários mecanismos de transferência de mais-valia em detrimento da camada mais vulnerável de capitais, cuja reação específica vem se somar à campanha de defesa da iniciativa privada. É o que ocorre hoje com algumas medidas de política monetária, fiscal e de preços que penalizam mais que proporcionalmente as fornecedoras de peças ou distribuidoras subordinadas aos monopólios (em geral produtores de bens de luxo), as pequenas empresas sub-contratistas do Estado e do grande capital (notadamente no setor de bens de produção) ou as que competem com oligopólios no mercado de bens de consumo popular. Assim se explica, em parte, a resistência crescente

à manutenção dos mecanismos de correção monetária, bem como aos ensaios de restrições creditícias, que afetam sobremaneira a esfera « não-monopolística » do capital, onde a reduzida capacidade de autofinanciamento e de acesso ao mercado internacional de capitais agravam sua vulnerabilidade às flutuações nos custos financeiros reais e da liquidez geral do sistema. Da mesma forma, ao reivindicarem uma redução da pressão fiscal, tais empresas procuram compensar o fato que, parte significativa da mais-valia apropriada pelo setor « monopolístico » da economia escapa à tributação fiscal - seja pelo recurso aos circuitos internos às firmas multinacionais ou graças ao elevado grau de integração vertical e às suas complexas formas de organização empresarial que lhe asseguram substancial margem « invisível » de super-lucro - acentuando a distribuição desigual da carga tributária em desfavor dos setores menos concentrados e protegidos. Outro foco de oposição que aglutina os interesses contrariados dessas camadas empresariais é a política de controle rígido dos preços desenvolvida pelo CIP, em consonância com as normas de « pricing » dos monopólios, e que retira flexibilidade aos pequenos e médios capitais, sancionando-os diretamente em função do nível médio de produtividade e da estrutura de custos do grande capital.

Mesmo através dessa rápida análise já é possível verificar-se todo o esquematismo que implica a redução desse jogo complexo de interesses concorrenciais a uma simples oposição à intervenção estatal na economia, identificada como a causa central da crise. O que escapa a essa ótica simplificadora é, acima de tudo, a percepção do caráter necessariamente mediador da ação econômica do Estado capitalista, que funciona como uma correia de transmissão ligando, por um processo que inclui de modo variado a participação das classes dominantes na tomada de decisões, as leis gerais do capital com o movimento concreto de suas múltiplas unidades. Com efeito, é apenas partindo da consideração do duplo caráter da ação estatal - que se manifesta como um poder exterior aos múltiplos capitais ao mesmo tempo que subordinado globalmente à lei do valor - que se pode aproximar corretamente a questão da autonomia e dos limites de sua intervenção face à crise. Isso significa que a aplicação efetiva de certas medidas pelos órgãos governamentais depende, por um lado, da resistência política que ofereçam os setores eventualmente afetados e, de outro, do movimento de conjunto de economia, de onde não se podem - anarquicamente - as informações e os recursos necessários à elaboração e realização de seus programas como a sua escala de prioridades tendo em vista assegurar a auto-expansão do capital.

Que a reprodução ampliada do capital veja-se bloqueada pela irrupção de desequilíbrios intersetoriais ou por uma queda brusca da rentabilidade - como ocorre ciclicamente - não é algo que possa ser imputado originariamente a uma intervenção « excessiva » do Estado capitalista (como demonstrar nesse caso seu caráter recorrente ?) mas que, ao contrário, nos revela precisamente como as variações da conjuntura determinam sucessivamente as modalidades e o ritmo de sua intervenção. Esta noção, entretanto, de que o

## Uma revista LATINO AMERICANA

### Críticas de la Economía Política

Edición Latinoamericana  
Publicación Trimestral

Nombre \_\_\_\_\_

Dirección \_\_\_\_\_

Ciudad \_\_\_\_\_ zp \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

Envío cheque (giro postal) No. \_\_\_\_\_

Por \$ \_\_\_\_\_

a favor de

Alejandro Gálvez Cancino

Apdo. Postal 70-176

México 20, D. F.

para que me envíen:

Suscripción por cuatro números:  
México: \$ 180.00 M.N. \$ 200.00 (aéreo)  
América Latina y USA: \$ 10.00 US. Dls.  
Europa: \$ 12.00 US. Dls.

a partir del número: \_\_\_\_\_

ASSINE

Estado, em ultima analise, nao faz senao « executar as leis do capital » desaparece da consciencia dos agentes submetidos à concorrência, cuja percepção da crise sendo provocada pelo Estado repousa ademais sobre uma inversão da relação de causalidade que guardam os fatores localizados na esfera da circulação e da produção. Assim, constroi-se o argumento segundo o qual das dificuldades de financiamento e realização no setor privado decorre o avanço da estagnação e o agravamento da crise capitalista que se reflete, finalmente, numa retração da atividade produtiva, obscurecendo-se completamente o fato que é justamente porque as condições de valorização do capital sofrem uma deterioração – sob o impacto, como veremos, da recessão interna de uma neutralização dos fatores que compensam a tendência à queda da taxa de lucro – que irrompe a crise, transmitindo-se pelo mercado e pelo sistema financeiro ao conjunto da economia, e exigindo a intervenção imediata do Estado visando restaurar as condições de acumulação rentável do capital (através de um rebaixamento de sua composição organica e uma elevação da taxa de exploração).

Embora a aparência enganadora de uma intervenção do Estado dirigida contra a propria classe capitalista nao seja desprovida de todo fundamento objetivo – pois no curso da crise multiplicam-se efetivamente os interesses contrariados por sua atuação – o seu caráter ilusorio provem do fato de subtrair-se o Estado à ação global da lei do valor, atribuindo-se-lhe uma autonomia sob varios aspectos ilimitada e que justificaria hoje o « descontrolo » de seu aparelho e a sua responsabilidade primeira no desencadear da crise. Assim, o que é efeito aparece como causa, perdendo-se completamente de vista a sequencia necessaria pela qual, a partir de uma queda da taxa de lucro e apos exacerbar-se a luta concorrencial (sob varias formas) entre os multiplos capitais, uma parte do capital social ve-se impedida de reproduzir-se nas mesmas condições tecnicas de produtividade, criando um vazio para a intervenção do Estado. Tal intervenção, embora manifeste-se na esfera da concorrência – sancionando os capitais retardatarios – é regida pelo movimento geral do capital que se reflete, condensadamente, nas flutuações da taxa de lucro. Eis porque as inumeras concessões decididas recentemente pelo governo (resolução do CDE limitando a criação de subsidiarias de empresas publicas, extensao do imposto de renda às empresas publicas a partir de 1976, projeto de privatização de algumas empresas publicas, etc.) – precisamente porque seu efeito positivo circunscreve-se a uns poucos capitais diretamente beneficiados sem que a taxa media de lucro veja-se substancialmente elevada – longe de indicarem uma reversão de tendencia, inaugurando um movimento « privatizante » de amplas dimensões, nao representam muito mais que uma ofensiva demagogica destinada a neutralizar um foco de oposição de consideráveis proporções no interior das classes dominantes.

## II - O ESTADO CAPITALISTA VISTO COMO « SOLUÇÃO » PARA A CRISE.

Análise simetricamente oposta a que vimos de comentar é desenvolvida por aqueles que, partindo de um projeto político que aponta simultaneamente para uma democratização do regime e uma reorientação do processo de acumulação capitalista em beneficio das grandes massas trabalhadoras, fazem repousar sua explicação sobre as seguintes considerações :

– A crise atual, longe de resultar da intervenção crescente

do Estado na esfera economica, exprime os desequilibrios de um modelo de crescimento baseado na expansão desproporcional dos varios setores produtivos e na concentração progressiva da renda.

– Nessas circunstancias, apenas uma intervenção corretiva do Estado, sob o comando de outra equipe dirigente, poderia reestabelecer o funcionamento harmonico do conjunto do sistema, recriando as condições para uma nova e diferente fase da expansão economica.

Embora esta corrente proponha em suas analises uma relação exatamente inversa entre Estado e crise capitalistas, os termos do problema parecem conservar-se todavia inalterados, sem que a lei do valor, concebida nao so enquanto mecanismo basico alocador de recursos produtivos numa economia capitalista mas também como expressao das relações de produção dominantes na sociedade, apareça determinando o movimento do conjunto da economia e o sentido global da ação do Estado. Da exposição sintética de sua argumentação se desprendera com clareza, a tendencia a reduzir o processo de acumulação aos seus aspectos tecnico-materiais e, sobre esta base, « esvaziar » a dimensão social do capital enquanto relação de exploração, abrindo espaço à idéia de um Estado capitalista « neutro », comandado livremente por seus funcionarios e capaz de regular o funcionamento anarquico do sistema, substituindo-se à lei do valor.

Quatro explicações complementarias da crise atual sao avançadas por esta corrente :

1) Sintomas generalizados da inflação reprimida – escassez prolongada de inumeras materias primas e bens de consumo – estariam indicando a partir de fins de 1973 que « a economia brasileira entrou num processo de acumulação de capital e de expansão da atividade produtiva que é excessivo e por isso esta se chocando contra certas barreiras fisicas » (8). Uma vez esgotada a capacidade ociosa na maioria dos setores produtivos, os pontos de estrangulamento foram provisoriamente contornados pelo recurso às importações, para rapidamente reapareceram com maior virulencia bloqueando o funcionamento do sistema e gerando fortes pressões inflacionistas. Isto se deve nao so ao fato que « nem todas mercadorias sao importaveis » (por exemplo os serviços de comunicações, transporte e energia) ou se encontram disponiveis no mercado mundial (como ocorreu com varias materias primas de meados de 1972 a meados de 1973) como também ao desaparecimento progressivo das circunstancias favoraveis – expansão acelerada das exportações e afluxo de capitais estrangeiros – que permitiram uma gestão regular da dívida externa e da balança de pagamentos. A crise atual resultaria, assim, da expansão anarquica e desproporcional dos varios setores, rompendo as relações de equilibrio tecnico-materiais entre os varios produtores privados e bloqueando o processo social de trabalho.

2) Uma variação do argumento anterior procura sugerir, apoiando-se em estimativas da evolução do produto efetivo e potencial, que o ritmo lento de expansão da capacidade produtiva industrial teria jogado recentemente como um freio, forçando uma desaceleração relativamente prolongada do crescimento economico :

– « é como se existisse um teto (o « produto potencial ») que funcionasse como um limite aos niveis atingíveis de produção em cada periodo de tempo » (9) ;

– « Alem disso, as expectativas de crescimento futuro alimentariam os gastos de expansão da capacidade de produção mas esta so ocorreria quando a produção efetiva

### NOTAS

(8) Cf. SINGER, Paul : « As contradicoes do milagre », in : Estudos CEBRAP nº 6, out/dez 1973, Sao Paulo, pg.61.

(9) Cf. BONELLI, Regis e MALAN, Pedro : « Balanço de Pagamentos e Industria : aspectos da politica economica na chamada fase de transição da Economia Brasileira », versao preliminar, mimeo, dez/75, pg.33.

ja tivesse se desacelerado (uma vez que o « timing » dos novos investimentos geralmente nao coincidiria com o dos aumentos elevados na producao) » (10).

Assim, para os autores, as informacoes da tabela I pareceriam indicar que ao chocar-se em 1972/1973 contra os limites da capacidade produtiva, o crescimento da producao teria caido bruscamente enquanto o ritmo de ampliao do estoque de capital, ao continuar relativamente inalterado, iria ampliando progressivamente a capacidade ociosa até recriarem-se as condições para uma nova expansao industrial sustentada.

| CAPACIDADE UTILIZADA NA INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO |                        |     |
|--|------------------------|-----|
| ANO  | % capacidade utilizada |     |
|  | Y/Y                    | X/Y |
| 1966   | 80                     | 79  |
| 1967   | 76                     | 73  |
| 1968   | 83                     | 78  |
| 1969   | 85                     | 79  |
| 1970   | 89                     | 82  |
| 1971   | 93                     | 88  |
| 1972   | 100                    | 93  |
| 1973   | 100                    | 99  |
| 1974   | 94                     | 98  |
| 1975   | 84                     | 93  |

Fonte : Bonelli e Malan op. cit. pg. 29.

« Se estas especulações estão corretas, o hiato existente entre produto efetivo e potencial tendera a se alargar ainda por algum tempo no futuro proximo, quando a situação economica podera estar, como em 1967, por exemplo, madura o suficiente para o reinicio de uma nova fase de expansao apoiada em um manual de politica economica que saiba aproveitar as características próprias daquele momento. Ai, as possibilidades estarao abertas - inclusive - para uma retomada do modelo de crescimento aplicado de 1967 a 1973. Caso isso nao seja desejavel, a alternativa vai depender obviamente, dos ajustes na estrutura produtiva industrial que se fizerem necessarios e das medidas e/ou programas que estao sendo presentemente nesta fase de transicao cum desaceleracao do crescimento recentemente iniciada. » (11).

3) Outro diagnostico da recessao atual, retomando velhas teses subconsumistas, sustenta que dificuldades crescentes de realizacao estariam afetando as industrias de bens de consumo e provocando uma queda da sua rentabilidade, que se estenderia progressivamente, através de retrações sucessivas da demanda, ao conjunto dos setores economicos. Assim, o sub-setor de bens de consumo popular, ja vitimado pela regressividade estrutural da distribuicao da renda, teria visto agravarem-se bruscamente as condições de escoamento de suas mercadorias, tanto no mercado externo, face à sincronizacao das recessoes nos paises imperialistas e à retração do comercio mundial, como no proprio mercado interno sob o impacto de um surto inflacionario inesperado responsavel pela erosao do ja reduzidissimo poder de compra dos salarios da grande massa de trabalhadores de base.

Por sua vez, o crescimento do sub-setor de bens de consumo de luxo, secundado por um mercado consumidor até recentemente em rapida expansao, começaria ja a apresentar seus primeiros sintomas de esgotamento. Com efeito, « a criaçao dessa demanda em ritmo acelerado foi garantida

no Brasil através da captaçao de parte da renda-excedente em expansao por grupos « novos » que se incorporaram a pautas mais elevadas de consumo, bem como pela continua transferencia de excedente dos grupos altos para os grupos de classe média (e de trabalhadores melhor remunerados) que se endividaram aceleradamente para poder integrar as faixas integradas no consumo « moderno ». Uma terceira fonte basica de demanda pode ser encontrada na diversificacao e sofisticacao do consumo dos proprios estratos altos ». « O potencial de desaceleracao desse esquema surge do fato de que as eventuais perturbacoes no crescimento da renda podem debilitar muito os dois primeiros mecanismos da sustentacao do ritmo da demanda por bens de luxo, na medida em que nao apenas se reduziria a incorporacao de novos grupos com rendas aumentadas mas tambem a capacidade, disposicao e possibilidade de endividamento dos outros. Por outro lado, dentro das mesmas condições de mas expectativas, nao seria razoavel esperar que a demanda dos grupos da classe média alta ou da burguesia pudesse se expandir de modo a compensar a retraçao do ritmo dos outros dois componentes ». (12).

Ao focalizar centralmente o desajuste crescente que se manifesta na crise entre as estruturas da oferta e da demanda, estes argumentos constituem na verdade o preambulo à proposicao de uma intervencao reguladora do Estado - num caso promovendo uma ampliao da demanda por bens de consumo corrente (pela adoçao de medidas redistributivistas : maior rigor na tributacao da renda, modificacao da politica salarial, etc.), noutro caso induzindo uma retraçao da oferta de bens de consumo de luxo (através de uma politica de reconversao industrial) - de maneira nao so a evitar flutuações acentuadas na atividade economica como a retificar as principais características desse « padrao maligno de desenvolvimento » (13).

Tais argumentos por certo nao sao falsos. Eles nos remetem aos aspectos mais aparentes e mensuraveis do ciclo economico - como as disproporções na capacidade produtiva de cada setor, a saturacao de alguns mercados ou a evolucao da produtividade do trabalho - sem que, no entanto, se revele simultaneamente o contéudo social dissimulado por essas categorias tecnico-materiais da producao. A principal simplificacao metodologica sobre a qual repousam, à excecao do ultimo, os argumentos que viemos de apresentar, reside entretanto na negligencia das relações sociais de producao introduzidas pelo capital e que, ao unirem indissoluvelmente os processos de trabalho (tecnico-material) e da exploracao (social), fornecem a base de partir da qual determinam-se - fundamentalmente através da evolucao da composicao organica do capital e da taxa de exploracao da força de trabalho - as condições de valorizacao (auto-expansao) do capital.

Assim, as duas primeiras analises desenvolvidas respectivamente por Singer (17) e por Bonelli e Malan, embora situem corretamente os fatores determinantes da acumulacao na esfera produtiva, perdem de vista as contradicoes próprias do capital, reduzindo-as num caso à anarquia que resulta das decisoes autonomas tomadas por cada produtor individual de mercadorias o que nao nos indica mais que a forma geral pela qual se opera (através do mercado) a distri-

#### NOTAS

(10) *Id. ib.*

(11) *Op. cit.*, pg. 35.

(12) Cf. SERRA, José : « O Desenvolvimento da América Latina », *Ensaio de Opiniao*, 1975, pg. 91.

(13) *Id. ib.* pg. 94.

(17) Cf. nosso artigo « Perspectivas da economia mundial e crise do capitalismo brasileiro » (in : *Brasil Socialista* nº 2), em particular a conclusao para uma critica mais detalhada desse artigo de SINGER.

buição do trabalho social pelos varios ramos industriais e que, nesse sentido, contém apenas a possibilidade de eclosao da crise; noutro caso a uma simples barreira fisica completamente exterior às relações sociais de produção capitalista e que estaria planando como um « teto » sobre a atividade produtiva, fixando-lhe periodicamente - a intervalos tecnicamente determinados pelo « timing » dos novos investimentos - limites à sua expansao. Se estes aspectos (mais além de seu carater simplesmente técnico - indivisibilidades tecnologicas ou o tempo necessario à realização dos novos investimentos - que se refere à produção em geral) correspondem plenamente às características da produção mercantil, na qual a equalização e alocação de trabalho social necessariamente resultam do intercambio de mercadorias produzidas isoladamente por cada unidade economica independente determinando um continuo reajuste à posteriori de seus planos respectivos de expansao em função das flutuações do mercado, eles estao longe de esgotar as determinações fundamentais da produção capitalista, em particular as formas especificas que adquirem sob o seu dominio as relações sociais de produção. Desse modo, uma explicação satisfatoria do movimento do capital, embora conservando a referencia aos fatores técnico-materiais apontados e que condicionam inegavelmente o curso da atividade produtiva, deve necessariamente agregar à forma mercantil das relações de produção - pela qual todos os individuos entram em contato enquanto proprietarios de mercadorias, formalmente iguais e independentes - o conteúdo especifico que lhes imprime o proprio conceito de capital, enquanto valor que se poe em valor através da relação fundamental de exploração que opoe proletarios e capitalistas. Apenas dessa forma é possível, ao focalizar-se centralmente a oposição que se estabelece entre trabalho morto acumulado e trabalho vivo que constitui a matéria da exploração, aproximar-se com maior rigor das análises das condições que presidem à evolução da taxa média de lucro, precipitando, necessaria e periodicamente, sua tendencia natural à queda (o estudo das formas de transmissao da crise e de diferenciação das taxas individuais de lucro dos multiplos capitais supoe, ademais, a consideração das relações de produção que se formam entre os varios grupos capitalistas industriais, financeiros ou comerciais).

Ja o terceiro argumento apresentado por esta corrente, embora se aproxime mais de uma visao do movimento de conjunto do capital ao considerar simultaneamente as esferas da produção e circulação, nao escapa a um certo esquematismo simplificador - ao separar e opor arbitrariamente entre si estas esferas, erigindo artificialmente o perfil da distribuição em barreira à expansao do capital - cujo principal defeito é o de ocultar as relações da produção capitalista (perdendo de vista a necessidade da sua supressao) considerando-as aqui apenas sob sua forma de expressao ao nivel da repartição. Uma primeira decorrencia dessa análise é que, ao situar-se imediatamente ao nivel da repartição da renda, identificando seu elevado grau de concentração com o fator central da crise, ela tendera a ignorar completamente o processo anterior de formação da renda nacional, determinadas pelas condições técnicas e sociais da produção, conduzindo à conclusao paradoxal de uma interrupção da acumulacão capitalista provocada por um excesso da exploração da força de trabalho. Repousando sobre a consideração unilateral da remuneração da força de trabalho apenas como um componente da demanda e nao como um elemento da estrutura de custos das empresas, tal raciocinio esconde mal o carater ilusorio das proposições a que conduz, visando, através de uma redistribuição substancial da renda em favor do trabalho, beneficiar as massas assaiariadas e, dessa forma, recriar as condições necessarias à acumulacão rentavel do capital: um conjunto de medidas dessa natureza, ao supormos que se reunissem as condições politicas indispensaveis à sua applicação, viria antes de mais nada comprimir a margem de lucro das empresas, debilitando-lhes a propensao a investir e generalizando rapi-

damente a crise.

Pode-se observar em seguida que tal análise conduz igualmente a privilegiar os mecanismos de redistribuição ou de antecipação da renda - como o estabelecimento de padroes de remuneração elevados nas empresas publicas e privadas modernas, a abertura do capital de inumeras empresas difundindo formas de participação nos lucros ou ainda a expansao do sistema de crédito ao consumo - enquanto fatores basicos da evolução do mercado consumidor de bens de luxo, perdendo assim de vista que a expansao sustentada dessa faixa de consumo depende, antes mesmo das possibilidades técnicas de interferir no processo de conformação de seu perfil de distribuição, do crescimento global da Renda Nacional. Ora, como as variações da Renda Nacional, longe de constituirem um fator autonomo de perturbação do ciclo economico, decorrem elas mesmas da expansao variavel do capital, tal análise nos remete, como a um ponto de partida indispensavel, ao estudo das condições técnicas e sociais de valorização do capital na esfera produtiva.

Mas o que importa reter aqui dessas análises é que ao se fundarem basicamente sobre a redução das relações de produção e simples relações de propriedade - deduzindo num caso do isolamento e autonomia dos proprietarios dos meios de produção a anarquia da atividade economica, noutro caso da concentração da propriedade sob formas monopolicas o agravamento da concentração da renda e das dificuldades da realização - elas conduzem naturalmente a idéia de que uma intervenção crescente do Estado na esfera produtiva, ao reduzir quantitativamente e qualitativamente a importancia do setor privado da economia, alteraria progressivamente a estrutura da propriedade suprimindo o fator originario das crises e permitindo harmonizar o conjunto da atividade economica através de uma efetiva ação planificadora.

---

... a idéia reformista de que aparelhos<sup>1</sup> do Estado Capitalista, bastariam ser conquistados e utilizados por outra equipe<sup>1</sup> dirigente para neutralizar a Lei do Valor dissociando completamente a forma especifica que assumem as várias instituições do Estado Burgues de sua função<sup>1</sup> primordial de assegurar as condições de exploração da força de trabalho.

---

Com ligeiras variações, todas as análises da crise desenvolvidas por essa corrente conduzem necessariamente à proposição de que « ao mesmo tempo, se deveria ampliar e modificar qualitativamente a ação do Estado. Ampliar no sentido de que deveria passar a controlar grande parte das decisoes atualmente em maos dos grupos internacionais. Modificar, no sentido de implementar uma politica economica (de investimentos, financiamentos, estímulos e incentivos, de gastos sociais, fiscal, cambial e monetaria) planejada, que permita que o Estado se constitua no principal elemento de impulso do novo modelo, ao invés de continuar em suas funções de sustentação de um estilo de desenvolvimento regressivo e dependente » (18). Tal formulação, que revela o nucleo do projeto politico reformista desta corrente, condensa a nosso ver varias simplificações teoricas, que

---

NOTA

(18) Cf. SERRA, José: *op.cit.* pg.95.

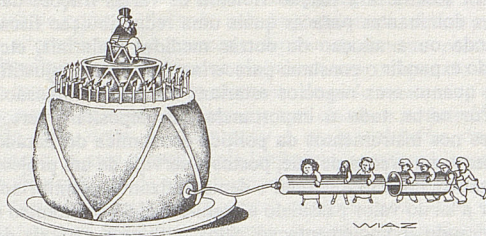


contribuem todas a dissimular a natureza de classe do Estado burgues, enquanto forma específica de dominação do capital sobre o trabalho, cedendo lugar a uma concepção técnico-funcionalista de seus aparelhos institucionais, na qual se inscreve a possibilidade (ilusoria) de sua utilização alternativa pelas camadas tecnoburocráticas influenciáveis pela ideologia nacionalista e democrática. Nesse sentido, tres supostos equivocados dessa concepção « instrumentalista » do Estado burgues merecem se destacados:

1) O primeiro corresponde à idéia de **neutralidade** dos aparelhos do Estado capitalista que, apreendidos aqui de um ponto de vista estritamente técnico como uma estrutura funcional de organização da vida social, bastariam ser conquistados e utilizados por outra equipe dirigente para neutralizar a lei do valor, subordinando o conjunto da atividade econômica às orientações de um plano central. Dissociando completamente a forma específica que assumem as varias instituicoes (administrativas, legisladoras, repressivas, etc) do Estado burgues de sua função primordial de assegurar as condições de exploração da força de trabalho e de reprodução das classes sociais engendradas pelo capital, para tais autores, seus aparelhos parecem se adequar igualmente bem (o ajuste preciso sendo obtido pela injeção de um conteúdo « democratizante ») tanto à tarefa de conservar como de superar a ordem social e econômica hoje prevalente, toda a questão resumindo-se em transferir o controle dos centros estratégicos de decisão aos representantes de um projeto alternativo. Não é difícil constatar que tal linha de análise padece de um ponto de partida essencialmente simplificador e ilusorio, que consiste em separar mecanicamente « infraestrutura » e « superestrutura », reduzindo-os a « instancias » autonomas e independentes, guardando entre si apenas relações exteriores, como se o Estado capitalista em sua neutralidade intrínseca, não fizesse mais que refletir passivamente a evolução das relações sociais de produção. Tal dicotomia artificial, ao perder de vista que a « superestrutura é ao mesmo tempo uma parte ou um momento da estrutura, e a forma desta última » (19), não apenas obscurece totalmente a necessidade da destruição completa do aparelho de Estado burgues como condição para a abolição dos fundamentos do sistema capitalista, como negligencia o fato que o Estado, enquanto parte da estrutura, « subordina-se abstratamente ao capital, do qual provem tanto a necessidade (e possibilidade) de sua atuação econômica, como as contradições que particularizam e marcam os limites de sua intervenção concreta em cada etapa » (20).

Tal ignorancia das determinações básicas da ação do Estado capitalista revela-se de modo surpreendentemente agudo quando se passa a atribuir-lhe a capacidade de uma intervenção planejadora e reguladora da economia de molde a suprimir as flutuações cíclicas com seus efeitos nefastos sobre o emprego e a renda nacional, criando assim as premissas de uma sociedade mais justa e desenvolvida. A esse respeito duas decisões se impoem.

Inicialmente, enquanto dominarem as relações de produção capitalistas, os esforços de coordenação e planificação dos investimentos pelo Estado deverao necessariamente se chocar com os limites fixados pela natureza das informações que lhe provem do setor privado da economia visadas pelo interesse de maximização dos lucros das varias unidades concorrenciais do capital; e pelo caráter meramente indicativo de suas estipulações cuja realização depende, em última instancia, das decisões tomadas autonomamente por cada capitalista individual. Este duplo limite à ação do Estado burgues, transparece assim claramente tanto na fase de concepção de um plano de alocação de recursos produtivos em escala social quanto na sua fase de execução. A observação corrente ños revela que todo processo de elaboração governamental do plano, desde o diagnostico da situação inicial até a formulação das metas e a definição dos mecanismos articulados de intervenção, repousa necessariamente sobre cálculos efetuados não só em termos de valores de uso como também de rentabilidade do capital — de tal



forma que não só os fatores de produção encontram-se disponíveis em proporções adequadas como sua combinação propicia uma taxa de lucro suficiente para estimular a acumulação nos setores previstos — de modo que suas técnicas de coleta e análise das informações e as modalidades de organização do processo decisório revelam-se perfeitamente inadequadas à previsão e satisfação das necessidades reais das massas trabalhadoras, que transparecem aqui apenas enquanto requisitos da expansão do capital. Nesse sentido, longe de conferir racionalidade ao conjunto da atividade econômica, determinando ex ante o montante e a orientação dos investimentos privados, a ação planejadora do Estado burgues aparece necessariamente como um resultado — continuamente reposto em questão — do entrelaço de interesses divergentes e contraditórios das várias frações e unidades do capital cujas exigências particulares concretas fornecem os únicos indícios de que dispõem a tecnoburocracia para traçar com alguma eficácia um programa de estímulos e subsídios estatais. Ademais, a própria realização do plano comporta elementos de incerteza — provenientes do comportamento variável dos empresários face às oscilações da conjuntura ou às alterações dos projetos de seus concorrentes — que engendram frequentemente novas desproporções, detectáveis apenas a posteriori através dos indicadores de mercado.

Em seguida, quanto aos instrumentos monetários ou fiscais de que dispõe o Estado burgues para a sua ação reguladora e estabilizadora da economia, convem lembrar seu reduzido alcance e sua mais que duvidosa eficácia em prevenir a alternância cíclica de conjunturas neutralizando os fatores que conduzem periodicamente às crises e assegurando um desenvolvimento acelerado e ininterrupto. Forçados para intervir diretamente ao nível da circulação — modificando as condições de financiamento dos novos investimentos (pelo controle da oferta de dinheiro e crédito e de seu efeito sobre a taxa de juros) ou de realização das mercadorias (através dos efeitos da elasticidade do sistema fiscal sobre o volume da renda pessoal e sua estrutura de distribuição) — tais mecanismos de política econômica não somente se destinam apenas a atenuar as flutuações da atividade econômica deixando intactas as suas causas profundas localizadas na esfera da produção, como também padecem da impossibilidade de uma quantificação exata dos desequilíbrios que visam corrigir (como medir rigorosamente, por exemplo, a insuficiência da demanda efetiva?), devendo se limitar a medidas aproximativas ensaiadas sucessivamente pelo governo. Além disso, uma condição complementar para sua plena eficácia é que sejam adotadas antes que se anuncie a reversão do ciclo econômico e que se instale uma depressão acumulativa, o que não só supõe métodos de previsão econômica construídos sobre bases teóricas que ultrapassam a mera descrição das fases do ciclo explicando suas leis de movimento e favorecendo assim a coleta siste-

#### NOTAS

(19) Cf. COLLETTI, Lucio, « De Rousseau a Lenin », ed. Gramma, pg.63.

(20) Cf. H.H., « Sobre o Estado Contemporâneo e o Marxismo » in: Brasil Socialista nº 6, pg.79.

matica de informações mais finas e adequadas, como também suscitaria a reação violenta de várias frações das classes dominantes para as quais uma redistribuição fiscal da renda ou a adoção de outras medidas (salariais, etc) visando expandir o consumo pareceriam tanto mais injustificadas quanto seus negócios estariam em plena expansão.

Por certo, toda a importância que depositam certos autores nos instrumentos da política econômica do Estado burgues — e a crença de que, postos a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional e democratizante, permitiriam anular a lei do valor passando a regular o ciclo econômico e assegurando a implementação pelos múltiplos capitais de um plano elaborado centralmente — justifica-se apenas da perspectiva global que lhes é própria de uma mera realocação do capital ao invés do combate pela sua supressão. Com efeito, ao se fixar, por exemplo, como objetivo de sua política econômica uma reorientação dos investimentos privados para os setores técnica e socialmente prioritários (21) e um fortalecimento do capital nacional face às potências imperialistas, tal projeto configura uma clara estratégia de gestão alternativa do sistema capitalista e como tal seu sucesso — que corresponderia a uma elevação contínua dos níveis de acumulação e de produtividade — se confunde com a expansão da exploração da força de trabalho e a solidificação do sistema de dominação correspondente. Mas, embora possa ocorrer uma reestruturação efetiva do « modelo » de acumulação concentrador e excludente, tendem a persistir e a se agravar as contradições inerentes ao processo de valorização do capital, pondo a nu a ineficiência dos instrumentos fiscais, monetários ou cambiais em assegurar um crescimento harmônico e isento de crises, particularmente sob o impacto de uma política de redistribuição funcional da renda em detrimento do Capital. Dai o segundo equívoco cometido em tais análises :

---

... ao se adotar o falso ponto de partida da redução das relações de produção ao simples aspecto de relações de propriedade, chega-lhe naturalmente que o caminho mais curto para a abolição do capitalismo consiste em expropriar paulatinamente os capitalistas através de uma intervenção crescente do Estado.

---

2) que consiste em atribuir ao setor produtivo estatal um caráter essencialmente distinto do setor capitalista privado, fazendo repousar sobre sua ampliação progressiva (via incorporação das maiores empresas dos principais setores) toda a dinâmica da « passagem ao socialismo » e da consolidação da hegemonia da classe trabalhadora. Com efeito, ao adotar-se como ponto de partida a redução das relações de produção ao seu simples aspecto de relações de propriedade, decorre naturalmente que o caminho mais curto para a abolição do capitalismo consiste em expropriar paulatinamente os capitalistas através de uma intervenção crescente do Estado na esfera produtiva de molde a configurar um setor de propriedade social que não so instaure em escala crescente novas relações de produção como permita, pelo peso considerável e pela situação estratégica de suas empresas, estender seu controle ao conjunto da atividade econômica. Seguindo tal raciocínio, a transferência real de poder à classe trabalhadora que se daria assim ao nível estritamente econômico, terminaria necessariamente, embora num futuro imprevisível, por se refletir ao nível político, subvertendo os aparelhos de dominação capitalista.

A confusão (batizada por alguns de « dialética ») esta-

belecida assim em torno à natureza das empresas públicas (22) — vistas como parte integrante do sistema ao mesmo tempo que germe de sua negação — impede tais análises de compreenderem sua expansão como uma simples modalidade de intervenção econômica do Estado capitalista, determinada basicamente pela evolução das condições de valorização e submetida rigorosamente às normas do direito burgues (embora ocasionalmente tais medidas, pelo seu conteúdo nacionalista, possam contar com o apoio de uma ampla mobilização popular). Na verdade, a expansão do setor público corresponde historicamente à forma que assume a socialização capitalista das forças produtivas, cujo grau de desenvolvimento se choca com os limites impostos pela propriedade privada dos meios de produção, forçando o desemprego pelo Estado, no interesse do conjunto da classe capitalista, de um número cada vez maior de atividades produtivas que escapam à capacidade de produção, forçando o desemprego pelo Estado, no interesse do conjunto da classe capitalista, de um número cada vez maior de atividades produtivas que escapam à capacidade de produção e às condições de rentabilidade dos diversos capitais isolados. Essa tendência, ademais, ve-se duplamente reforçada na situação particular das nações semi-industrializadas e submetidas ao imperialismo, cujo acesso tardio ao círculo das economias capitalistas impõe-lhes uma intervenção precoce do Estado, notadamente nos setores básicos, visando criar as condições para um avanço da industrialização ao mesmo tempo que a penetração progressiva dos capitais estrangeiros nos ramos dinâmicos força a ampliação dos investimentos estatais complementares, destinados prioritariamente a assegurar as condições de rentabilidade das empresas multinacionais.

Não deve igualmente subsistir a menor dúvida sobre a natureza capitalista das relações de produção no interior do setor estatal nem sobre o que representa todo incremento de eficácia e produtividade em suas empresas enquanto forma de ampliação do processo de extração de mais-valia e, portanto, de reprodução da estrutura social existente. A ambiguidade com que frequentemente se aborda essa questão — por exemplo, tomando a defesa, desde hoje, da expansão das empresas públicas e exaltando suas vantagens técnicas e sociais sobre os monopólios privados estrangeiros (23) — esta longe de ser neutra. Ela revela, com efeito, uma estratégia de conquista do poder sob um triplo aspecto destinada à derrota.

Antes de mais nada pelo economismo de suas proposições que localizam ao nível « infraestrutural » — precisamente na ampliação do setor « socializado » da economia — o ponto nevrálgico da transferência de poder de uma a outra classe, relegando a um plano secundário a luta política e as tarefas de construção dos órgãos de poder proletário. A exigência, que adquire hoje toda a sua atualidade de multiplicação e fortalecimento dos organismos autônomos e representativos dos trabalhadores transforma-se assim num simples corolário de duvidosas modificações « substantivas » na estrutura econômica, perdendo-se de vista totalmen-

#### NOTAS

(21) Como sugere, entre outros, Anibal PINTO : « Desse modo seus recursos se desviam para as atividades que produzem « wage goods » ou são complementares dos mesmos, não apenas houvera uma expansão apropriada da oferta, mas também ocorreria o fato de que os progressos da produtividade tenderão a diminuir os preços relativos dos mesmos, aumentando a melhoria da renda real da massa. », in : « Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento », Zahar ed.1973, pg.23.

(22) Uma minuciosa análise desse problema — desenvolvida a partir da crítica das teses programáticas do Partido Comunista Frances sobre o desenvolvimento das empresas nacionalizadas — encontra-se em Jacques VALIER : « Le parti communiste français et le capitalisme monopoliste d'Etat », pg.88]164, Maspero, 1976.

(23) Como se presenciou recentemente em simposio sobre « A Estatização no Brasil », organizado em Brasília pela SBPC, em que seus participantes, fazendo-se ouvir « a favor da estatização » concluíram, de forma praticamente unânime, pela necessidade de que o tema « seja debatido amplamente por todas as camadas da sociedade brasileira — organização político-partidária, sindicatos, estudantes, etc — base sem a qual dificilmente as empresas estatais poderao sobreviver. » (Folha de São Paulo. 13-7-76).

te que uma simples ampliação do controle estatal, através da expropriação de alguns capitalistas e da centralização de um volume maior de informações e decisões pela equipe governante, em nada afeta o domínio da burguesia sobre a sociedade enquanto não se desenvolverem paralelamente formas eficazes de controle operário.

Em seguida, pelo caráter técnico dessa abordagem em que, na maior parte das vezes, o controle estatal da economia tende a ser visto como uma simples ocupação progressiva do departamento I, através da nacionalização e implantação pelo Estado de grandes e modernas empresas de bens de produção que por sua posição estratégica no processo de reprodução do capital, lhe forneceriam os meios para um comando efetivo do conjunto da atividade produtiva. Segundo tal raciocínio, a densificação progressiva da matriz inter-industrial deveria não só afrouxar a pressão dos déficits das balanças comercial e de serviços sobre as finanças do país como transferir em escala crescente ao Estado as decisões relativas à orientação do processo produtivo, ampliando assim, sua autonomia econômica face ao imperialismo. Ocorre entretanto que uma reestruturação de tal porte do sistema produtivo não pode ser concebida no vácuo, abstraindo-se totalmente suas condições iniciais – insuficiente qualificação da mão de obra, desenvolvimento desigual dos vários ramos, dependência tecnológica e financeira, etc – que resultam da integração dessa economia ao sistema imperialista e tendem em grande parte a persistir, opondo resistências e alterando consideravelmente o ritmo e a extensão dessas transformações. Ademais, tal projeto limitando-se a equacionar as modalidades de intervenção estatal em função das exigências de um controle tecnoburocrático da economia, ignora completamente a dinâmica da luta de classes que, como nos ensina a experiência histórica do movimento operário latino-americano, tende invariavelmente a ultrapassar o âmbito e o ritmo das medidas reformistas, pervertendo os esquemas pré-concebidos de estatização seletiva e limitada a algumas empresas estratégicas.

Finalmente, pelo legalismo e gradualismo implícitos nesse projeto e que transparecem através da idéia da complementariedade que deveria se estabelecer entre o setor privado e o setor de propriedade « social » (ambos sob o controle harmonizador do Estado) durante o período de reestruturação econômica, que se apresenta assim como o preâmbulo de uma transformação completa das relações sociais de produção e do sistema político e ideológico de dominação. Longe de conduzir à destruição do Estado burgueses e a construção de um aparelho de poder proletário, abrindo caminho à transformação revolucionária da sociedade, tal projeto demonstra-se duplamente limitado – ao defasar no tempo as modificações políticas e econômicas invertendo sua sequência habitual e ao restringir estas últimas à constituição de uma área estatal bem delimitada cujo funcionamento supõe igualmente o de um setor privado – não oferecendo nenhuma perspectiva às lutas de massa que resvalam assim, necessariamente, a um beco sem saída. 3) Pode-se finalmente assinalar um terceiro equívoco decorrente em grande parte dos anteriores, e que consiste em atribuir à tecnocracia e burocracia estatal um questionável estatuto de classe e uma quase irrestrita autonomia de comportamento, localizando no « segundo escalão de tecnocratas com consciência nacional e social e (na parte da burguesia de Estado) ligada aos segmentos ilustrados do governo a ' classe de apoio ' a uma reconversão econômica com pretendida abertura social (...) que poderia constituir a base para uma espécie de ' autocracismo esclarecido ' » (24).

Para dizê-lo sinteticamente, tal formulação opera, por intermédio de um jogo de categorias imprecisas, um completo eclipse da natureza e dos limites que se impoem à atividade da camada social que habita o aparelho de Estado, perdendo totalmente de vista que sua relação com a classe capitalista, longe de se estabelecer em termos concorrenciais – a

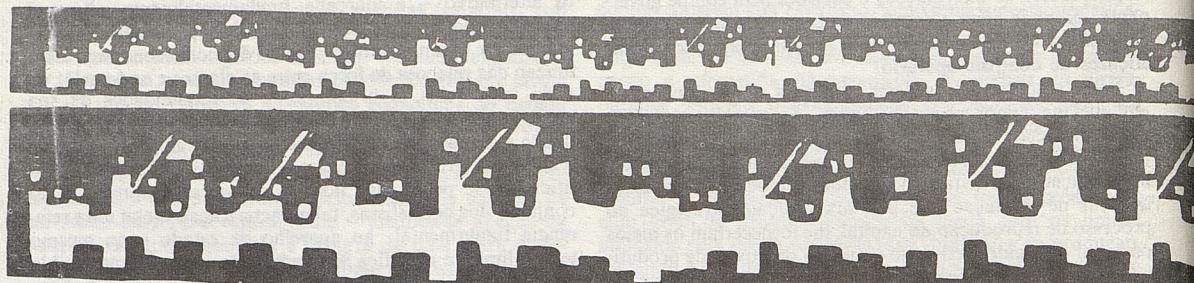
« burguesia de Estado » disputando « a hegemonia no seio do bloco do poder » e lutando pela implementação de um projeto alternativo – é marcada fundamentalmente pela sua subordinação às exigências globais da reprodução do sistema que lhe fixam, a cada momento do ciclo econômico e em função das relações de força entre as classes e no interior de cada uma delas, a orientação e as modalidades de sua atuação. A esse respeito vale lembrar que, embora inegavelmente a camada de altos funcionários das empresas estatais tende a adquirir em suas funções um estatuto de classe, identificando-se pelas suas normas de gestão empresarial ao conjunto dos capitalistas, tal caracterização inclui uma referência fundamental ao aparelho de estado e ao mesmo tempo limita e modifica seu padrão de comportamento. Na medida em que as condições de reprodução social desta camada vinculam-se diretamente, dando o caráter público da propriedade dos meios de produção sob sua gestão, ao desempenho eficaz do Estado de sua dupla função de legitimação e acumulação, desaparece a possibilidade de que tais empresas orientem-se apenas por critério visando sua rentabilidade máxima e que, desse modo, se configurem duravelmente interesses específicos de uma « fração estatal » da burguesia. A mais simples observação nos indica que a expansão desse setor resulta historicamente muito mais dos requerimentos de um processo acelerado e tardio de acumulação (tendo adquirido, em mais de um momento, forte conotação nacionalista), que da articulação de interesses particulares de uma camada tecnocrática, preocupada em ampliar sua fonte de prestígio e riqueza. Em suas decisões relativas ao volume e orientação de seus investimentos ou a estrutura de seu financiamento (política de preços, grau de endividamento, dotações orçamentais, etc) intervêm portanto critérios econômicos (além dos políticos) bastante distintos daqueles pelos quais se rege uma empresa privada, e que leva necessariamente em conta não só diretrizes conjunturais da política econômica (compensação de flutuações na taxa de formação de capital fixo do setor privado, controle do processo inflacionário, política fiscal, etc) como igualmente as exigências de programação do crescimento visando uma expansão equilibrada da estrutura produtiva de um progressivo preenchimento da matriz inter-industrial. De onde resulta que tal camada tecnoburocrática dispõe, na verdade, de uma muito estreita margem de manobra e autonomia, sendo capaz de manipular livremente os recursos financeiros sob sua gestão ou de decidir em seus gabinetes uma reconversão econômica que não corresponda às exigências reais das frações predominantes do capital.

Mas as imprecisões que assinalamos muito mais que um simples lapso de rigor analítico, indicam uma opção política bem precisa cuja importância pode-se avaliar claramente aproximando-se as conclusões a que chegam tais autores – sobretudo a necessidade de aceder progressivamente ao poder consolidando e apoiando as correntes liberais e nacionalistas que hoje se manifestam em todas as instâncias da vida política (governo, empresas públicas, partidos, exército, Igreja, etc) da tarefa básica de mobilização e organização autônoma e representativa da classe operária que se impõe primordialmente aos revolucionários brasileiros nessa etapa. O abismo que separa estas duas perspectivas é tanto mais profundo quanto mais suas análises deslocam-se do plano de luta de classes para a esfera dos conflitos que se desenrola no interior do bloco no poder, encerrando-se no estreito espaço reservado às dissensões inter-burguesas e isolando-se definitivamente das forças vivas da revolução.

Andre Fernandes

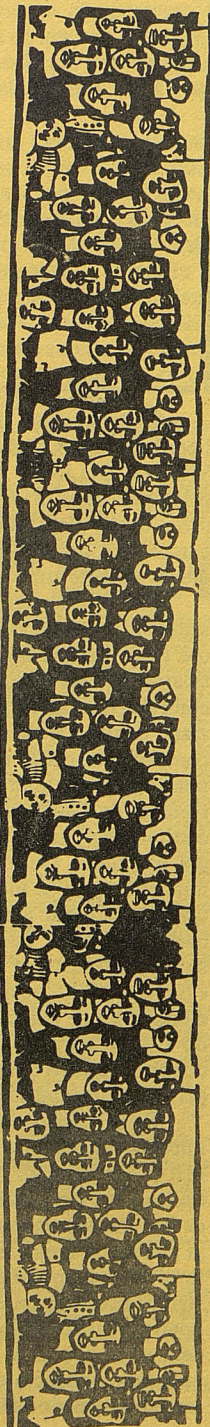
#### NOTA

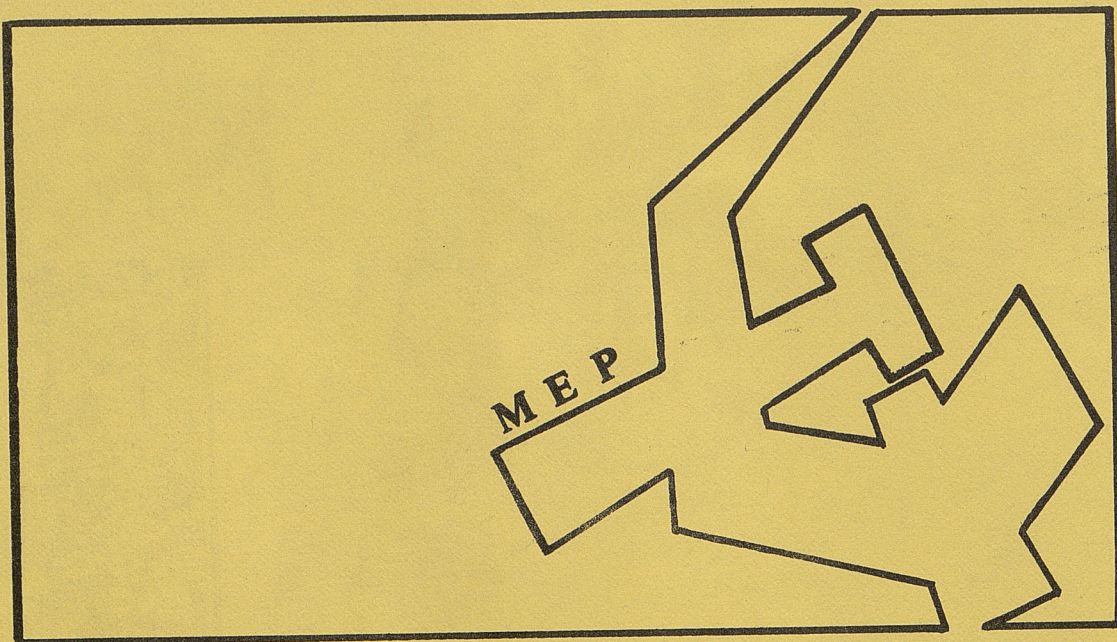
(24) Cf. F.H. CARDOSO, « Estatização e autoritarismo esclarecido: tendências e limites », mimeo, São Paulo 1975.



|   |    |
|---|----|
| Os impasses da ditadura...<br>... e a resistência estudantil  | 3  |
| Mani festações em todo o país: (reportagem especial)<br>A. de Souza e J. Maria                      | 5  |
| Ser mulher é bom, mas...<br>Claudia   |    |
| 1° de maio combativo dos latinoamericanos na França   | 14 |
| Dois editoriais da imprensa clandestina e revolucionária no Brasil<br>Nova Luta e Política Operária | 15 |
| Registro de lutas<br>J. Azurduy e A. de Souza   | 20 |
| A formação dos partidos comunistas na América Latina<br>M. Garcia                                   | 25 |
| O 1° de maio vermelho<br>J. Ibrahim   | 29 |
| A atualidade das oposições na Europa do Leste<br>Alfaro Bukol                                       | 31 |
| Teorias sobre a construção do partido proletário<br>Juana Bastidas                                  | 37 |
| Comunicados, livros e cartas<br>Vários  | 42 |
| Estado e Capital: Notas sobre um debate recente<br>André Fernandes                                  | 49 |
| <hr/>   |    |
| Daniel Terra e a luta por liberdades políticas (suplemento)<br>Mario Riheim                         |    |

**DANIEL TERRA  
E A LUTA  
POR  
LIBERDADES  
POLITICAS**





O documento de Daniel Terra, « Socialismo e liberdades democraticas » publicado na revista BRASIL SOCIALISTA Nº 8 (BS-8) tem suas virtudes. A principal delas é sistematizar teoricamente (melhor seria dizer, dar bases teoricas) as concepções dos camaradas do MR-8. Neste sentido o documento é inegavelmente uma contribuição.

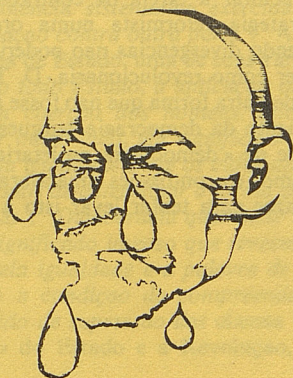
Mas o documento de D. Terra não é apenas uma sistematização teorica das posições até aqui defendidas pelos camaradas do MR-8. Ao sistematiza-las teoricamente, ele termina por resolver determinadas contradições, as formulações dos camaradas que traziam dentro de si. A mais importante delas, era a contradição entre uma estratégia socialista e uma politica que se limitava ao combate dos aspectos caricaturais da Ditadura Militar. Acontece entao que esta contradição parece se resolver em prejuizo da estratégia socialista. Durante todo o documento se verifica uma estratégia de lutas politicas desenvolvidas no sentido de « alargar a democracia burguesa » (acompanhada na melhor das hipoteses por uma propaganda socialista) para que apos as conquistas democraticas : « o proletariado possa se transformar em força revolucionaria » e se colocar o problema da luta e destruição do Estado burgues. As « lutas democraticas » deixam de ser o « centro tatico » para passar a ser uma estratégia. Mas trataremos isto durante o texto.

Estas revisoes estrategicas, sao suficientemente importantes caso se consolidem como definições do MR-8, para exigir um reposicionamento nosso em relação aos camaradas. Como tal, o documento (além de ser um documento de critica a nossa Organização) ja mereceria uma analise rigorosa e um posicionamento oficial por parte de nossa Organização. Mas o seu significado é de tal ordem, na medida em que corresponde a uma evolução de determinadas tendencias dentro da esquerda (além do fato de não considerarmos esta tendencia consolidada), que nos propusemos (os militantes do MEP no exterior) a escrever uma res-

posta. Neste sentido é que este artigo elaborado pelo companheiro Mario Ribeiro foi discutido como posicionamento da seção exterior do MEP. A urgencia de leva-lo a publico fez com que fizéssemos a opção de não desenvolvê-lo (o que exigiria mais tempo e mais espaço) e de optar por dirigir nossa critica às concepções mais gerais de D. Terra, assim como à suas premissas teoricas, e não enfrentar em minucia o documento.

Uma ultima ressalva importante, quanto aos metodos utilizados por D. Terra ; um metodo que julgamos em nada contribuir ao debate dentro da esquerda. As modificações, os « cortes » feitos na citações de nada servem para amadurecer o debate. Estas modificações, tergiversações e cortes nas « citações » empregadas (sem contar o fato de não situa-los historicamente) nos obrigou a dedicar um capitulo somente para esclarece-las e recoloca-las. Mas o mais grave neste sentido foi o fato de D. Terra confundir, tergiversar a proposito dos textos do MEP, no sentido de identificar suas posições com as da P.O.. Para isto muitas vezes os textos sao citados sem dizer a que Organização eles correspondem. Outras vezes sao feitas citações de texto da P.O. e no texto a seguir quem é criticado é o MEP. No final do seu artigo, D. Terra não se preocupa mais nem em dizer suas fontes. Passa entao a combater os « doutrinarios » (a P.O. e o MEP) em conjunto, citando os « argumentos » destes, entre aspas, sem nem mesmo dizer de onde saíram estas citações e a que Organização pertencem. Fica aqui uma critica ao camarada D. Terra assim como aos camaradas da Direção Nacional do MR-8 que aprovaram o texto transformando-o assim em documento oficial, e transformando tambem estes metodos, em metodos de luta ideologica de sua Organização.

Movimento pela  
Emancipação do Proletariado (MEP)  
Seção Exterior



## CORTAR, MODIFICAR, REVISAR A LENIN

Todo documento de D. Terra se apoia em citações de Lenin. Mas para justificar suas teses, além das « correções » na tradução (1), são feitas citações truncadas, ahistóricas e atemporais. O grosso das citações sai de duas brochuras : « Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática » e « O Estado e Revolução ». Tomemos apenas as citações iniciais de « Brasil Socialista » (BS-8), pagina 66 que visam provar que segundo Lenin : « não se pode chegar a ditadura do proletariado senão através de determinados avanços que a principio se colocam no terreno do capitalismo e da democracia burguesa ».

No caso do « Duas Táticas » a coisa vai por si mesmo :

« Nós todos estamos persuadidos de que a emancipação dos operários só pode ser obra deles mesmos. Sem a consciencia e a organização das massas, sem sua preparação e sua educação por meio da luta de classes aberta contra toda burguesia, não se pode falar em revolução socialista... Quem quiser ir ao socialismo por outro caminho que não seja o democratismo politico chegara infalivelmente a conclusões absurdas e reacionarias, tanto no sentido economico quanto politico... Organizai a centenas de milhares de operarios em toda Russia, difundi entre milhões a simpatia pelo vosso programa ! Tentai fazer isto não vos limitando a frases anarquicas sonoras, porém ocas, e vereis imediatamente que levar a cabo esta organização que esta difusão de educação socialista depende da realização mais completa possível das transformações democraticas » (BS-8 pg.66 cita « Duas Táticas »).

No « Duas Táticas » (2), Lenin trata de uma revolução burguesa. Vejamos como o proprio livro coloca :

« Em países como Russia a classe operaria sofre menos do capitalismo do que da insuficiencia do capitalismo » (pg.44). E... « A revolução burguesa é precisamente uma revolução que... assegura o desenvolvimento mais amplo mais livre e mais rapido do capitalismo ». « Nós não podemos nos evadir do quadro democrata-burgues da revolução russa, mas nós pode-

mos alarga-lo em proporções enormes » (pg.47). « Existe democracia burguesa e democracia burguesa » (pg.48). « A revolução burguesa e uma revolução que não sai dos marcos do regime economico e social burgues, isto é, capitalista ». « Esta vitoria (da revolução no melhor dos casos) não fara ainda, e de maneira alguma de nossa revolução burguesa uma revolução socialista » (pg.54). « Em uma palavra, para que o proletariado não tenha as mãos atadas na luta contra a democracia burguesa, é necessario que ele seja bastante forte e consciente para elevar o campesinato à consciencia revolucionaria, para dirigir sua ofensiva e realizar assim com seu proprio esforço, um democratismo proletario consequente » (ainda em « Duas Táticas »).

No « Duas Táticas » portanto, Lenin trata de uma revolução burguesa (que por isso « não pode ir mais além do que seus marcos »). Mas como existe « democracia burguesa e democracia burguesa » Lenin cre, ao contrario dos mencheviques, que cabe levar o mais longe possivel a revolução burguesa, « alarga-la o mais possivel » de maneira a permitir ao proletariado se reforçar, na medida em que « assegura o desenvolvimento mais amplo, mais livre e mais rapido do capitalismo », para a partir dai, em uma situação de força, poder levar a cabo a revolução socialista.

No outro caso ja é distinto. Vejamos como D. Terra cita « O Estado e a Revolução »:

« A redução da remuneração dos altos funcionarios do Estado aparece ' simplesmente ' como a reivindicação de um democratismo ingenuo, primitivo. Um dos ' fundadores ' do oportunismo moderno o ex-social democrata Bernstein, repetia muitas vezes as vulgares zombarias burguesas contra o democratismo. Como todos os oportunistas, como todos os kautskistas dos nossos dias ele nao compreendeu de modo algum, em primeiro lugar, que é impossivel passar do capitalismo ao socialismo sem um certo ' retorno ' ao democratismo ' primitivo ' (por que como agir de outro modo para que as funções do Estado sejam exercidas pela maioria, pela totalidade da população ?) e, em segundo lugar, que o ' democratismo primitivo ' baseado no capitalismo e na cultura capitalista nao é o democratismo primitivo das épocas antigas ou pré-capitalistas. A cultura capitalista criou a grande produção, as fabricas, as ferrovias, os correios, o telefone, etc. E, sobre esta base, a imensa maioria das funções do velho ' poder estatal ' sao extremamente simplificadas, e podem ser reduzidas a simples operações de registro, de inscrição, de controle, que estarao perfeitamente ao alcance de qualquer pessoa que tenha instrução primaria, que poderao ser perfeitamente exercidas com a retribuição de um simples ' salario operario ' ; assim pode-se (e deve-se) retirar dessas f.ções todo carater privilegiado, ' hierarquico ' » (D.Terra, BS-8 pg.65-66 cita « O Estado e a Revolução »).

### NOTAS

(1) Não tivemos acesso as traduções utilizadas por D. Terra. Em geral as traduções portuguesas dos textos marxistas são muito ruins, modificando em muito o sentido original. De qualquer maneira não se pode desculpar D. Terra que não se aceita essas modificações, como ainda omite partes decisivas para compreender o pensamento de Lenin.

(2) Para facilitar o acesso, utilizamos a brochura « Duas Táticas... » e « O Estado... » nas edições chinesas em espanhol, facilmente encontráveis.

lução » ed. Dialogo pg. 64).

Daniel Terra pretende que Lenin defenda aqui, a impossibilidade de se chegar ao socialismo sem passar por um « democratismo em geral » que se situa ainda no « terreno do capitalismo e da democracia burguesa ». Mas vejamos melhor a citação. Em um paragrafo imediatamente anterior ao citado por D. Terra escreve Lenin :

*« Aqui é precisamente aonde se expressa de um modo mais evidente a viragem da democracia burguesa à democracia proletaria, da democracia da classe opressora à democracia das classes oprimidas, do Estado como 'força especial' de repressão de uma determinada classe, à repressão dos opressores pela força conjunta da maioria do povo, dos operarios e camponeses ». ( « O Estado e a Revolução » pg.52). E imediatamente apos o trecho citado por D. Terra, Lenin terminava de esclarecer : « Estas medidas dizem respeito à reorganização do Estado, à reorganização puramente politica da sociedade, porém é evidente que so adquirem seu pleno sentido em importancia em conexasão com a 'expropriação dos expropriadores' ja em realizacao ou preparacao, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, em propriedade social » ( « O Estado e a Revolução » pg.53).*

Tomando entao o conjunto da citação pode-se verificar que Lenin nao esta tratando de uma « democracia em geral » mas de uma democracia muito precisa, da democracia proletaria. E inclusive procurando ressaltar a diferença e o ponto de ruptura entre a democracia burguesa e democracia proletaria (3). Se D. Terra é constantemente obrigado a cortar e distorcer « O Estado e a Revolução », não é por acaso. É porque ao contrario de « Das Taticas » neste outro livro, Lenin trata nao de uma revolução burguesa mas de uma revolução socialista, aonde portanto as « teses fundamentais de Lenin » (para revolução burguesa é claro) perdem a validade.

Neste segundo caso, a afirmação de D. Terra de que « nao se pode chegar a ditadura do proletariado senao através de determinados avanços que a principio se colocam no terreno do capitalismo », só é verdadeira se nao nos limitarmos a estes avanços no terreno do capitalismo, ao contrario do que pretende D. Terra em todo seu texto (4).

Se nos alongamos aqui, foi para dar uma pequena amostra das distorções e cortes que sao feitos nos textos de Lenin e as « interpretações » que lhe sao dadas. Discordamos do método de usar a « autoridade » de Lenin para reforçar esta ou aquela posição e discordamos muito mais dos que para isto « revisam » e distorcem os textos dos classicos marxistas. Mas nao nos alongaremos mais a corrigir citações, a coloca-las nos limites do tempo e da realidade em que estao inseridas. Nao nos alongaremos mais a corrigir as « interpretações » que D. Terra faz de Lenin.

O que cabe reter aqui, é que o que é feito por D. Terra tem consequencias politicas muito precisas : estabelecer como estrategia para a revolução brasileira uma estrategia de « alargar o mais possivel » a democracia burguesa apoiando-se em « teses fundamentais » de Lenin : estabelecidas para uma revolução burguesa. E se na Russia de 1900, esta estrategia podia ter um cunho revolucionario, no Brasil capita-

lista dos anos 70 ela so pode ter um cunho reformista. E para facilitar a tarefa de contrabandear e inserir uma estrategia reformista numa organização, que mesmo tendo divergencias nao poderiamos deixar de reconhecer como revolucionaria, D. Terra nao poderia fazer de outra forma que nao fosse a de batizar este « alargamento da democracia burguesa » com o honroso nome de « democracia proletaria ».

Vejamos as contorsões e manobras que ele é obrigado a fazer para tentar levar isto à pratica.



## DEMOCRACIA, DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA PROLETARIA

Entre outras coisas, ao se ler o texto de D. Terra, se tem uma grande surpresa. Até o momento, quando ouvimos o MR-8 defender as « liberdades democraticas » em geral, pensavamos que se tratavam das liberdades democraticas burguesas. E qual nao foi nossa surpresa ao ouvir dizer de D. Terra que os companheiros lutam pelas liberdades democraticas...proletarias. Mas lendo mais atentamente o texto vamos ver – uma segunda surpresa !!! – que o que D. Terra chama de democracia proletaria nao é nada mais do que a democracia burguesa...ainda que cuidadosamente rebatizada de « proletaria ».

Vejamos entao como D.Terra « apoiando-se » em Lenin define a « Democracia » :

*« Em O Estado e a Revolucao encontramos : 'A*

### NOTAS

(3) Para facilitar uma compreensão distorcida, além dos cortes, D. Terra « esquece » uma palavra : « primitivo ». Aonde Lenin diz : « Bernstein repetia as vulgares zombarias contra o democratismo », falta um « primitivo ». « Esquecendo » esta palavra « primitivo » em sua « citação », D. Terra faz parecer que Lenin defende, contra Bernstein, o « democratismo em geral ». De fato, Lenin trata de um democratismo « primitivo » (*sempre entre aspas*), e no texto em conjunto procura justamente demonstrar que o democratismo que esta tratando nao é outra coisa que o democratismo proletario (e porisso põe « primitivo », sempre entre aspas, ao nao aceitar a denominação que Bernstein usa).

(4) Tambem no caso da « Resposta a P. Kievski », D. Terra modifica e corta partes essenciais para compreender o pensamento de Lenin. Em nenhum momento neste texto Lenin diz que o democratismo burgues se transforma em proletario. ainda que aponte a necessidade de utilizar a democracia burguesa para desenvolver a democracia operaria. (Ver Obras Completas de Lenin, edipoes francesas, vol. 23, pag. 25). Mais tarde voltaremos a este ponto e a P. Kievski.



democracia e a submissão da maioria não são a mesma coisa. A democracia é um Estado que reconhece a submissão da minoria à maioria. Isto é, a organização da violência sistemática exercida por uma parte da população contra outra parte'. 'A democracia é uma forma de Estado, uma de suas variedades. E portanto, como todo Estado, a aplicação organizada, sistemática, da coerção dos homens. Isto, por um lado; mas por outro lado, ela significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de administrá-lo'. 'Democracia quer dizer igualdade. Percebe-se o significado imenso que reveste a luta do proletariado pela igualdade e a palavra de ordem da igualdade, sob a condição de compreendê-la exatamente no sentido de supressão das classes'. E após esta « citação » do Estado e a Revolução, D. Terra interpreta :

« Ai estão, portanto, os princípios gerais da democracia : 1º) Ela é um Estado. 2º) Onde a minoria se submete à maioria. E ao determinar a submissão da minoria à maioria, ela pressupõe oficialmente a igualdade entre os cidadãos. Por outro lado, o reconhecimento oficial do direito igual dos cidadãos de determinar a forma de Estado implica necessariamente na existência de certos canais de expressão e organização, isto é, nas liberdades democráticas. Mas é preciso enfatizar que o conceito geral da democracia afirma que ela é uma forma de Estado, isto é, uma forma de violência organizada de uma classe sobre outra. Assim, a igualdade de direitos reconhecida em princípio não poderá significar a liberdade de todos, mas sim que a dominação cabe à maioria ». (BS-8 - pg.72).

Ja de início pode se observar a « interpretação » que D.Terra faz do Estado e a Revolução. Após citar Lenin que diz : « A democracia é um Estado que reconhece a submissão da minoria à maioria », D.Terra « interpreta » : a democracia « é um Estado onde a minoria se submete à maioria ». Para D.Terra o « reconhecimento por parte do Estado » é o mesmo que a realidade, e portanto, so existe o que o Estado reconhece. O aspecto jurídico, passa a ser confundido com a realidade, confusão que se verificara durante todo o documento aprovado pela Dir. Nacional do MR-8, o que terá como consequências principais – como veremos mais tarde – a superestimação da luta legal e da legalidade por um lado, e por outro uma confusão entre a « conquista das liberdades democráticas » com a legalização destas liberdades (o que nos marcos do Estado burgues somente poderá ser feito com liberdades democráticas burguesas).

Mas vejamos mais um pouco os tais de « princípios gerais » de democracia . Um « pequeno descuido » fez com que D.Terra ao citar Lenin dizer que « democracia quer dizer igualdade » (na terceira frase), cortasse imediatamente antes da conclusão de Lenin : « Mas democracia significa somente igualdade formal » (O Estado e a Revolução pg.122).

Para endeusar a democracia, esta frase realmente deveria ser esquecida. Em particular quando se quer chegar a conclusão de que a « democracia burguesa não é ainda uma democracia », porque nela é « a maioria que se submete à minoria ». Deste modo o documento de BS-8 revisa o marxismo, criando a confusão em torno de uma questão central do marxis-

mo como é a crítica da democracia e do estado burgues.

Para Marx, a democracia, seja burguesa, seja proletária, não traz a igualdade dos homens mas, ao contrário, so pode existir enquanto existir desigualdade. Em sua Crítica do Programa de Gotha, Marx nos explica (o que é retomado por Lenin no próprio Estado e a Revolução pg. 112 e seguintes) que o direito, ao igualizar os homens perante às leis e perante ao Estado não pode estabelecer a igualdade entre os homens. Isto porque o « direito igual », assim como o « direito burgues », pressupõe a desigualdade. « Todo direito significa a aplicação de um critério igual a homens distintos, a homens que em realidade não são iguais entre si ; portanto, o 'direito igual' é uma infração da igualdade e uma injustiça ». (O Estado e a Revolução, pg.114).

O que define a democracia burguesa, é que por traz da « igualdade reconhecida por lei » esta a « igualdade » perante o capital. Todos os homens são « livres » para vender sua força de trabalho, mas apenas os despossuídos são obrigados a fazê-lo. Todos os homens tem « direito » ao acesso das mercadorias, ao ensino, a cultura, a justiça, mas apenas os possedentes podem de fato usufruir delas.

Na democracia proletária, todos os homens são iguais perante o trabalho, « quem não trabalha não come » e por « igual quantidade de trabalho se recebe igual quantidade de produtos ». Mas como os homens não são iguais, ainda aqui a democracia não querera dizer igualdade. Como explica Marx :

« o direito igual é um direito desigual para um trabalho desigual. Ele não reconhece nenhuma distinção de classe. Porque cada homem é um trabalhador como qualquer outro ; mas ele reconhece tacitamente os dons individuais e, portanto, a capacidade de rendimento, como privilégios naturais. Ele é assim, em seu conteúdo, um direito fundado sobre a desigualdade como todo direito. O direito por sua natureza so pode consistir no emprego de uma mesma unidade de medida ; mas os indivíduos desiguais (e eles não seriam indivíduos distintos se eles não fossem desiguais) so são mesuráveis em relação a uma unidade comum, quando eles forem considerados de um mesmo ponto de vista, quando eles são tomados em relação a um aspecto determinado ; por exemplo no caso presente, quando são considerados somente como trabalhadores e nada mais, e quando é feita a abstração de todo o resto. Por outro lado : um operário é casado, o outro não, etc, etc. Com a igualdade de trabalho e por consequência com a igualdade no fundo social de consumo, um recebe então efetivamente mais que o outro, um é mais rico que o outro, etc. Para evitar todos esses inconvenientes, o direito deveria ser não igual mas desigual... »  
« Numa fase superior da sociedade comunista, quando tera desaparecido a escravizadora subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e trabalho manual ; quando o trabalho não será mais um meio de viver mas se transformara ele próprio na primeira necessidade vital ; quando com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos as forças produtivas também elas terao se acrescido e que todas as fontes de riqueza coletiva jorrarão com abundância ; somente então o horizonte limitado do direito burgues poderá ser definitivamente

sobrepasado e a sociedade podera escrever, sobre suas bandeiras: 'de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades' ». (« Critique des Programmes de Gotha et d'Erfurt » Editions Sociales. pg.31-32).

Por esta analise é que Marx afirma que na sociedade comunista se verificara a negação do direito e da democracia, ja que os homens nao serao tratados como iguais mas como diferentes como o sao de fato. Exatamente o contrario do que D.Terra parece compreender quando diz que: « veremos assim que o respeito cada vez mais amplo e efetivo aos principios democraticos gerais, a igualdade entre todos os cidadaos avança na medida em a burguesia seja afastada e suprimida, em que a sociedade avance para o comunismo; e mais, que essa igualdade e essa democracia so podem avançar na medida em que se avance o comunismo » (BS-8 pg.76) (5), ou ainda quando afirma, como vimos, que « democracia quer dizer igualdade ».

A diferença entre democracia burguesa e democracia proletaria nao pode ser tratada como um problema de quantidade, aonde uma representaria a maioria e a outra nao, aonde uma tem « um nivel democratico geral » maior que a outra, como afirma D.Terra (come se pudessemos definir uma taxa de democracia, o que so seria possivel se estivessemos tratando com qualidades iguais).

A origem da diferença entre a democracia burguesa e a proletaria esta em que uma tem por base a propriedade privada, e outra a propriedade comum dos meios de produçao; a primeira é uma democracia para os que tem a propriedade privada dos meios de produçao enquanto a segunda é a democracia para os que produzem, a primeira é a democracia para a burguesia a segunda é a democracia para os trabalhadores.

Os « principios democraticos gerais », terao portanto uma diferença de qualidade quando existem sobre a base da propriedade privada ou sobre a base da propriedade coletiva dos meios de produçao. E D.Terra ao ignorar simplesmente esta questao de fundo, so pode ver a diferença entre democracia proletaria e democracia burguesa como uma diferença quantitativa, como um problema de minoria e maioria.

Ainda que no socialismo se verifique uma democracia para « mais pessoas », nao é isto o que define a democracia proletaria, mas sim o fato de serem os que trabalham que participam desta democracia.

Na visao quantitativa de D.Terra (ainda que batizada de « qualitativa ») transporece uma logica eleitoral que pode ter graves consequencias. Quantos « partidos comunistas » e « socialistas » ja « decretaram » o adiamento da ditadura proletaria « ad infinitum » por ser o proletariado minoritario, justificando assim sua politica colaboracionista de apoio as burguesias e ao desenvolvimento capitalista para fazer crescer o proletariado e torna-lo maioria? Nao foi este um dos argumentos usados na propria revoluçao russa pelos « mencheviques »? E o P.C.B. nao usou tantas vezes o argumento do proletariado ser minoritario para oferecer uma alternativa de luta pela democracia burguesa e para justificar o adiamento da luta dentro de uma estrategia socialista?

Mas aonde a visao quantitativa de D.Terra fica mais evidente é no evolucionismo com o qual ela

reveste a transiçao da democracia burguesa à democracia proletaria.



## TRANSIÇÃO DA DEMOCRACIA BURGUESA A DEMOCRACIA PROLETARIA

A visao da transiçao da democracia burguesa à democracia proletaria dos camaradas que aprovaram o documento, tem como eixo o alargamento das « liberdades democraticas ». O que era para Lenin a estratégia numa revoluçao definida como burguesa, passou a ser, para os camaradas do MR-8, inicialmente o « centro tatico » e agora de fato – e até certo ponto confesso (6), uma estratégia ...mas no caso de uma « revoluçao socialista ». E quando os camaradas falam em liberdades democraticas « conquistadas nos marcos do capitalismo e da democracia burguesa », so podem estar tratando de liberdades democraticas burguesas.

Veamos mais uma vez como D.Terra cita Lenin: « A democracia é uma forma de Estado, uma de suas variedades. E, portanto, como todo Estado, a aplicaçao organizada, sistematica, da coerçao aos homens. Isto por um lado, mas por outro lado, ela significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadaos, do direito igual para todos de determinar a forma de Estado e de administra-lo. Segue-se pois, que a um certo grau do seu desenvolvimento, a democracia de inicio une o proletariado, a classe revolucionaria anti-capitalista, e que lhe permite quebrar, reduzir a migalhas, fazer desaparecer da face da Terra a maquina estatal burguesa, seja burguesia republicana,

### NOTAS

(5) Para D. Terra, aparentemente, as coisas se passam como se o Estado se estinguisse no comunismo porque os homens entao ja estariam educados a serem democratas e a democracia poderia continuar a existir sem Estado, (mais a democracia nao é uma forma de Estado?), e nao porque a propria democracia se extinguiria, ja que na sociedade de abundancia ela nao tem mais papel e pode haver « igualdade » sem desconsiderar as diferenças dos homens.

(6) « A palavra de ordem geral 'pelas Liberdades Democraticas' tem que ser levantada pelo proletariado justamente porque nao se refere apenas a esta ou aquela fase da luta, mas porque representa uma posicao de principio do proletariado lutar pelo avanço da democracia seja na sociedade burguesa, seja na proletaria » (BS-8, pag. 78);

exercício permanente, policia, burocracia, e substitui-la por uma maquina estatal mais democratica (mas que nem por isso deixa de ser uma maquina de Estado) sob a forma das massas operarias e, depois, por todo o povo, participando maciçamente das milicias. Aqui, 'a quantidade se transforma em qualidade': chegando a este grau a democracia sai do marco da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo. Se todos participam de fato da gestao do Estado o capitalismo nao se pode mais manter » (BS-8 pg.74 cita o Estado e a Revolucao).

Nesta citação parece que apos as conquistas democraticas (e aqui se trata nada menos do que o problema de « milicias operarias » e de « participação de todos no Estado »), e somente apos estas conquistas, a democracia sai dos « marcos da sociedade burguesa ». Mas vejamos qual era realmente a afirmação de Lenin. Ja de inicio aonde a versao de D.Terra fala que a « democracia significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadaos », na Edição Pequim pg.123 (o mesmo para Obras Escolhidas de Lenin, ed.Cartago, vol.IV, pg.403) vamos encontrar que « a democracia significa o reconhecimento formal da igualdade » (em lugar de oficial). Uma « pequena » diferença. E em ambas as edicoes, no segundo paragrafo citado por D.Terra vamos ver : « ' aqui a quantidade se transforma em qualidade ' esta fase do democratismo, ja esta fora (' se sale ya ' em espanhol) do marco da sociedade burguesa, é ja o começo de sua transformação socialista » (ainda na pg.123).

Assim aonde no texto de D.Terra diz : « *chegado a este grau, a democracia sai do marco da sociedade burguesa* » isto é, a partir daqui sai, na outra versao diz « *esta fase ja esta fora* » (ja tinha saído do marco da democracia burguesa). Aonde D.Terra diz « *começa a evoluir para o socialismo* » a versao que citamos diz « *é ja o começo* » isto é, ja tinha começado a transformação socialista. Estas diferenças sao extremamente importantes pois elas definem o « momento » da revolucao, isto é, da destruição do Estado Burgues. Pois ao contrario dos revisionistas antigos, D.Terra nao nega a destruição do Estado. Apenas decreta o seu adiamento para depois « *da conquista das liberdades democraticas nos marcos do capitalismo e da democracia burguesa* ».

Vejamos melhor esta questao, observando mais detidamente como D.Terra formula esta transicao : « *Entretanto os pobres nao se submetem passivamente ao esforço da burguesia para exclui-los da politica, resistem, acumulam forças e preparam-se politicamente para fazer sua 'revolucao economica' . Nesse processo o proletariado e o povo aumentam seu nivel de consciencia e organizacao. Impoem à burguesia uma participacao politica cada vez maior, obrigam-na crescentemente a atender suas reivindicações politicas e economicas, ampliam gradativamente seu espaço politico e reduzem o da burguesia : tudo isto significa avanços democraticos que se nao superam de imediato a democracia burguesa, representam um acumulo de forças indispensavel para que o proletariado possa constituir-se em força revolucionaria e passar a ofensiva, isto é, por abaixo o obstaculo que impede seu avanço democratico e a realizacao da revolucao economica. Tal obstaculo é a maquina de repressao da burguesia, o Estado. Chegou o momento*

do salto de qualidade. Para quebrar este Estado e derrotar a posterior resistencia da burguesia, o proletariado precisara agir com violencia, ditatorialmente. 'A ditadura é um poder que se apoia diretamente na violencia e nao esta presa por nenhuma lei'. O proletariado tera que agir ditatorialmente contra a burguesia porque, ante a perspectiva de perder seus seculares privilégios, os capitalistas opoem uma resistencia desesperada e obstinada que nao é possivel vencer com bons modos. Mas essa ditadura sobre a burguesia nao reduzira o nivel democratico geral da sociedade, e sim significara um salto de qualidade a frente, pois a quebra do aparelho de repressao da burguesia permite emergir o nivel de participacao e expressao das massas como nunca foi possivel na democracia capitalista.(...) Vimos que a principio a democracia burguesa garantia apenas o 'direito' da burguesia, e praticamente nenhum direito para o proletariado. Assim, o nivel democratico geral da sociedade é aqui muito baixo. Entretanto, com sua luta, o proletariado ampliou seus direitos, conquistou na pratica algum espaço politico. Entao o nivel democratico geral da sociedade avançou, ainda que permaneça dentro dos marcos da democracia falsificada. Isto é, burguesa. Depois o proletariado passa para a defensiva, derruba o Estado burgues e constroi o seu proprio poder. E assim o nivel democratico geral passa por um salto de qualidade e a sociedade atinge a verdadeira democracia, a proletaria ». (BS-8, pg.72).

Vejamos parte por parte : « *Os pobres resistem ao esforço da burguesia a exclui-los da politica* ». Isto so é verdade quando a politica é limitada à « politica parlamentar », pois a burguesia nao tenta « *excluir os pobres da politica* » mas *submete-os politicamente* (e portanto nao pode se esforçar em « *excluir os pobres da politica* »), mas lutar para que estes tenham uma *participação politica enquanto subordinados*, para o que pode ser o caso ou nao de *exclui-los da politica parlamentar*).

« *O proletariado e o povo impoem à burguesia uma participacao politica cada vez maior* ». Para D.Terra o proletariado e o povo nao participam por si so, e em luta contra a burguesia. Novamente aparece o « reconhecimento » ou em outras palavras a legalizacao, como o objetivo da luta para D.Terra. Que « *participação politica* » pode ser « *imposta* » à burguesia ? A unica possivel é a participação no parlamento, a participação na politica legal. Se vemos como participação politica a luta politica do proletariado e do povo pobre contra a burguesia, esta nao é « *imposta* » a burguesia ; ela nao necessita o « reconhecimento » da burguesia e do Estado para existir. Esta participação se verifica pela simples consciencia, disposicao de luta e de combate do proletariado, aonde o « reconhecimento » por parte do Estado, a « *legalizacao* » das conquistas, é apenas um aspecto (e secundario) desta luta.

Do mesmo modo quando D.Terra diz que o proletariado e o povo « *obrigam-na (a burguesia) a atender suas reivindicações politicas e economicas* ». Aqui ele termina por reduzir sua luta apenas ao que pode ser aceito e legalizado pela burguesia. Para D.Terra por exemplo, nao poderao ser colocados para o proletariado, objetivos politicos de poder do tipo conselhos, distribuição direta, auto-gestao, a constituição e orga-

nização do exército revolucionário, etc, pois estas « reinvidicações » a burguesia não pode « atender », mas devem ser levadas à prática, na luta e em oposição à burguesia.

O que D.Terra não compreende é que « reinvidicações » que são levantadas na sociedade capitalista não tem, obrigatoriamente, que se manter nos limites da democracia burguesa (se não como lutar contra esta) e só são revolucionárias se se desenvolvem para fora e não subordinadas ao poder burgues. E evidentemente D.Terra não pode compreender isto quando resume a realidade ao que é « reconhecido pelo Estado ».

« Tudo isto significa avanços democráticos que se não superam de imediato a democracia burguesa, representam um acúmulo de forças indispensável para que o proletariado possa constituir-se em força revolucionária e passar para a ofensiva ». Quer dizer então que os avanços definidos por D.Terra que como vemos dizem respeito ao « reconhecimento » pelo Estado, isto é aos aspectos jurídicos e parlamentares, estes « avanços democráticos nos marcos da democracia burguesa, são indispensáveis para o proletariado se transformar em força revolucionária? (7) Quer dizer que somente depois de conquistados estes « avanços democráticos » é que o proletariado poderá se transformar em força revolucionária? E quem então levará a cabo estes avanços democráticos: a ditadura? a burguesia? a « pequena-burguesia democrática? » ou quem sabe o proletariado poderá conquistar estes avanços sem ser ainda uma força revolucionária, isto é, sem atuar como força independente?

Mas continuemos: após estas « conquistas democráticas » o proletariado pode « se constituir em força revolucionária e passar à ofensiva, isto é, por abaixo o obstáculo que impede o seu avanço democrático e a realização da revolução econômica. Tal obstáculo é a máquina de repressão da burguesia, o Estado. Pois bem, após os « avanços democráticos », só então se coloca a questão do Estado (8). E para D.Terra o Estado ainda se resume a máquina de repressão. E não terá o proletariado que destruir o parlamento, judiciário etc, o conjunto das instituições burguesas assim como o poder econômico dos capitalistas, abolindo a propriedade privada dos meios de produção e quebrando o poder capitalista em seu conjunto. Não se trataria de destruir a própria democracia burguesa conquistada? Para D.Terra aparentemente não (e mais adiante quando analisa o Chile, isto é confirmado). Além de apresentar um caminho de luta « nos marcos da democracia burguesa e do capitalismo », e talvez exatamente por isto, quando coloca o « problema do poder », D.Terra o faz de uma forma parcial. Trata de destruir apenas a « máquina repressiva », que é um entrave ao « avanço democrático ». Novamente se verifica que a democracia pela qual luta o MR-8 « surge » de uma evolução e não da negação da democracia burguesa (9). Uma democracia burguesa sem máquina repressiva (!!!), velho sonho da pequena burguesia

E tudo se passa na visão de D.Terra, como se a violência se colocasse somente quando, depois dos « avanços democráticos », « para quebrar o Estado e derrotar a posterior resistência da burguesia, o prole-

tariado precisara agir com violência »... Pois a burguesia « ante a perspectiva de perder seus seculares privilégios » « opõe uma resistência desesperada e obstinada que não é possível vencer com bons modos ». E a violência da burguesia só existira quando esta correr o risco de perder « seus seculares privilégios »? Ou desde hoje, quando por exemplo se coloca a questão do arrocho salarial ou das menores liberdades democráticas para os trabalhadores e o povo pobre? Será que só depois que os « avanços democráticos indispensáveis » sejam conquistados é que o proletariado necessitará aprender a lutar com « maus modos »? Que só então a burguesia começara a agir de maneira violenta?

Com esta concepção, o que faz D.Terra, é simplesmente adiar a revolução e o socialismo para um dia longínquo, posterior à « democracia ». E D.Terra não compreende que se o que difere o revolucionário do reformista na revolução burguesa, é quem se apoia nas forças do proletariado para levar o mais longe possível esta revolução burguesa e desdobra-la em revolução socialista; no caso da revolução socialista, o que difere o revolucionário do reformista, no que tange às reivindicações burguesas é, em primeiro lugar, sua capacidade de articular as reivindicações democráticas no programa socialista e em segundo lugar, sua capacidade de levá-las desde o seu início com formas de organização e de luta revolucionária.

E se restar ainda alguma dúvida sobre a estrate-

#### NOTAS

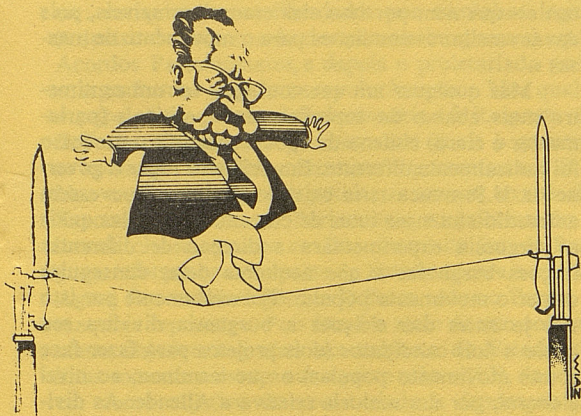
(7) « Vimos que a princípio a democracia burguesa garantia apenas os 'direitos' da burguesia e praticamente nenhum direito para o proletariado (...) Entretanto, com sua luta, o proletariado ampliou os seus direitos, conquistou na prática algum espaço político. Então o nível democrático geral da sociedade avançou, ainda que permaneça dentro dos marcos da democracia falsificada, isto é burguesa. Depois o proletariado passa a ofensiva, derruba o Estado burgues e constrói o seu próprio poder » (BS-8 pag. 73-74, grifos nossos). Aqui também é claramente exposta a visão de transição de D. Terra e como ele define toda uma etapa de luta por « direitos » e alargamento da democracia burguesa, como processo anterior à luta pelo poder.

(8) Exatamente como da a entender na citação de Lenin que, como vimos anteriormente, fora modificada.

(9) « A democracia burguesa é por um lado, um Estado, é a dominação da burguesia; por outro lado, ela implica em determinado nível de direitos e liberdades democráticas. (...) Ao proletariado não pode interessar lutar pelos dois aspectos da democracia burguesa; interessa ampliar um dos aspectos da democracia burguesa, isto é, as suas liberdades democráticas para 'aproveitar' este aspecto contra o outro, contra a dominação burguesa » (BS-8 pag. 78-79). Mas se os « dois aspectos » são dois lados da democracia burguesa, a democracia, conforme o próprio D. Terra, é um Estado, não estaríamos assim tentando nos apoiar em uma parte do Estado contra a outra? Não estaríamos tentando « reformar » o Estado burgues tentando tirar o que ele tem de « ruim »?



gia de D. Terra, bastaria ver o balanço que faz da experiencia chilena.



## O LEGALISMO DE DANIEL TERRA E A EXPERIENCIA CHILENA

« Toda liberdade conquistada sob o periodo de dominação burguesa é uma liberdade burguesa » (BS-8 pg.77). « Com sua luta o proletariado ampliou os seus direitos, conquistou na pratica algum espaço politico. Entao o nivel democratico avançou, ainda que permaneça dentro dos marcos da democracia falsificada, isto é, burguesa » (BS-8 pg.73).

A primeira formulação so é verdadeira quando é vista do ponto de vista juridico, (o que a segunda coloca mais diretamente ao esclarecer que se trata de ampliar « os direitos ». Quando o proletariado se organiza politica e sindicalmente de maneira independente, quando ele organiza seu Partido, seu Exército, ainda dentro do capitalismo (e o proletariado nao podera sair do capitalismo se nao os organiza), nao estara ele conquistando liberdades politicas ? O problema é que estas liberdades, ainda que se deem durante o periodo de dominação burguesa, estao fora do controle e dos « marcos da democracia e do poder burgues ».

A afirmação de D.Terra portanto, é valida apenas para as « liberdades » conquistadas nos « marcos da democracia e do Estado burgues », isto é as « liberdades » que passam a ser « reconhecidas por este Estado » e que se colocaram dentro da legalidade burguesa.

Nada mais normal dentro de uma estratégia de alargar a democracia burguesa (e ver a democracia proletaria como a evolução dela) do que ter como centro as conquistas dos « direitos », as conquistas dentro da legalidade que evidentemente nao podem ser outra coisa do que liberdades burguesas, e de procurar, « alargando » estas, diminuir - ilusao !!! - o « espaço » da burguesia. E nada mais normal ainda para quem ve as coisas desta maneira, do que reconhecer clara e honestamente que so depois dos « avanços democraticos que nao superam a democracia burguesa » e que « ampliam gradativamente seu espaço politico (o do proletariado) e reduzem o da burguesia », que so depois de se verificarem estas condições indispen-

sáveis é que o « o proletariado podera se constituir em força revolucionaria » (BS-8 pg.73). Dizer que hoje o « proletariado nao pode se constituir em força revolucionaria » e que « toda liberdade conquistada hoje so pode ser uma liberdade burguesa », sao duas faces de uma mesma politica : uma politica que se desenvolve nos limites « dos marcos da democracia e sob o poder burgues », isto é nos limites da legalidade burguesa, aonde o objetivo maximo que podera se propor sera o alargamento da legalidade democratica (burguesa é claro, pois se da nos marcos do poder burgues) denunciando a « democracia falsificada » e lutando por uma « democracia verdadeira » (BS-8 pg.73), que como ja vimos no capitulo anterior, ainda que batizada de « proletaria » nao é outra que a democracia burguesa (10).

Na pagina 68-69 de BS-8, D.Terra utiliza uma série de citações do artigo « Resposta a P.Kievski », aonde Lenin combate os que nao veem a necessidade de desenvolver uma luta nos marcos da democracia burguesa, e que nao pode haver luta pelo socialismo sem isto se verificar. Nao existe nenhuma novidade neste texto em relação a outros combates de Lenin, como é o caso do « Que Fazer? » ou do « Esquerdismo », aonde igualmente sao criticados os que desprezam a luta legal. Mas D.Terra tem outro objetivo ao citar este texto, do que reafirmar a necessidade de uma luta legal como complemento à luta fora dos marcos da legalidade. Na pratica, ao pegar um texto em que Lenin combate a P.Kievski que negava totalmente a luta dentro dos marcos da democracia burguesa, ele pretende é levar o leitor a aceitar que somente ela é possivel hoje. Para fazer com que as citações deem este sentido, D.Terra tambem aqui, é obrigado a tergiversar e mutilar o pensamento de Lenin. Em primeiro lugar ao utilizar um texto em que Lenin ironiza P.Kievski por abandonar a luta no terreno da democracia burguesa porque a burguesia se desembaraçava desta no periodo de guerra : « A guerra imperialista é uma clamorosa violação de toda a democracia (...); portanto nao ha motivo para falar dos ' direitos ', ou seja da democracia.(...) Para que, em geral, falar de ' direitos ' e pensar neles quando todos os direitos (11) sao espeznados por toda a parte em proveito do militarismo? » escreve Lenin, procurando mostrar o raciocinio que fazia P.kievski. Mas D.Terra omite outras partes do texto aonde Lenin esclarece que a logica equivocada de P.Kievski « jorra » por todos os lados, seja a proposito da defesa da patria, « seja em uma frase sobre os ' direitos ', quando « nao é de direitos que seria questao, mas da destruição da escravidao secular » (pg.23). Em segundo lugar, D.Terra omite o que é mais importante no texto : é que Lenin articula as reivindicações democraticas a uma estratégia

### NOTAS

(10) A democracia burguesa ao tomar como o *critério de base o capital* nao deixa de ser uma « verdadeira democracia ». Nela participam « os que sao ou anseiam ser proprietarios » e a minoria destes se submete a maioria. Ela somente exclui da democracia os que nem sao e nem anseiam ser proprietarios, isto é os que rompem com a ideologia burguesa pela sua consciencia teorica ou pela sua pratica politica. Isto nao impede que a democracia proletaria seja verdadeira. O que acontece é que se tratam de duas « democracias verdadeiras » diferentes.

(11) Para facilitar a distorção, aqui tambem, na citação de D.Terra sao omitidas as aspas em « direitos ». Ver logo apos onde Lenin explica « nao é de direitos (aqui sem aspas) que seria a questao ». Por nao aceitar a conceituação de P.Kievski é que Lenin nao esquece de por as aspas.

socialista e não ao « alargamento da democracia burguesa » : « *A palavra de ordem que indica ao mesmo tempo o meio mais rápido de sair da guerra imperialista e o elo entre nossa luta contra esta última e a luta contra o oportunismo, é a palavra de ordem de guerra civil pelo socialismo* » (Obras Completas, vol. 23, pg. 25, Ed. em francês – grifos nossos).

Em outras palavras, o que aqui difere Lenin de outros que defendem a « utilização » da democracia burguesa e as reivindicações democráticas é que Lenin ao contrário dos outros, os oportunistas, em primeiro lugar não se limita às lutas « dentro dos marcos da democracia burguesa », e em segundo lugar que Lenin integrava a luta por reivindicações democráticas dentro da perspectiva de « transformar a luta contra a guerra imperialista em guerra civil pelo socialismo » (o que evidentemente não estava « nos marcos da democracia burguesa »). Seu objetivo era o de levantar as reivindicações democráticas e de denunciar a burguesia e o imperialismo « que se desembaraçavam da democracia burguesa », não com o objetivo de reafirmar e alargar a democracia burguesa, mas de lutar contra esta e introduzir « a democracia em nosso exército (dos explorados) e sobre nossa (dos explorados) 'retaguarda' » (Resposta a P.Kievski pg.25), como condição para se vencer o capitalismo.

O apice da concepção legalista de D.Terra esta na afirmação : « *O G.R.T. realiza-se ainda sob a dominação do poder burgues e portanto da democracia burguesa* » (BS-8 pg.67). D.Terra que nos desculpe se não podemos aceitar esta afirmação, pois se a aceitássemos simplesmente estaríamos deixando de ser revolucionários. Se podemos acreditar que possa existir um Governo dos Trabalhadores nos « marcos da democracia burguesa », não podemos nem sequer imaginar, que possa existir um Governo Revolucionário dos Trabalhadores sob a dominação burguesa. Isto porque neste caso, ele simplesmente deixaria de ser revolucionário (a menos que a burguesia também o fosse).

Vejamos esta bizarra concepção de G.R.T. aplicada à realidade, quando D.Terra analisa a experiência chilena :

« *Vejamos por exemplo, o caso recente do Chile no governo de 'Unidade Popular'. Ha quem pretenda que o golpe de 73 é uma demonstração da inconsequência da conquista de determinadas liberdades democráticas.*

« *O que ocorre é que, neste caso, essas liberdades não foram conquistadas basicamente pela efetiva mobilização das massas, mas por um acordo parlamentar. Isto não quer dizer que « portanto » esse avanço fosse desprezível, pois mesmo nessas condições ele permite melhores condições para o desenvolvimento do movimento de massas. Mas se impunha que os dirigentes do proletariado não se iludisse com o alcance das liberdades conquistadas – principalmente nas condições em que o foram – e preparassem o movimento de massas com vistas a que este resistisse de forma a obter o melhor saldo possível quando a burguesia – impensada pelo avanço do movimento – tentasse o contra-ataque. Tal preparação incluiria o desenvolvimento mais intenso possível de organismos populares nos quais o governo se apoiasse diretamente, sob a alegação de que « já havia*

*um governo »* (BS-8 pg.69-70).

Assim é que para D.Terra as « liberdades democráticas » no Chile (ele se refere evidentemente ao governo de U.P.) não foram conquistadas pela mobilização das massas mas sim por um acordo parlamentar, e « que nem por isso elas eram desprezíveis, pois davam melhores condições para o movimento de massas ».

Mas qualquer um que consegue ver um centímetro mais abaixo da superfície da « política » (parlamentar é claro) chilena da época, sabe que o processo foi radicalmente diferente. Em primeiro lugar o governo da U.P. nunca teria existido se não o houvessem antecedido intensas lutas de classes, através das quais a burguesia experimentara a direção de diferentes frações burguesas e que nenhuma delas conseguira conter o movimento popular. Foi exatamente por isto que já antes das eleições a burguesia dividira seu apoio a dois candidatos (dois projetos para fazer face a este movimento popular) o que terminou, ao nível eleitoral, por dar maioria relativa a Allende. As divisões se aprofundaram ainda mais após o resultado das eleições, que não era nada mais do que o reflexo parlamentar do crescimento anterior do movimento de massas. E a burguesia continuou dividida em duas posições :

Uma fração desta negava-se a empossar Allende o que implicava na possibilidade de uma radicalização e mesmo de uma explosão insurrecional do movimento popular. Outra fração compreendendo o anterior, se propunha a « dar o governo » a Allende sob determinadas condições, isto é, que a U.P. se mantivesse nos « marcos da democracia e da constituição ».

Esta segunda estratégia terminou por ser vitoriosa no seio das classes dominantes pois mesmo os setores « duros » da burguesia, terminaram por ver que ela era o único meio de ganhar tempo, desmoralizar a U.P., dividir o povo pobre e conseguir a unidade da burguesia para então poder golpear o movimento de massas.

O « Acordo Parlamentar » foi assim exatamente o contrário do que julga D. Terra : foi um meio de reduzir a dimensão das liberdades que estavam sendo conquistadas pelos trabalhadores e pelo povo pobre (12). Como D.Terra não pode ver mais além do que o aspecto jurídico-parlamentar já que ele identifica « conquista da liberdade » com a legalização da liberdade conquistada, evidentemente ele só pode considerar que o Acordo Parlamentar é que foi a origem das liberdades conquistadas.

Vejamos como continua D.Terra. Conquistadas as liberdades através do Acordo Parlamentar « *os dirigentes do proletariado ( ??? ) não deviam se iludir e deviam preparar o movimento de massas, para quando a burguesia tentasse o contra-ataque* », organizan-

#### NOTA

(12) A legalização pelo Estado e pela democracia burguesa de uma conquista do proletariado tem sempre como objetivo tentar enquadrar e limitar esta conquista, na medida em que com a legalização consiga criar ilusões que foi o Estado que aceitou « dar » esta conquista. Para os revolucionários a legalização de uma conquista nunca deve ser aceita como um meio de reduzir a amplitude da liberdade conquistada, o que só pode ser feito se eles conseguem explicar pacientemente às massas : primeiro, que o Estado ao legalizou sua conquista para tentar limitá-la ; e segundo, que quem garante que esta conquista se mantenha *so pode ser o movimento de massas organizado* e nunca a burguesia e o Estado burgueses.

do organismos populares « nos quais o governo se apoiasse sob a alegação de que já havia um governo ».

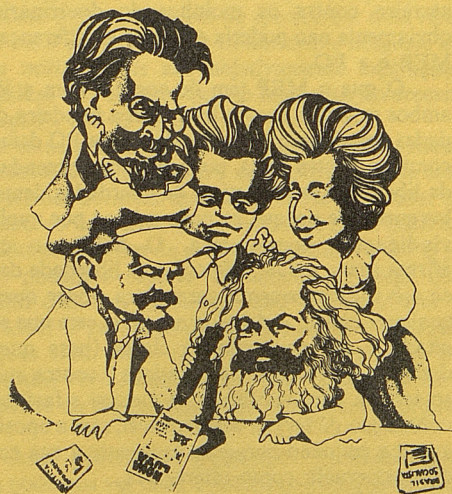
Aqui esta a « teoria de D.Terra » posta em pratica : conquista-se as liberdades por caminhos legais (« dentro dos marcos da democracia burguesa ») e por Acordos Parlamentares, e depois o proletariado pode se transformar em « força revolucionaria ». Mas qual é o papel desta « força revolucionaria » ? Resposta de D.Terra : Organizar « poderes » nos quais o governo se apoiasse ! Não foi exatamente o que tentou a U.P. ? Não era o seu projeto organizar as massas através do Executivo e contra o Parlamento, transformando a luta de classes em um conflito dentro do Estado Burgues, reforçando uma parte do Estado contra a outra ? Agora fica evidente porque D.Terra reduz o Estado à maquina repressiva. Pois isto é o meio de não colocar como objetivo a quebra do conjunto do Estado, de lutar somente contra a sua « parte ruim » (13), de colocar como objetivo do proletariado a depuração da democracia, e a reforma do Estado Burgues (que não deixa de ser burgues mesmo batizado de « proletario »).

D.Terra não entende que o fracasso da U.P. foi fruto dela ter tentado fazer exatamente o que ele acha que ela deveria ter feito : « organizar as massas em torno do governo para resistir a contra-ofensiva da burguesia ». Mas ao não organizar as massas de maneira independente em relação ao « governo » e do Estado burgues, a U.P. só poderia desmoralizar e confundir as massas (e não temos ilusão, como D.Terra, de que uma coalizao de partidos reformistas pudesse fazer diferente). Exatamente por isto, envolvida em um conflito institucional (entre poderes do Estado burgues), e limitada pela propria tentativa de se manter dentro da legalidade para poder contar com a bandeira da constitucionalidade e da democracia, (e por esta dinamica, obrigada a apoiar-se cada vez mais nos poderes do Estado e deste modo em suas peças chaves — a burocracia e o exército), a U.P. não tinha outra alternativa do que desautorizar a luta do proletariado e seus poderes (14). Mas o desenvolvimento da luta de classes, apesar da vontade da U.P. e dos Daniéis Terras chilenos, fez com que a burguesia e o Estado burgues fossem obrigados, para fazer face ao movimento que a U.P. já não conseguia mais impedir, a se desembaraçar deste elemento incomodo (e agora inutil) que impedia o Estado de se defender contra a ofensiva do movimento de massas : e a burguesia se unificou em torno do Exército e da « parte sa » do Estado.

O proletariado para organizar a sua democracia não poderia apenas quebrar com o parlamento, mas era também obrigado a destruir a maquina repressiva, o Exército, o judiciario e a burocracia, lutando contra o conjunto das instituições do Estado burgues e contra o proprio Executivo, pois este não era um « embriao da democracia proletaria » mas um instrumento da « democracia burguesa ». Era isto que colocava o governo da U.P., ao tentar « defender » e utilizar o poder executivo e uma parte do exército e das instituições burguesas, em uma insolúvel contradição com o movimento de massas. Foi isto que acabou com os sonhos da U.P. (que eram os mesmos de D.Terra) de organizar um « poder popular » como base de apoio do executivo, pois ela teve que optar entre contar com uma parte do Estado Burgues (o Executivo) ou com os « poderes

populares ».

A visao legalista de D.Terra, leva-o a adiar a luta revolucionaria para depois das conquistas democraticas. Mas no caso do Brasil, ao contrario do Chile, a inexistencia de um minimo de canais parlamentares e de uma « fração de deputados trabalhadores » dentro dele, dificultam os sonhos legalistas. D.Terra não se paralizaria com estes pequenos problemas : ele vai, como afirma em seu artigo, colocar-se como objetivo, criar no Brasil da Ditadura Militar uma « fração parlamentar comunista ». E « realista » como é, enquanto isto não for possível, vai se contentar com reforçar uma fração parlamentar da pequena burguesia radicalizada (15).



## O MEP E IGUAL A PO ?

Para Daniel Terra tudo o que esta a sua esquerda é doutrinaria. E como não existe dentro da esquerda muita coisa a sua direita, nada mais normal do que

### NOTAS

(13) Ver nota 9

(14) Em alguns casos, o governo da UP chegou mesmo a autorizar a repressão como no caso da repressão a « La Hermita », como ao ter deixado passar a « Lei de Armas » que permitia o exército dar batidas nas fabricas e « poblaciones » a procura de armas, como no caso dos marinheiros de Valparaíso que se insubordinaram quando seus oficiais espalharam um rumor que estava sendo dado um golpe, com o objetivo de localizar a organização clandestina destes marinheiros. Neste ultimo caso, foram abertos processos, com a autorização de Allende, contra o secretario geral do MIR, do PS e do MAPU, e os marinheiros passaram das torturas do Serviço de Segurança da Marinha (no periodo UP) diretamente às mãos de Pinochet.

(15) « ... os operarios avançados, na medida que ainda não tenham conseguido representar seus nessa instituição, poderao, sob certas condições e em carater accessorio à sua luta extra-parlamentar, estabelecer acordos com os representantes da pequena-burguesia » (BS-8 pg.88)

Essa « fração parlamentar » operaria para D.Terra podera existir não só no « marcos da dominação burguesa » mas sob « dominação da propria ditadura com sua atual institucionalidade » como vemos na afirmação : « ... uma atuação dos operarios conscientes dentro do parlamento, mesmo enquanto continuarem havendo duas legendas (o que não significa dois partidos) não tera de se restringir aos limites a que se imponham as demais classes e frações de classes » (BS-1 pg.108). Além do mais, o que D.Terra pretende dizer no parenteses de sua citação acima ? Não nos ficou muito claro : sera a confirmação de que os camaradas defendem uma estratégia de formar ou abrigar o « partido operario » dentro da legenda do MDB (da ARENA não seria), tentando dar a este o carater de uma frente pluriclassista, uma Frente Anti fascista como dizem uns, uma « Frente de Resistencia » como dizem outros ?

definir como principal inimigo o doutrinarismo, mesmo em um momento aonde a oposição burguesa tem a iniciativa da oposição à Ditadura Militar. No seu afã de « limpar » o que há à sua esquerda, não se apercebe de que em um momento como este a tendência é justamente não existirem as condições para o doutrinarismo se desenvolva (e as constantes crises que passa a PO já de alguns tempos não pode ser compreendidas senão por esta razão). Ao contrário, o desvio que tem tudo para se desenvolver é o democratismo pequeno-burgues, que se reforça na esteira da oposição burguesa alinhando-se como sua « ala esquerda ». Evidentemente que D.Terra só poderia entender isto se olhasse para seu próprio umbigo. Mas ele não tem tempo para isto desde que se reservou o papel de « inimigo N°1 do doutrinarismo. E montado em seu « Rocinante » em uma desenfreada carreira contra os moinhos do doutrinarismo, ele obviamente não poderia entender as diferenças entre o MEP e a PO.

O que o MEP tem de comum com a PO é que ambos criticam os que levantam a bandeira das liberdades democraticas em geral. Mas a PO desenvolve o combate contra estes, porque só compreende um tipo de liberdade democratica, as liberdades democraticas burguesas, e porque se nega a lutar por qualquer reivindicação democratica. O MEP ao contrário afirma que a palavra de ordem « liberdade democratica » é suficientemente geral para poder querer dizer qualquer coisa...e, deixada em geral sem que seja explicitado o seu conteúdo de classe (para quem serão dadas as liberdades democraticas e contra quem), elas só servem para confundir as massas e facilitar, numa correlação de forças desfavoravel, que a oposição burguesa e pequeno-burguesa apresente a sua concepção de democracia como alternativa.

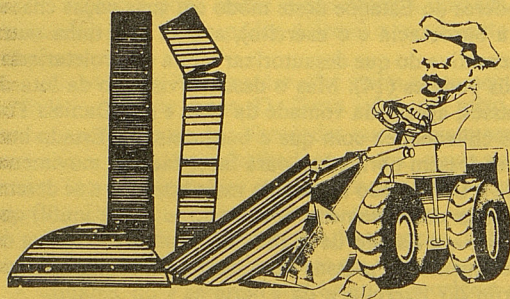
« A liberdade e a democracia em geral não existem, o que existe é a liberdade e a democracia que cada classe formula como seu projeto politico », explicava o companheiro Diogo Lopes em seu texto « O Proletariado consciente e as liberdades politicas » (16) antes de explicar o que eram as liberdades democraticas para os capitalistas, para pequena-burguesia, e o que era as liberdades democraticas para o proletariado. E mais adiante esclarecia :

« A generalidade e a ambiguidade destas reivindicações (' liberdades democraticas em geral, fim do Ato-5, Eleições livres ') são bastantes grandes para permitir diversas interpretações de acordo com o desejo de cada um. Não é por acaso que todos os defensores de ' liberdades democraticas ' se esforçam por dar cada um deles a sua interpretação desta reivindicação ; não é por acaso que em seus documentos, jornais e outros materiais afirmam que ' o que entendemos por liberdades democraticas é... ', ' as liberdades democraticas que desejamos são... ', ' lutar por liberdades democraticas significa lutar por... ' e assim por diante. Mas, em politica, não é o desejo (por mais sincero que ele seja) dos seus defensores que dá o sentido das reivindicações ou das palavras de ordem, mas sim a situação politica existente, isto é, as alternativas de classes existentes nas disputas politicas. Atualmente há um nítido predomínio das ideias e das reivindicações da pequeno-burguesia na resistência dos oprimidos à ditadura,

uma vez que o proletariado não está consciente, organizado e mobilizado para defender um caminho proprio (e o unico consequente) na luta contra o regime. As reivindicações democratistas tem sua origem e seu maior interesse na pequena-burguesia, o seu caracter geral e ambiguo corresponde as ilusões do programa de poder pequeno-burgues » (« As liberdades politicas... » Cadernos de Campanha n°4 pg.36-37).

Assim, ao contrário da PO, o MEP não considera que existem apenas liberdades democraticas burguesas, mas considera que falar em « liberdades democraticas » em geral (ou defender os « principios gerais de democracia » como faz D.Terra) só serve para confundir as massas e permitir que, dado o seu caracter geral e ambiguo, esta palavra de ordem (mantida em sua generalidade) reforce as alternativas ambiguas e as ilusões geradas pelas iniciativas das oposições burguesas e pequeno burguesas.

Mas D.Terra não pode ver a diferença entre estas duas posições. Pois como para ele os « principios democraticos gerais » são os mesmos no capitalismo e no socialismo, criticar as liberdades democraticas burguesas e pequeno burguesas significa negar qualquer democracia. D.Terra não pode compreender, portanto, as diferenças entre o MEP e a PO. De fato, tanto D.Terra, quanto a PO utilizam as mesmas premissas ideologicas : ambos não conseguem imaginar que desde hoje se possa lutar por liberdades democraticas que não sejam burguesas. A diferença entre os dois é que D.Terra defende as liberdades democraticas burguesas, ao contrário da PO que as combate. Ambos não compreendem que ao lutar contra a ditadura se possa lutar por liberdades democraticas para os trabalhadores e para o povo pobre.



## REIVINDICAÇÕES DEMOCRÁTICAS E PROGRAMA SOCIALISTA

Com o tempo que tivemos para responder o artigo de Daniel Terra, (que continha nada menos de 50 paginas recheadas de tergiversações que nos obrigaram a perder tempo e espaço para esclarecer), e com o espaço que Caderno de Campanha nos oferecia, fomos, como já dissemos, obrigados a fazer uma

NOTA

(16) As citações do referido artigo são retiradas da reprodução feita do texto do camarada Diogo Lopes em Cad. de Campanha n° 4. A primeira citação é da pg. 32.



opção de irmos às bases das concepções de D.Terra deixando mil questões menores (e mesmo algumas maiores), para serem respondidas em uma nova oportunidade. Mas uma questão ainda gostaríamos de tratar : o problema da articulação entre as reivindicações democrático-burguesas em um programa socialista, e como isto leva a uma priorização de determinadas reivindicações democráticas.

Usando citações de documentos da PO e criticando « os doutrinistas em geral » e o MEP, embaralhando algumas pequenas citações do documento « Resoluções sobre a Tática », D.Terra procura demonstrar a tendência sindicalista e economicista do MEP. Não vamos mais uma vez aqui desembaralhar, retificar, situar e completar os textos citados por D.Terra. Não temos mais espaço para isto. Procuraremos ir diretamente aonde julgamos estarem as divergências políticas. Vejamos portanto D.Terra criticando O MEP :

*« Todas as questões políticas, exatamente porque não assume (o MEP) a necessidade de 'estimular todas as aspirações democráticas das massas', são deixadas no terreno abstrato (em sua plataforma de lutas inclui-se a luta pela livre organização política dos trabalhadores e pelo fim da máquina repressiva) servindo tão somente a propaganda ; lutas e mesmo denúncias concretas, apenas no plano econômico e sindical. (Registramos como exceção, pelo menos a nível de ser citado na sua plataforma, a luta contra as torturas e pela liberdade dos presos políticos) » (BS-8 pg.101).*

Assim é que D.Terra, o mesmo que considera precisa e concreta a palavra de ordem « liberdades democráticas », considera a reivindicação de « livre organização política dos trabalhadores » e « fim da máquina repressiva », uma « questão política abstrata ». Sera que D.Terra considera que estas reivindicações são abstratas por que não dizem respeito às necessidades imediatas do proletariado ? E sera que levar estas reivindicações que levanta o MEP não significa « estimular as aspirações democráticas da massa ? E então o que seriam estas tais « aspirações democráticas das massas » ? Vejamos algumas :

*« Eleições diretas : Na ditadura do proletariado, a submissão imposta à burguesia possibilitara que as eleições indiretas (17) permitam uma participação, um debate e uma democracia efetivamente amplos para as massas ; mas nas eleições burguesas, o método direto permite menos manobras à burguesia do que o método indireto » (BS-8 pg.94 grifos nossos). « Livre funcionamento dos Partidos políticos : realmente, interessa ao proletariado o levantamento em geral das restrições legais à organização partidária colocadas pelo estado burgues, pois estas restrições, quando são de iniciativa de tal Estado, evidentemente não são feitas no interesse do proletariado, mas da burguesia (BS-8 pg.94 o primeiro grifo é de D.Terra e o segundo é nosso). « Igual acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa : (...) A Reivindicação de determinado nível de igualdade é inerente a todo e qualquer tipo de votação. Ao lembra-la (pois nos interessa fazê-lo), não temos portanto nenhuma pretensão de que isto contrabalance o fato de que a burguesia goza o ano inteiro de virtual controle sobre a impren-*

*sa. Ao participarmos de uma eleição podemos, como vimos, defender a exclusão de determinada corrente política, mas não teria sentido propor a desigualdade de condições para um determinado participante. Particularmente, não teria sentido cobrar do Estado Burgues uma desigualdade em favor do proletariado ... Na sociedade burguesa, interessa pois defender o máximo de igualdade de condições, pois evidentemente toda desigualdade se fará em favor da burguesia. » (BS-8 pg.95).*

*« Todas estas questões não tem caráter estratégico (...) Enquanto questões táticas, (...) devem ser hoje levantadas – ao mesmo tempo que denunciarmos o caráter anti-operário e anti-popular do regime e apontamos a perspectiva do GRT e da ditadura do proletariado – pois favorecem a neutralização das perspectivas pequeno-burguesas, além de oferecerem uma referência a mais ao trabalho de isolamento e desgaste da ditadura militar, pois são objetivamente aspirações democráticas das massas que no momento favorecem à revolução » (BS-8 pg.95 grifos nossos).*

São estas portanto, as « aspirações democráticas das massas ». Porque D.Terra não considera que elas sejam questões políticas abstratas (como o faz com as reivindicações de « livre organização política para os trabalhadores » e « fim da máquina repressiva ») ? E já que não podemos esperar ou sequer acreditar que tanto uma como as outras possam ser satisfeitas a curto prazo ? O problema é que para D.Terra suas reivindicações não são « abstratas » por que elas, ao contrário das reivindicações do MEP, não estão fora dos « marcos do capitalismo e da democracia burguesa ».

E neste pequeno « programa » apontado por D.Terra podemos ver toda a concepção e o significado que ele dá às « liberdades democráticas ». D.Terra luta pelo habeas-corpus porque o proletariado deve usá-lo « em sua defesa contra a violência repressiva da sociedade burguesa », mas não pode lutar contra a violência repressiva da sociedade burguesa (contra a máquina repressiva) o que seria uma questão política demasiado abstrata. Do mesmo modo ele luta contra a tortura porque esta é « uma determinada forma de repressão que a burguesia esta usando contra os trabalhadores » ; e porque não lutar contra todas as formas de repressão da burguesia ? D.Terra luta contra o AI-5 porque ele é um poder que se coloca « fora do controle da massa » ; e acaso os outros poderes do Estado burgues estão ou podem estar sob controle da massa (a menos que D.Terra esteja tratando da massa da burguesia). Ele luta por eleições diretas porque isto « permite menos manobras à burguesia » ; e porque não lutar também, não para reduzir, mas para acabar com as manobras da burguesia ? D.Terra « luta pelo livre funcionamento dos partidos políticos », « porque as restrições que podem existir por parte do Estado burgues serão sempre contra o proletariado » ; porque não lutar contra a origem destas restrições : contra o

#### NOTA

(17) (sic) Que quer dizer D.Terra quando fala em « eleições indiretas » na ditadura do proletariado ? E apenas mais uma demonstração de que para ela a democracia proletária é igual à burguesa com « parlamento » e « executivo » separados, aonde o executivo seria « eleito indiretamente » (ao contrário da concepção marxista do Estado-Comuna, ao mesmo tempo legislativo e executivo ?). Ou, sera que D. Terra esta copiando o modelo estalinista de « socialismo » aonde as « cúpulas » não são eleitas pelas massas, mas pela direção do Partido ?

proprio Estado burgues? D.Terra luta enfi pelo « igual acesso dos partidos aos meios de comunicação de massa » nos periodos eleitorais, « sem nenhuma pretensão que isto contrabalance o fato que a burguesia goze o ano inteiro de virtual controle sobre a imprensa »; isto é, não só ele se contenta em pedir igualdade de acesso aos meios de comunicação, sem questionar o fato de que ~~sem~~ o poder economico e politico este controle ~~adido~~ igualmente não sera igual, mas se contenta com este controle, apenas nas épocas das eleições.

O que quer dizer D.Terra quando diz que « na sociedade burguesa interessa lutar pelo maximo de igualdade de condições »? Ao colocar isto, não esta ele contradizendo o que afirmara diversas vezes em seu texto quando dizia que defendia a « democracia em geral » pois esta não era nada mais do que a « democracia proletaria », e não uma democracia para todos? Ao dizer que « interessa o maximo de igualdade de condições dentro da sociedade burguesa » não estara defendendo a luta pela democracia para todos os cidadãos (já que o « maximo de igualdade » dentro da sociedade burguesa seria isto, e que D.Terra não se propoe, e acha mesmo que é impossivel, que nos coloquemos objetivos que saiam dos « marcos desta sociedade »)? Não é exatamente este um sonho da pequena-burguesia? D.Terra é muito « realista ». Tao « realista » quanto o é a pequena-burguesia quando se dobra perante a « inevitabilidade do Estado Burgues » e a partir do que só cabe « lutar para reforma-lo »; para « melhorar as condições das massas populares dentro dele » a partir do que podemos passar a construir (lutar segundo os mais « radicais ») pelo socialismo.

Todas as reivindicações levantadas por D.Terra (assim como a propria forma que este procura resolver e articula-las) são aspirações da pequena-burguesia, na medida em que ficam ao nível da superficie e que não dirigem sua luta contra as bases de sustentação do regime; na medida em que não questionam (ainda que se voltem contra seus aspectos superficiais) mas procuram apenas reformar a ditadura militar e o poder burgues.

D.Terra para estender ao MEP a critica de economicismo que faz à PO, é obrigado omitir e tergiversar as afirmações do MEP. Omite a propria critica que o MEP faz à PO quando os companheiros da PO: « *consideram não ser possivel combater a ditadura e não dão importancia ao acumulo de forças voltado para a luta contra a ditadura. (Por que creem que) como não há condições de se mobilizar o proletariado para a luta contra a ditadura devido a nossa fraqueza e ao nível das lutas operarias, estes companheiros passam a ver qualquer combate à ditadura como manifestação do voluntarismo ou do democratismo pequeno-burgues.* » (Eles abdicam da agitação politica ao rebaixar as reivindicações politicas do proletariado - que se contrapõem à ordem politica que a ditadura quer perpetuar e servem de ponto de partida à luta dos trabalhadores pelo poder - (rebaixando as reivindicações politicas), ao nível das reivindicações de caracter sindical do movimento operario. » (...)) (Para os companheiros da PO) « *O combate à ditadura, a luta pela unidade das camadas avançadas visando melhorar as condições para o crescimento das lutas, a disputa dentro desta unidade, de influencia politica de uma*

*alternativa revolucionaria à ditadura, são substituidos pela luta ideologica contra o populismo e por uma fra-seologia ultra radical que nada mais representam do que a retomada de antigos vícios doutrinarios* » (Resoluções sobre a tática - MEP - Jan de 1975 pg.51-52 - indicação de pag. são da edição no exterior, os parenteses e os grifos são nossos).

Evidentemente que o MEP, ao contrario da PO não desconhece a necessidade de desenvolver as lutas politicas como diz D.Terra pois o MEP pensa que: « *Ha condições e é necessario que a nossa tática acumule forças para a luta contra a ditadura. Consequentemente é nosso dever desde agora defender as reivindicações que representam as necessidades politicas das massas trabalhadoras e que, uma vez levantadas pela luta do proletariado, servem de ponto de partida à luta pelo poder, contribuem para que as massas por experiencia propria, assumam a consciencia da necessidade de derrubar o regime das classes dominantes e impor um governo revolucionario provisório* » (Resoluções sobre a tática pg.57).

Não é, portanto, pelo MEP « desconsiderar as reivindicações politicas », por « desconsiderar a luta contra a ditadura », que D.Terra diverge do MEP. As divergências não estão tampouco no fato de que o MEP desconsideraria as reivindicações de setores da pequena burguesia, já que:

« *Devemos ter consciencia que as reivindicações imediatas de setores da pequena burguesia que possuem fortes contradicções com a ditadura e em algum nível com o proprio capitalismo não vão contra as aspirações de classe do proletariado; elas podem e devem ser canalizadas para uma perspectiva de poder que corresponda aos interesses da classe operaria* » (Resoluções sobre a tática pg.55). Ou ainda: « *as lutas de resistencia da pequena burguesia interessam ao proletariado na medida em que revelam um descontentamento da pequena burguesia com a ditadura politica, na medida em que suas lutas desgastam a ditadura, fornecem exemplos importantes de combatividade e permitem aos que atuam nesses movimentos agitar as reivindicações mais avançadas em termos de liberdades politicas, tentando dirigir estas lutas de acordo com os interesses do proletariado* ». (...) « *Os anseios das classes oprimidas em termos de liberdades, inclusive os da pequena burguesia democratica, só tem um significado concreto no programa do proletariado revolucionario e só são viáveis com a derrubada da ditadura, o que equivale a dizer que só são viáveis por meio da luta revolucionaria cuja vanguarda deve ser assumida pela classe operaria* » (Diogo Lopes, Cadernos de Campanha 4 pg.37).

Aqui estão as verdadeiras diferenças:

1) Ao contrario de D.Terra que pensa resolver os problemas democraticos « nos marcos do capitalismo », lutando para que exista « o maximo de igualdade possivel no Estado burgues », o MEP acha que reivindicações democraticas dos trabalhadores e do povo pobre só podem ser resolvidas no programa revolucionario do proletariado, com a derrubada da ditadura Militar, e na luta contra e pela destruição do Estado burgues;

2) Ao contrario de lutar portanto, por reivindicações democraticas em geral, o que significa articu-

lar as reivindicações democráticas em um programa democrático em geral (sem definição de classes e portanto para todos), o MEP acha que se deve lutar pelas reivindicações democráticas para os trabalhadores e para o povo pobre e portanto as reivindicações democráticas devem ser articuladas em um programa revolucionário (18) não podem ser levadas separadamente da luta por um governo revolucionário e pelo socialismo;

3) ao contrário portanto de assumir « todas as reivindicações democráticas da sociedade », o MEP acha que todas as classes tem « reivindicações democráticas » e que portanto algumas devem ser assumidas, outras apoiadas e algumas mesmo combatidas (as liberdades que a burguesia quer, de decidir, de investir, de competir, explorar, reprimir por exemplo).

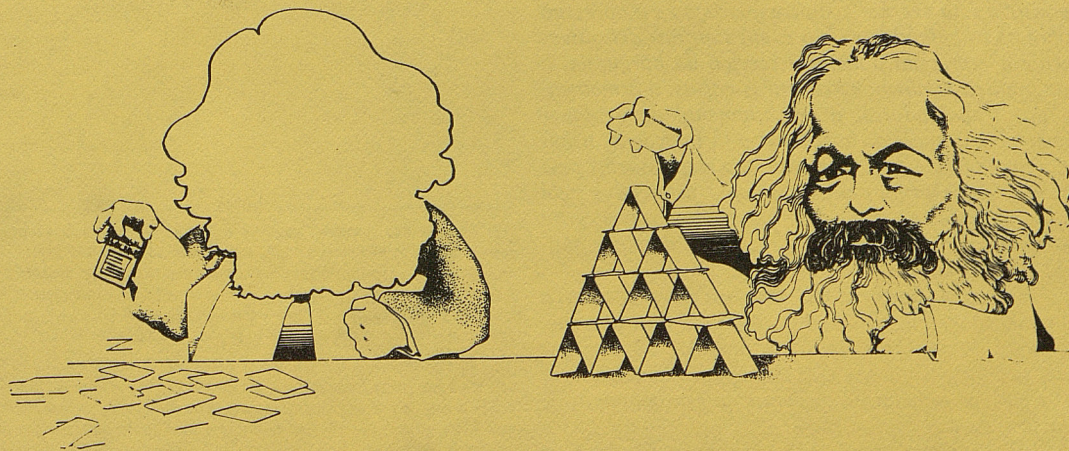
As « reivindicações democráticas » pelas quais os revolucionários devem lutar são as reivindicações que correspondem as necessidades do proletariado e do povo pobre, e que se dirigem contra as bases de sustentação do regime militar; as « reivindicações democráticas » que os revolucionários apoiam são as reivindicações que se dirigem e desgastam a ditadura, mesmo que não se dirigem as bases de sustentação da ditadura militar como é o caso das reivindicações da pequena burguesia democrática, sem no entanto aceita-las « enquanto conjunto » (enquanto programa, estratégia e poder); e as « reivindicações democráticas » que o proletariado combate são as que dão mais poder as classes dominantes e que hoje, em resumo, são as que visam a institucionalização e legalização da ditadura militar e de suas bases de sustentação.

Resumindo como disse o companheiro Diogo Lopes: « Todos são unânimes em reconhecer que, no Brasil atualmente, a ditadura é o principal obstáculo à conquista de liberdades políticas. Pois bem, o proletariado não está interessado em realizar reformas superficiais na ditadura, reformas que mantenham a super exploração e a opressão policial que ela exerce. Todos provavelmente são unânimes em reconhecer que a liberdade e a democracia em geral não existem, e que

as perspectivas de poder da pequena burguesia são utópicas e reacionárias. Pois bem, o proletariado não está interessado apenas no final do AI-5, mas sim no de todo a legislação repressiva, uma vez que antes do AI-5 o proletariado já não gozava de liberdades políticas (isto mesmo antes do golpe de 64); o proletariado não está interessado em liberdade à todos os partidos políticos, uma vez que não tem o menor interesse em conceder liberdade de ação para os partidos burgueses reacionários; o proletariado não está interessado em lutar apenas por eleições livres, deixando de lado as medidas que anulam a influência política e ideológica do poder econômico que a burguesia concentra em suas mãos, pois isto seria enganar os trabalhadores uma vez que estas eleições não seriam de forma alguma livres; o proletariado não está interessado em lutar apenas contra a censura à imprensa, deixando de lado as medidas que garantam aos trabalhadores o controle dos monopólios de informação que a burguesia detém em suas mãos (jornais, rádio, televisão), pois também isto seria a mesma coisa que lutar pela liberdade de informação para a burguesia, isto é, liberdade para a burguesia distorcer os fatos e a realidade segundo os seus interesses, etc, etc (...) os interesses do proletariado não deixam de estar presentes na prática quotidiana, condicionando as reivindicações e as palavras de ordem que adotamos e isto não significa apenas profissões de fé no socialismo ou no comunismo em geral, não significa apenas 'propaganda' do socialismo enquanto que na prática quotidiana adotam-se reivindicações e palavras de ordem que tem como resultado a separação da luta contra a ditadura da luta pelo socialismo, como se estes fossem dois processos revolucionários distintos, como se a luta contra a ditadura tornasse necessário adiar para o

#### NOTA

(18) « Sem dúvida que os trabalhadores aspiram por 'liberdades democráticas', que a pequena-burguesia também deseja 'liberdades democráticas' e que também os setores descontentes da burguesia querem 'liberdades democráticas' e que mesmo a ditadura se diz defensora da 'democracia' e das 'liberdades democráticas'. Todo o problema consiste em definir a democracia que interessa a cada classe ou a cada setor da sociedade » (Resoluções sobre a tática do MEP, pg.53).



futuro a defesa de interesses verdadeiramente proletários ».

« Na luta contra a ditadura o proletariado revolucionário esta interessado em destruir inteiramente as bases de sustentação do regime reacionário da burguesia – a máquina montada para por em funcionamento e assegurar a ordem de superexploração e opressão policial – e isto só acontecera se a ditadura for aniquilada, se ela for derrubada por meio de um levantamento armado das massas trabalhadoras visando a formação de um governo revolucionário provisório sustentado pelas organizações de poder dos trabalhadores ».

De um modo mais pormenorizado, na luta contra a ditadura o proletariado esta interessado em derrubar o arrocho salarial e conquistar o aumento geral de salários juntamente com o congelamento dos preços e garantia de emprego a todos os trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, em suprimir definitivamente a super exploração, o que implica também, entre outras coisas, a encampação dos monopólios nacionais e estrangeiros, a encampação de todas as instituições financeiras, o controle operário da produção, a nacionalização da terra, a posse da terra pelos camponeses que a cultivam. Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a super exploração ».

« Na luta contra a ditadura, o proletariado revolucionário esta igualmente interessado em conquistar o direito irrestrito de se manifestar e organizar politicamente, para si e para todos os trabalhadores. Isto é, em suprimir definitivamente a opressão, o que implica também, entre outras coisas, no fim de toda a legislação repressiva, no reconhecimento das organizações de base (nas fabricas, bairros, sindicatos, etc) como órgãos de poder, na liberdade para os partidos e organizações das classes oprimidas e na supressão dos partidos burgueses e reacionários comprometidos com a ditadura, na encampação e controle operário dos monopólios de informação (jornal, radio, televisao). Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a opressão ».

« Finalmente, na luta contra a ditadura o proletariado esta interessado no fim da repressão e da máquina repressiva da ditadura, principal instrumento que permite a esta exercer a superexploração e a opressão sobre os trabalhadores. Isto é, em suprimir definitivamente a repressão policial a serviço da burguesia, o que implica também, entre outras coisas, o armamento dos trabalhadores, o aniquilamento de qualquer resistência armada da burguesia, a instalação de tribunais populares, e o julgamento dos responsáveis pela tortura, pelos crimes e assassinatos praticados pela ditadura. Todas estas medidas são indispensáveis para suprimir definitivamente a repressão da ditadura policial da burguesia »

« Estas medidas em seu conjunto correspondem a reivindicações que se dirigem contra as bases de sustentação do regime a fim de destruí-lo. Como qualquer pessoa pode notar, elas não isolam artificialmente o caráter policial do governo de seu conteúdo de classe burgues, capitalista »

« Em outros termos, não separa a ditadura do Estado burgues, já que aquela nada mais é que a maneira atual (e a mais estavel para a burguesia) da

dominação capitalista no país. A conclusão que se pode tirar deste raciocínio é que a obrigação, o dever dos revolucionários e dos operários de vanguarda é travar a luta contra a ditadura inseparavelmente da luta pela formação de um governo dos trabalhadores sustentado pelas organizações de poder dos trabalhadores, fundindo-se numa única coisa: alternativa proletária à ditadura policial » (Cad. de Campanha nº 4 pg. 32-34).

Ai estão os elementos de contribuição para a formação de uma alternativa revolucionária (19). E em função dela que devem intervir os revolucionários quando reivindicações de « direitos » são levantadas. Por exemplo, transformando reivindicações do tipo « Fim do AI-5 » em uma luta contra todas as leis de exceção e pela destruição da máquina repressiva da ditadura militar, o que é o único modo de lutar consequentemente contra o « AI-5 ». Aos Daniéis Terras que dizem que não consideramos as « especificidades » de uma situação de ditadura militar, perguntamos : é somente o AI-5 uma « especificidade » da ditadura militar ou são todas as leis repressivas ? ; e mais do que isto somente estas leis são a especificidade da ditadura militar, ou é também uma de suas especificidades a repressão e super exploração sistemática dos trabalhadores e do povo pobre ? e as torturas, os milhares de prisioneiros, a máquina repressiva, a inexistência de livre organização e expressão dos trabalhadores e do povo pobre não são « especificidades » da ditadura militar ?

Não é por acaso que D.Terra pega somente um lado do texto de Lenin de « Resposta a P.Kievski ». O lado em que Lenin denuncia o esquerdismo de P.Kievski quando este ignorava as lutas legais e as reivindicações democráticas. Mas batendo nesta tecla, D.Terra esquece o outro lado, o que liga o combate por estas lutas democráticas com o combate contra o oportunismo. Este elo segundo Lenin é o que integra estas lutas democráticas em uma « guerra civil pelo socialismo » (20). É este combate D.Terra não poderia fazer. A menos que lutasse contra a sua própria sombra.

MARIO RIBEIRO  
abril-77

#### NOTAS

(19) Além de não considerar questões essenciais do documento « resoluções sobre a tática » do MEP, este e outros artigos publicados pelo MEP e que D.Terra seguramente teve acesso, foram simplesmente desconsiderados, mostrando que D.Terra nem mesmo se preocupava em « tentar compreender » o pensamento e formulações do MEP (coisa que como vimos no capítulo « A PO é igual ao MEP », dificilmente poderia conseguir a partir de suas premissas ideológicas).

(20) « O elo entre nossa luta contra esta última (isto é 'contra a guerra imperialista') e a luta contra o oportunismo, é a palavra de ordem guerra civil pelo socialismo. Já esta palavra de ordem toma exatamente em conta as particularidades da guerra (em nosso caso a situação de 'exceção') (...) ao mesmo tempo que todo o caráter de oposição ao oportunismo com seu pacifismo, seu legalismo, sua adaptação a « sua » burguesia (nos diríamos sua adaptação aos 'marcos do capitalismo da democracia e do Estado burgues') » (Resposta a P.Kievski O.C. de Lenin vol.23 pg.25 – os grifos e parenteses são nossos).